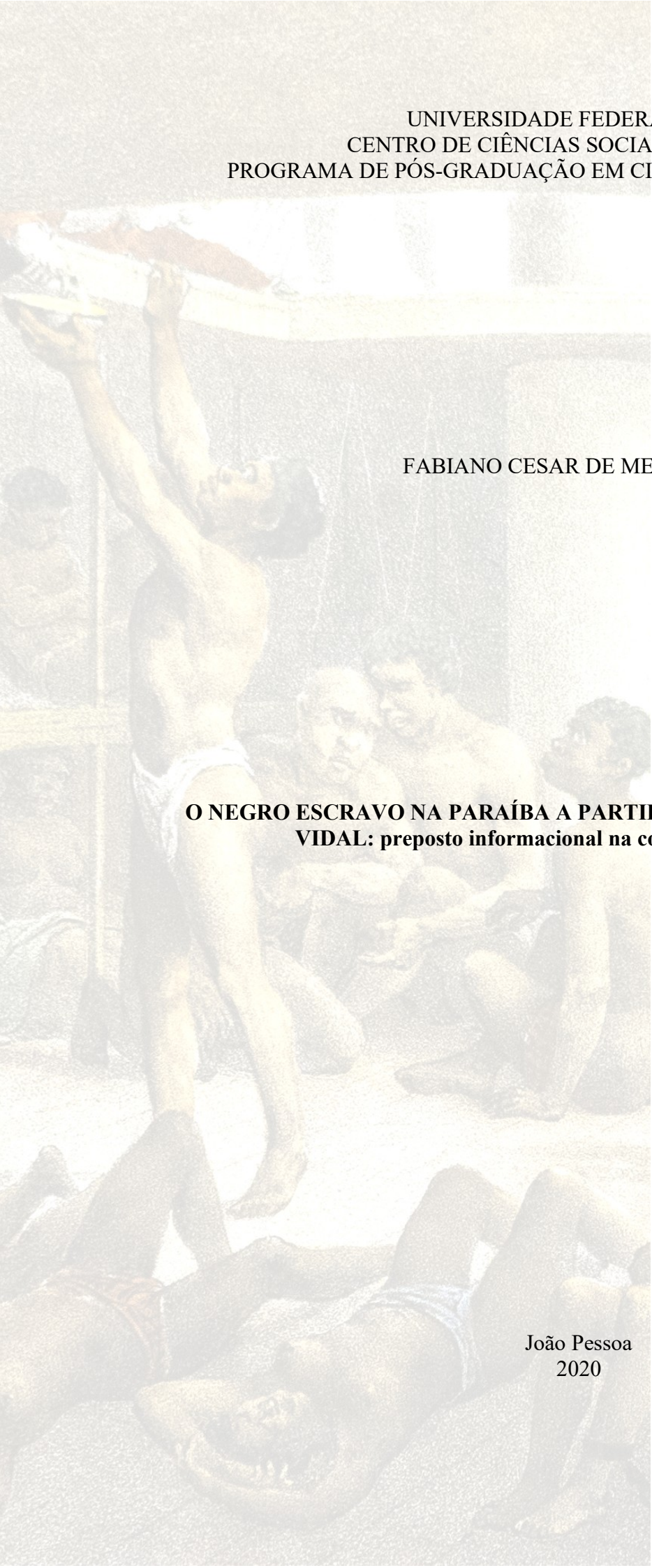




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

FABIANO CESAR DE MENDONÇA VIDAL

**O NEGRO ESCRAVO NA PARAÍBA A PARTIR DOS INÉDITOS DE ADEMAR
VIDAL: preposto informacional na construção da memória**

João Pessoa
2020

FABIANO CESAR DE MENDONÇA VIDAL

**O NEGRO ESCRAVO NA PARAÍBA A PARTIR DA DOS INÉDITOS DE ADEMAR
VIDAL: preposto informacional na construção da memória**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação (PPGCI) da
Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do
título de doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Izabel França de Lima

Coorientadora: Prof^a Dr^a Maria Nilza Barbosa Rosa

João Pessoa
2020

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V649n Vidal, Fabiano Cesar de Mendonça.

O negro escravo na Paraíba a partir dos inéditos de Ademir Vidal: preposto informacional na construção da memória / Fabiano Cesar de Mendonça Vidal. - João Pessoa, 2020.

145 f. : il.

Orientação: Izabel França de Lima.

Coorientação: Maria Nilza Barbosa Rosa.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Informação e Memória. 2. Memória negro escravo na Paraíba. 3. Arquivo Pessoal de Ademir Vidal. 4. Documentos. I. Lima, Izabel França de. II. Rosa, Maria Nilza Barbosa. III. Título.

UFPB/BC

FABIANO CESAR DE MENDONÇA VIDAL

**O NEGRO ESCRAVO NA PARAÍBA A PARTIR DA DOS INÉDITOS DE ADEMAR
VIDAL: preposto informacional na construção da memória**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

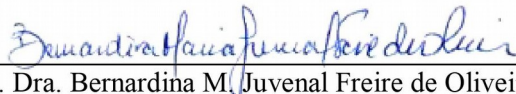
Defesa em: 07/04/2020

BANCA EXAMINADORA

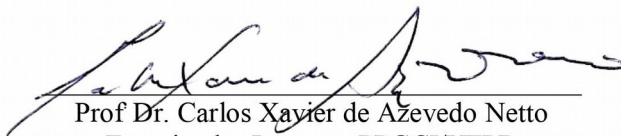


Prof. Dr.ª Izabel França de Lima
Orientadora - PPGCI/UFPB

Prof. Dr.ª Maria Nilza Barbosa Rosa
Coorientadora - PPGCI/UFPB



Prof. Dra. Bernardina M. Juvenal Freire de Oliveira
Examinador Interno - PPGCI/UFPB



Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Examinador Interno - PPGCI/UFPB

Prof. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Examinadora Externa – PPGH/UFPB

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima
Examinador Externo – PPGCI/UFPE

Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro
Suplente Interno - PPGCI/UFPB

Prof. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
Suplente Externo - CE/UFPB

À família Vidal, em especial meus pais, Eptácio Vidal e Mônica Vidal, minha esposa Janayna Vidal e minha filha Laura Alice. *In memoriam*, a Francisco de Assis Vidal Filho e Julieta Vidal (Avós) e a Ademar Vidal, cuja obra permitiu a realização deste trabalho, dedico!

AGRADECIMENTOS

Agradecer, ao contrário do que se pensa, não é um ato fácil. Corre-se o risco de esquecer e cometer injustiças com aqueles(as) que ajudaram, cada um à sua maneira, para a concretização desta tese. Assumindo este risco, agradeço em primeiro lugar a Deus, que esteve ao meu lado durante esta jornada, me sustentando e dando forças e discernimento para seguir adiante e realizar esta tese com a dedicação, interesse e engajamento necessários.

Um agradecimento especial se faz necessário para a professora Maria Nilza Barbosa Rosa, profunda conhecedora da obra de Ademar Vidal e que trouxe importantes considerações e sugestões acerca não apenas do tema aqui abordado, mas do homem Ademar Vidal, seus inéditos e sua obra de uma forma abrangente.

À minha orientadora Izabel França de Lima pelos importantes debates em sua disciplina de Informação e Inclusão Social, que enriqueceram o olhar deste pesquisador acerca da temática do negro escravo e colaboraram para a construção de artigos e desta tese.

À professora e vice-reitora da Universidade Federal da Paraíba, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, pelo apoio recebido desde a minha entrada no doutoramento, trazendo ainda importantes colaborações metodológicas que em muito enriqueceram esta tese.

À pesquisadora e amiga Maria Joedna Rodrigues Marques, da Universidade Federal de Campina Grande, com quem pude trocar ideias e informações sobre a obra de Ademar Vidal.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba, cujo corpo docente possibilitou o conhecimento científico necessário para os desafios do processo de doutoramento.

Ao professor Henry Pôncio Cruz de Oliveira e à professora Isa Maria Freire do PPGCI, por toda a ajuda e apoio durante todo o período do doutoramento.

À banca examinadora, principalmente pelas sugestões proferidas no momento do exame de qualificação.

À família Marçal, em especial a minha sogra Josefa Marçal Rocha (*in memoriam*), grande incentivadora de minha carreira acadêmica.

À amiga Naiara Fracaro, que entusiasmada por este trabalho, ajudou muitas vezes trazendo dicas e sugestões de bibliografia.

"A memória é a consciência inserida no tempo". (Fernando
Pessoa, 1996)

RESUMO

As informações que compõem os arquivos pessoais carregam dados de um tempo e de um lugar no passado. Quando se pensa em arquivos pessoais, geralmente relacionam-se a este termo os conceitos de memória, identidade e informação, considerando-os campos essenciais na modernidade. Assim, neste trabalho as memórias do presente apreendem os arquivos em busca da consciência histórica registrada pela consistência dessa memória em um conjunto de inéditos na produção vidaliana. O objetivo geral foi analisar a contribuição desses escritos na perspectiva da construção da memória acerca do negro escravo na Paraíba (PB). Entende-se que os inéditos produzidos por Ademar Vidal têm a função de ser suporte da informação, assumindo essa incumbência de acordo com a circunstância e uso. Dentre os vários escritos do autor, seleciona-se um *corpus* formado por três inéditos, os quais versam sobre o negro escravo. Focando no contexto informacional do arquivo, localizado no Instituto Histórico e Geográfico na Paraíba – IHGP apresenta-se sua organização e análise como instrumento de construção de uma memória coletiva. As memórias do negro escravo abordadas pelo autor em seus escritos fazem parte do seu acervo, que se configura como o conjunto de tudo aquilo que tem sentido social, representado de forma material e simbólica, e devem ser recuperadas, conservadas, disseminadas e socializadas. Tendo essa produção do autor como objeto de estudo, a pesquisa documental realizada neste trabalho demonstrou ser fonte essencial de apreensão da realidade. A discussão girou em torno da constituição de uma memória social com fins de uma identificação e legitimação das informações dos inéditos, que em seu lado memorialístico carregam elementos capazes de fortalecer os aspectos acerca do período da escravidão na Paraíba. A organização atribuída ao arquivo resultou na concepção desse espaço como instrumento de transmissão de uma escrita, reconstruída pelo autor/produtor do arquivo. Considera-se que a produção de Ademar Vidal trouxe à luz a contribuição de negros escravos pela história oficial, suscitando registros de uma memória que obriga a repensar outra história, em particular, do povo paraibano.

Palavras chave: Informação e Memória. Memória Negro Escravo na Paraíba. Arquivo Pessoal de Ademar Vidal. Documentos.

ABSTRACT

The information which compose personal files carries data from a time and place in the past. When thinking about personal archives, the concepts of memory, identity and information are generally related to this term, finding them relevant fields in modernity. Therefore, in this work the memories of the present seize the archives in search of the historical consciousness registered by the consistency of this memory in a set of unpublished production of Vidal. The general purpose was to analyze the contribution of these writings in the perspective of the construction of memory regarding the black slave in Paraíba (PB). It is understood that the unpublished produced by Ademar Vidal have the function of being information support, assuming this task according to the circumstance and use. Among various writings of the author, a corpus of three unpublished, which deals with the black slave, is selected. Focusing on the informational context of the archive, located at the Historical and Geographic Institute in Paraíba - IHGP, it presents its organization and analysis as an instrument of construction of a collective memory. The memories of the black slave approached by the author in his writings are part of his collection, which is the set of everything that has social meaning, represented in a material and symbolic way, and must be recovered, preserved, disseminated and socialized. Having this production of the author as the object of study, the documentary research carried out in this work proved to be an essential source of apprehension of reality. The discussion revolved around the constitution of a social memory for the purpose of identifying and legitimizing the information of the unpublished, which in its memorialistic side carry elements capable of strengthening aspects about the period of slavery in Paraíba. The organization attributed to the archive resulted in the conception of this space as an instrument of transmission of a writing, reconstructed by the archive's author / producer. Ademar Vidal's production is considered to have brought to light the contribution of black slaves to official history, giving rise to records of a memory that forces us to rethink another history, in particular, of the Paraibano people.

Keywords: Ademar Vidal's Personal Archive. Black Slave Memory in Paraíba. Documents. Memory.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Anotações manuscritas e datiloscritas nos inéditos de Ademar Vidal revistas pelo próprio autor, com rasuras, correções e acréscimos.....	19
Imagem 2 – Anotações manuscritas e datiloscritas nos inéditos de Ademar Vidal revistas pelo próprio autor, com rasuras, correções e acréscimos.....	19
Imagem 3 – Reprodução da capa da primeira edição de <i>A Novella</i>	62
Imagem 4 – Editorial transcrito em virtude de sua ilegibilidade.....	62
Imagem 5 – Reprodução da capa de <i>Lendas e superstições</i>	74
Imagem 6 – Capa de exemplar de Terra de Homens com dedicatória do autor.....	79
Imagem 7 – A máscara de Flandres (pintura de Jacques Etienne Victor Arago intitulada “Castigo de Escravos”, de 1839).....	104
Imagem 8 – Escravo sofrendo açoites.....	106
Imagem 9 – Cena do filme “Cumbe – Justiça, Honra e Liberdade”.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção inédita de Ademar Vidal (originais de livros).....	29
Quadro 2 – A Produção de Ademar Vidal sobre o negro escravo na Paraíba.....	30
Quadro3 – Os Inéditos de Ademar Vidal que versam sobre o negro escravo na Paraíba.....	30
Quadro 4 – Editorial transcrito em virtude de sua ilegibilidade.....	61
Quadro 5 – Correspondentes d'Novella.....	61

SUMÁRIO

1	TESSITURAS INICIAIS: encontrando o objeto	13
2	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: os caminhos da pesquisa	25
2.1	O MÉTODO DOCUMENTAL NA SELEÇÃO DO CORPUS	26
2.2	A COLETA DOS DADOS	27
3	NA ESTEIRA DA INFORMAÇÃO E DA MEMÓRIA	32
3.1	A INFORMAÇÃO COMO ELEMENTO DE MEMÓRIA	33
3.2	A MEMÓRIA COMO ELEMENTO DE SENTIDO	37
3.3	ARQUIVOS COMO DEPOSITÁRIOS DA MEMÓRIA	40
3.4	MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO: travessia, silêncios e ocultamento	45
4	ADEMAR VIDAL E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS	57
4.1	VIDA E FEITOS	60
4.2	O PROJETO DE AUTOCONSTRUÇÃO E A MEMÓRIA COLETIVA	66
4.3	ARQUIVANDO A PRÓPRIA VIDA	78
5	ADEUS EM SILÊNCIO OU A ESCRAVIDÃO SILENCIADA: os inéditos em questão	83
5.1	RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO	85
5.2	O NEGRO ESCRAVO NA PARAÍBA	91
5.3	A SOCIEDADE QUE A ESCRAVIDÃO CRIOU: retorno à paisagem nordestina	115
6	TESSITURAS FINAIS: unindo ideias e fechando as questões	123
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A - BIBLIOGRAFIAS DE ADEMAR VIDAL	142

1 TESSITURAS INICIAIS: encontrando o objeto

"A cultura [...] é o que permanece no homem quando ele tudo esqueceu" (HERRIOT, 1998 citado em WEIRICH, 2001, p.34")

Aqui trazemos as nuances que compõem a construção de nosso objeto de pesquisa, considerando o contexto em que esse objeto se forma e a revisão da literatura referente ao tema aqui tratado. Assim, apresentamos os elementos que, resguardados pelo fazer científico, revelam o que caracteriza esse objeto e como fora construído. Entendemos que a delimitação de um objeto de pesquisa é construída na indagação do tempo vivido, que expõe a relação entre aquilo que significou para o pesquisador e o que lhe é alheio suscitando necessidade de investigar. "É como se abordássemos um caminho que percorremos outrora, mas de viés, como se o encarássemos de um ponto de onde nunca o vimos" (HALBWACHS, 1990, p. 31).

Nesse sentido, como informa Halbwachs (1990, p. 2), "apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma". Para o autor, esta reconstrução deve realizar-se a partir de dados ou de noções comuns que se encontram não somente no espírito do pesquisador, mas também no dos outros sujeitos, isso "porque passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que somente é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade" (HALBWACHS, 1990, p. 35).

A massificação, a midiaticização causou o fim das sociedades-memória, no entanto, pensamos que não pode haver esse fim, já que não há como se ter coletivo humano sem memória, devido às novas dinâmicas das práticas sociais contemporâneas. Uma percepção maior dos processos de mudança, inclusive no passado, torna esses coletivos mais fluidos em suas práticas.

Conforme indica Nora (1993), os lugares de memória nascem e vivem da percepção de que não há memória espontânea, daí a necessidade de se criar arquivos, pois, "se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los" (NORA, 1993, p. 13). Assim, como atesta Nora (1993, p. 15), na medida em que desaparece a memória tradicional, "nos sentimos obrigados a acumular [...] vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê [...] devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história". Na esteira do pensamento do autor, asseguramos que as informações que compõem os arquivos carregam dados de um tempo e de um lugar no passado.

Quando se pensa em arquivos pessoais, geralmente relacionam-se a este termo os conceitos de memória, identidade, informação, considerando-os campos essenciais na modernidade. Assim, as memórias do presente apreendem os arquivos em busca da consciência histórica registrada pela consistência dessa memória. Nesse sentido, este trabalho elege a produção de Ademar Vidal como objeto de estudo e de indagação crítica, motivado pela importância que o autor dispensou ao estudo do negro escravo¹ na Paraíba, (re)construindo a leitura do lugar e das pessoas. Desse modo, lançamos um olhar sobre a narrativa vidaliana reforçando a perspectiva de um autor que focaliza o contexto sócio-histórico no Nordeste.

A importância das obras de Ademar Vidal disponibilizadas em seu acervo dá-se na medida em que estas permitem pensar, em termos distintos, de um lado, a consciência com o passado e, de outro, a consciência propriamente histórica, distinção que assume, entre outras, a forma da oposição história/memória. No momento em que a história almeja uma cientificidade e singularidade acentua-se:

A diferenciação entre história e memória”, assim, “a história seria fruto de um trabalho metódico, conceitual, investigativo, reflexivo, pautada em métodos ditos científicos; já a memória seria uma atividade espontânea, pré-reflexiva, contínua, quase natural e inerente aos indivíduos” (FREIRE, 2016, p. 133).

Freire (2016, p. 134) assegura que “se a memória carregasse a afetividade dos sujeitos, a história traria consigo a imparcialidade, a objetividade dos fatos, uma se aproximaria do passado para revivê-lo, ao passo que a outra se distanciaria para analisar esse passado”.

A obra de Ademar Vidal repercutiu bastante fora da Paraíba. Como informa Rosa (2012, p. 48), “dialogar com os valores culturais de sua época e afirmar seu vínculo com a realidade social, eis o caminho palmilhado por Ademar Vidal”. Assim, resultante da linha de estudo sobre o negro escravo, na qual ele se dedicou a escrever, veio o reconhecimento do sociólogo Artur Ramos, impulsionando-o a publicar seus estudos sobre a “escravatura”.

¹ Embora se reconheça a discussão atual em torno dos termos “escravo” e “escravizado” e o uso deste por alguns escritores, a exemplo do jornalista e pesquisador Laurentino Gomes em sua obra *Escravidão*, **optamos neste trabalho pela utilização da palavra escravo, por levarmos em consideração que este era o termo utilizado por Ademar Vidal e com objetivo de situar sua obra no tempo na qual foi elaborada.** Por tratar-se de uma questão semântica, as palavras carregam significados, assim, “escravo” é um substantivo e indica “uma pessoa privada de liberdade que, por ser legalmente considerada propriedade de outrem, a quem está sujeito, não tem direitos cívicos”, como informa o *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Já o termo “escravizado”, trata-se de um verbo (particípio do verbo escravizar), mas pode ser usado também como adjetivo, indicando uma situação circunstancial, mas que ainda não se incorporou totalmente às discussões atuais como adjetivo. Embora reconheçamos que o termo escravizado é hoje amplamente usado, principalmente na escrita e na fala de alguns movimentos negros, servindo para mostrar o processo de coisificação ao qual o indivíduo era submetido desde a saída do continente africano, entendemos que ao utilizar os termos “escravo” e “escravizado” em nossas discussões, poderíamos empobrecer a própria narrativa da história. (DICIONÁRIO..., 2003-2019, on-line).

Monteiro Lobato também manifestou seu apreço ao autor dizendo que “sua produção sobre a escravidão, além do valor literário de coisas sinceramente pensadas e lisamente ditas, têm o valor de um documento”².

O autor paraibano chama atenção por sua atitude política ao retratar em seus escritos a escravidão no Brasil do século XIX, na qual elege a figura do negro escravo e suas condições de trabalho e de existência. Como afiança José Joffily Bezerra de Melo³ em carta dirigida a Ademar Vidal em 1978, “importante é que todos os seus temas são de vibrante interesse histórico ou de incontestável atualidade”.

Para justificar a escolha da nossa pesquisa, compreendemos que ela se apresenta como uma contribuição para os estudos informacionais, possibilitando novos olhares sobre a temática e a ressignificação de sua memória. De posse desse entendimento, o objeto desta pesquisa são os espaços de memória nos escritos de Ademar Vidal constantes, principalmente, nos inéditos do autor.

Nossa escolha também se pauta nas experiências familiares, em que cresci ouvindo histórias sobre as histórias narradas por Ademar Vidal: encontros inquietantes diante das circunstâncias e significados que esses momentos despertaram em mim, dando origem, anos depois, à presente pesquisa, buscando a contribuição dos escritos do autor na perspectiva da construção da memória acerca do negro escravo na Paraíba.

As representações que o autor paraibano elaborou acerca do negro escravo na Paraíba entre 1920-1960 estão imbricadas ao racismo no Brasil. Desse modo, entendemos que a produção de Ademar Vidal tem a função de ser suporte da informação, assumindo essa incumbência de acordo com a circunstância e uso.

Segundo preceitua Gomes (2019), o racismo é um legado que o Brasil nunca enfrentou, mas é preciso olhar para o seu passado escravagista para tirar lições e construir um futuro melhor. Como atesta Williams (2012, p. 34), “a escravidão não nasceu do racismo: ao contrário o racismo foi uma consequência da escravidão”, assegurando que a escravidão não era uma escolha e sim a única opção, pois não havia mão de obra disponível capaz de suprir as necessidades das colônias.

Para Gomes (2019) é preciso pensar a respeito da participação do negro na formação da sociedade brasileira, destacando que importantes aspectos da cultura negra servem não

² Carta de José Bento Renato Monteiro Lobato para Ademar Vidal, datada em 7-2-1920 Arquivo de Ademar Vidal no IHGP.

³ José Joffily Bezerra de Melo nasceu em Campina Grande (PB) no dia 25 de março de 1914. Apoiou o movimento que resultou na Revolução de 1930, tendo participado do assalto ao 22º Batalhão de Caçadores, em João Pessoa. Autor de diversos trabalhos sobre assuntos econômicos em jornais e revistas especializadas. Faleceu em Londrina no dia 9 de janeiro de 1994. (CPDOC, 2009, on-line).

apenas para que se amplie uma visão valorativa em relação ao negro como indivíduo, mas também desenvolva o respeito à diversidade étnica de nosso país. Assim, não podemos prescindir da ideia que o racismo é fruto de uma sociedade escravista, ligado, sobretudo a uma questão de poder.

Estas questões postas em evidência são revisitadas pelo olhar de autores como Gomes (2019), Ianni (1988), Pinsky (2018), Rediker (2008), Schwarcz (1993), Williams (2012), apenas para citar alguns. De modo geral, eles procuraram reconstituir a discussão sobre a escravidão e destacam que esta não se limitava à classe dominante, sendo inclusive, prática existente e reconhecida entre os próprios escravos.

Em se tratando das relações de produção escravista, Gorender (1982, p. 21) considera “[...] a extinção das relações de produção escravistas, no Brasil um evento revolucionário [...]”. Para ele, a abolição “[...] foi a única revolução social jamais ocorrida na história do país. E com intensa participação popular, o que inclui as massas escravizadas em luta”.

Moura (1988) em estudo sobre a escravidão assegura que nunca houve escravidão branda e nunca existiu uma docilidade inerente ao comportamento dos escravos. Para ele, a formação dos quilombos⁴ sempre foi um risco à ordem escravocrata, pois colocava em evidência a possibilidade de desenvolvimento de uma estrutura social alternativa.

Vários estudos já apresentaram a luta dos negros escravos que foram traficados para o Brasil, bem como os ideais de liberdade e os aspectos da escravidão, desde o período colonial até a abolição dos escravos, no século XIX. De modo particular, colocamos em evidência a produção do escritor paraibano Ademar Vidal acerca do negro escravo. O autor usou de documentos para compor uma narrativa focada nas injustiças que há séculos estão arraigadas na sociedade patriarcal brasileira, e por meio de representações resultantes da interação social ele evoca acontecimentos, pessoas, hábitos, crenças, entre outras.

Como atesta Pesavento (2003, p. 39), as representações “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”. Tornada categoria de importância para a História Cultural, as representações, “à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse (CHARTIER, 1988, p. 19).

⁴ Os quilombos surgiram como refúgios de negros que escapavam da repressão durante todo o período de escravidão no Brasil, entre os séculos 16 e 19. Como a função era de esconderijo, tiveram sucesso os locais de mais difícil acesso. Pelo mesmo motivo, se fazia necessário criar laços comunitários e promover uma autonomia para não depender de recursos externos. (O QUE... 2010).

Focando no contexto informacional do arquivo de Ademar Vidal, localizado no Instituto Histórico e Geográfico na Paraíba (IHGP), buscamos apresentar sua organização e análise resultantes de uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado. A organização atribuída ao arquivo resultou na concepção desse espaço como instrumento de transmissão de uma escrita, reconstruída pelo autor/produtor, e pode ser entendida como a capacidade de conservar certas informações. Nesse sentido, a memória representa um repositório abstrato de informações, constitui-se a partir de memórias individuais e coletivas, apoia-se nos lugares de memória e tem como caminho espontâneo o seu desaparecimento.

Como assegura Pacheco (1995), a presença do homem no processo informacional pode estar relacionada à visão da informação considerada como artefato, e como artefato a informação só é percebida numa relação de significação. Para a autora, essa relação se dá ao considerar a informação como um artefato, criada num tempo e espaço específicos, e o contexto de sua geração. “Sendo artefato, ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização” (PACHECO, 1995, p. 21).

Pacheco (1995) afiança que, considerada resultado da memória, a informação sempre diz respeito a uma produção de significado socialmente aceito, nesse sentido a memória não depende unicamente da preservação de informações, mas da subjetividade envolvida na elaboração e compreensão dos processos informacionais.

Costa (2006) adverte que o conceito de informação, se relacionado ao fenômeno da memória, pode ser entendido como impressões que integram as lembranças que compõem o acervo de experiências dos indivíduos. Como atesta Le Goff (2003), os fenômenos da memória seriam nada mais do que resultados de sistemas ou contextos dinâmicos de organizações e existiriam apenas na medida em que a instituição os mantém, os sistematiza, ou os reconstitui.

As instituições são formadas por indivíduos, que inseridos no campo institucional tentam libertar-se da perspectiva individual pretendendo entrar em conformidade com os objetivos, valores e perspectivas da instituição que o vincula (COSTA, 2006). Nessa direção, a autora vê a memória como um elemento primordial no funcionamento das instituições e ressalta que é através da memória que as instituições se reproduzem na sociedade a qual está inserida, preservando somente as informações que interessem ao seu funcionamento. Para a autora, a memória institucional está em permanente elaboração e evolução, visto que é resultante da função do tempo.

Tais conceitos, postos em evidência são fundamentais para o trabalho aqui desenvolvido acerca das memórias de negro escravo na Paraíba. Assim, por meio da pesquisa documental, lendo atentamente o material depositado no IHGP, selecionando-o de acordo com o nosso objeto de estudo, tomamos conhecimento da produção vidaliana e definimos o *corpus* da pesquisa: os inéditos⁵ que versam sobre o negro escravo na Paraíba.

Os inéditos do autor, dispostos no arquivo de Ademar Vidal no IHGP são classificados em: *Originais de livros*, num total de 16 inéditos: *Artigos/textos*, num total de 08 originais; *Anotações/rascunho*: 06 originais. Desse conjunto de escritos, selecionamos aqueles que compõem o acervo: *Originais de livros*, posto que esse material verse sobre a escravidão na Paraíba.

Existem os registros de outros títulos no acervo, referentes ao tema escravidão, porém os exemplares não se encontram na instituição. Assim nos debruçamos sobre os escritos de Ademar Vidal, preferencialmente os inéditos desse escritor de flagrantes que marcou época nos anais do jornalismo, escrevendo crônicas para jornais de destaque na Paraíba. Além de crônicas ele escreveu artigos, resenhas, poemas e dezenas de livros com temas diversos: política, economia, direito, escravidão, cultura popular.

Nesse processo de produção também existe o processo de auto-organização, no qual Ademar Vidal foi leitor de sua própria obra, assim ele acabou fornecendo uma base para compreendermos como a variedade organizada – a informação, o significado - pode emergir dessa interação. O trabalho no Arquivo Ademar Vidal, além da experiência no trato com documentos frágeis e impregnados de informações nos proporcionou um conhecimento da criação do escritor, dado também pela nossa curiosidade na leitura desses originais.

Dessa forma, as informações advindas dos inéditos do autor são compostas de anotações manuscritas e datiloscritas⁶, emendas, recortes, rasuras, correções, acréscimos, reescritura de palavras, impondo uma variedade de inscrições que servem de prova para fatos, modos de vida e crenças, como podem ser vistos nas imagens a seguir:

⁵ Consideram-se inéditos os escritos de Ademar Vidal, sejam livros completos ou partes de livros que não foram publicados editorialmente, e por tratar-se de material que ainda não fora estudado e analisado criticamente.

⁶ Datiloscrito é um recurso mecânico manuseado diretamente por quem escreve. Gréssillon (1994) apud Rosa (2012, p. 55) considera o datiloscrito como manuscrito. Para ele, manuscrito é “todo documento escrito a mão, por extensão, aí se incluem às vezes, documentos datilografados ou impressos”.

Imagem 1 - 2 - O escravo sob o regime econômico: etnografia e patriarcalismo.

De desde meados de 1600, que as índias vinham fazendo os seus estragos. A população de índios era grande. A de negros cativos, pequena, bastante espalhada, mas sofrendo terríveis consequências. Vivia quase toda na faixa litorânea, a outra parte ocupada na região sertaneja, além das serranias do brejo e várzea onde a sua presença se fazia já notável.

(Quinda não se achava intensificado o comércio da escravidão com a África. Os tapúias sujeitos, estes, sim, é que perfaziam total apreciável na vida da Colônia, em pugnas constantes com o estrangeiro invasor. Regidos como animais e postos presos no mouro. Depois de amansados é que entravam a participar da existência dos seus donos, duros no tratamento e no regime de trabalho pesado. O hábito de agarrá-los e domesticá-los deu saliva à boca do senhor colonizador a ponto de, escasseando este elemento braçal autotone, voltar avidamente as suas vistas para o farto veio negro da outra banda do Atlântico.)

Havia realmente mau tratamento do escravo no Nordeste em virtude do mau tratamento que se dava ao cativo, ser bom e útil. Regime que se observava em todo o território nacional com uma evidente lógica base econômica. Os escravos do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo eram enviados para o Rio Grande do Sul só para serem vendidos. Demais os métodos adotados pelos espanhóis eram rigorosos. Por vezes cruéis. Também a barra do Rio Grande era difícil de vencer. Os navios negreiros só sobravam — daí não haver fácil movimento servil. Os habitantes da fronteira podiam suprir a necessidade de braços. E os negros adquiridos no barato iam prestar serviço ativo debaixo de reldos e castigos.

Os escravos não chegavam, ganhavam interior do Nordeste, por troca ou compra feitas pelos senhores de engenhos. Conduziam ferinha e rede, arcos, flechas e, muitas condições, eram tidos como ricos. Os chefes que levavam maior número de negros, para a pesca e a caça, eram "mais regalados e melhor providos" (1). Raros os escravos que ficavam nas capitais servindo às famílias ricas, ou às Ordens Religiosas (2). A escravidão, sulcos mortíferos. Com ela vinham as cobras cascavel e jararaca. Além da prostituição. Conta-se até que uma retirante vendeu os abundantes cabelos para alimentar o pai enfermo. Não se prostituiu, fazendo resistência, não cedendo às tentações do dinheiro que lhe oferecia o "comissário do abarrastamento". O escravo, cada qual, sofria as consequências da inanição. (Nota: gente que sofria de fome total.)

Doações emanadas de "pessoas principais e conhecidas", que se retiravam do "árido interior" para o litoral (e não queriam con-

tinuar com as preocupações de direção à distância) eram feitas, em cartório, com o "sinal de eternidade". Doações que tinham um significado de pagamento de promessa. É curioso a que foi conferida por Antônio Correia de Valdear e sua mulher, dona Catarina de Valdear, ao abade de São Bento, Frei Gondia, em 7 de maio de 1609. A Ordem entrou logo na posse de tudo, inclusive dos escravos relacionados. Não se fazia distinção entre gente e bicho. O escravo era tido como objeto de direitos humanos. Não passava de animal. O tratamento era o mesmo.

Na sociedade dos escravos índios, a época periódica chegava era a morte. Ontem como agora. Não os deixavam, acompanhados de seus parentes, mas as tribos também abandonavam as terras áridas e atingidas pelo fenômeno, todos se destinando às paragens temperadas da região Borborema. Os prejuízos que essas viagens imprevistas lhes proporcionavam pesavam na economia geral. Os senhores de escravos, que dinamicamente espertos, sabiam ressurcir os golpes inesperados da fortuna, das tribos, estas sofriam a valer, pois sem agricultura, sem indústrias, povos pastores que eram, se entregavam sempre (após as calamidades da seca) ao assalto dos aldeamentos mais favorecidos pela fortuna. Inverno ou seca, não se via a razão de viver do sertanejo (4). Uma como espécie de "ser ou não ser" — dilema dentro do qual se movimenta e constrói para logo depois ver tudo destruído sem restar, desanimado e batido de novo a antiga tola.

O rigor da escolheira não trouxe apenas "hábitos de necessidades", como esses de franca rapina. Mesmo quando não havia seca, as tribos ficavam na obrigação de descer na direção do mar, por todo o mês de outubro e só voltavam ao seu ambiente sertanejo no começo do outro ano, isto é, em fevereiro ou março, quando o inverno se aproximava com a alegria de suas furturas. Também em Jacumã, na Baía da Traição, em noutro ponto atlântico quer, ou no Livramento — lugares encantadores do litoral paraibano — os cariris armavam as suas redes; atiravam as suas pirogas ao mar, na faina das pescarias; caçavam também; dançavam; faziam filhos; punham caju de fermento para obtenção do cajuim; embriagavam-se até mais não poder. E então dormiam até mais não poder. Dormiam sem o mínimo conforto. Preferência se davam em tipóias e giras. As virgocas também à noite toda sugando sangue de bexiga. Mas elas nem como que nada sentiam que pudesse abalar o sono grosso e pesado. O trabalho diário era fatigante, deixava o corpo amolecido e sem forças, mas os percevejos e pulgas, combinados com as virgocas, conseguiam perturbar o repouso da escravidão. Mas a saúde não era dos morcegos sugadores conseguia acordá-los de seus sólidos sonhos.

(Assim era o Nordeste! Entanto, no sul do país, o escravo se defendia com os toldos, dificultando a ação voraz dos morcegos)

Fonte: Dados obtidos no Acervo de Ademar Vidal no IHGP, 2018.

Importante enfatizar que Ademar Vidal principiou recolher dados sobre a escravidão na Paraíba desde 1920, e chegou a participar do *Livro do Nordeste* em 1925, com o texto intitulado "Um século de vida paraibana", e em 1934 participou do Congresso Afro-brasileiro apresentando o artigo "Três séculos de escravidão na Paraíba". Ambos organizados pelo sociólogo e escritor pernambucano Gilberto Freire, com intuito de preservação da memória

Importante enfatizar que é nesta década de 20 que surgem mudanças na vida literária e na produção cultural do país em função do Modernismo, que se propunha a mostrar um Brasil com suas mazelas e sem idealismos românticos, movimento este no qual Ademar Vidal, assu-

midamente regionalista, adere em função de sua amizade com Mário de Andrade, cujas influências sobre Ademar Vidal trataremos no capítulo 4.

Segundo afiança Nora (1993), o estudo acerca da memória sempre gerou reflexões tendo como causa vários fatores, dentre os quais o lugar que a memória ocupa no campo da historiografia e o caráter enigmático contido nas formas de representação do passado. Assim, os escritos de Ademar Vidal se relacionam com narrativas históricas que presidem a organização de seu arquivo, fazendo lembrar daquilo que é passado, ou seja, daquilo que não está mais presente entre nós.

De modo geral, os escritos de Ademar Vidal tratam da memória da escravidão e do processo abolicionista, dando ênfase à liberdade dos negros após a abolição. Essa memória que o autor buscou preservar faz parte da construção da identidade do lugar, isto é, da sociedade paraibana.

Penetrar nos escritos de Ademar Vidal, para ressignificar as memórias de negro escravo, é um recurso indispensável na tentativa do revivermos experiências. Como esclarece Candau (2006), a memória constitui-se como um importante meio de conscientização ou construção de uma identidade aportada nas experiências vividas em um determinado contexto histórico. Vale ressaltar que a memória não se constitui de uma simples rememoração de acontecimentos perdidos no tempo, mas algo importante ligado ao acúmulo de experiências. Ela possui a capacidade de instrumentalizar, por exemplo, os arquivos pessoais, para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger o passado.

Para Ricoeur (2007) a ideia associada à memória de que nos lembramos, quase sempre em forma de imagens, acaba por envolver as lembranças com o poder do imaginário, o que acarreta as capacidades da memória à sua condição de veracidade. Para o autor, a memória é o fator primordial na busca pelo que é passado. De acordo com a ideia de uma fenomenologia, Ricoeur (2007) atesta que a memória é apresentada como sendo voltada para algo, para histórias narradas, para um objeto determinado.

Na concepção de Diehl (2006), as histórias narradas perderam muito de seu sentido original “glorioso e heróico”, e os feitos modernizadores cedem lugar à consciência de viver numa época multicultural e de interesses pluriorientados. Para o autor, as mudanças nas formas de produção do conhecimento geraram “o afastamento das histórias e das representações estruturais de caráter eminentemente materialistas, em seu lugar crescem as histórias culturais”. O autor atesta ainda que, “já não são mais os modelos conceituais teóricos aqueles capazes de dar conta da ambição explicativa, mas a memória agora passa a assumir importância” (DIEHL, 2006, p. 46).

Ainda no que tange à memória, destacamos os estudos de Assmann (2011) cujo eixo de sua argumentação consiste em demonstrar que não há uma essência da memória. Para ela os modos de recordar são definidos culturalmente, variam ao longo do tempo de acordo com a formação cultural em que são formulados. Segundo informa a autora, a memória não é mais considerada como vestígio ou armazenamento, mas uma extensão constantemente reformulada, sob as diferentes perspectivas do presente. Desse modo, entendemos que a literatura constitui um veículo central de representação e reconstrução de memória e identidade; a memória, por sua vez, é o veículo transmissor da informação e do conhecimento produzido.

Como atesta Candau (2006), as identidades culturais estão intimamente relacionadas com o sentimento de pertencimento e identificações dos indivíduos de determinada cultura. Esta, por sua vez, se constitui em um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, por meio do qual “os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1978, p. 66). Desse modo procuramos captar a importância da produção de Ademar Vidal nas relações que essa produção mantém com a memória, ou seja, as possíveis relações entre os escritos e o universo representado nele. Nesse caminho questionamos: *Qual a contribuição dos escritos de Ademar Vidal, em particular os inéditos, na perspectiva da construção da informação e da memória do negro escravo na Paraíba (PB)?*

Com o intuito de responder ao nosso questionamento, traçamos os objetivos, tendo como *objetivo geral*: Analisar a contribuição dos inéditos de Ademar Vidal, na perspectiva da construção da informação e da memória do negro escravo na Paraíba (PB).

Quanto aos *objetivos específicos*, foram assim delimitados: a) Identificar nos escritos produzidos por Ademar Vidal aqueles que versem sobre negro escravo; b) Identificar nessa produção os inéditos de Ademar Vidal, e verificar se constituem fontes de informação capazes de auxiliar na construção e no fortalecimento da memória do negro escravo na Paraíba; c) Ressignificar a memória de negro escravo por meio da produção vidaliana.

Perante os objetivos expostos, o trabalho tem como *premissa*: os inéditos de Ademar Vidal são considerados como documento capaz de ressignificar a memória de negro escravo e fazem parte do acervo cultural na Paraíba. Eles configuram o conjunto de tudo aquilo que tem sentido social e devem ser recuperados, conservados, disseminados e socializados.

Nossa base teórica sustenta a suposição de que as representações que Ademar Vidal elabora, a respeito das memórias de negro escravo, evocadas nos seus escritos, apresentam

seu significado como a capacidade de recordar fatos, eventos, informações. São múltiplos os aspectos relacionados à escravidão, afrodescendência, racismos, entre outros enfoques.

Para trilhar esse caminho, recorremos ao levantamento bibliográfico para averiguar o que já haviam produzido sobre Ademar Vidal. A primeira indicação foi a tese de Maria Nilza Barbosa Rosa, defendida em 2006, transformada em livro em 2012, pela Editora F&A, que retrata a cultura popular em Ademar Vidal. Apesar de a obra reunir documentos que comprovem a participação de Ademar Vidal na vida pública e privada, do dever da memória de garantir o merecido reconhecimento social, cultural e político da imagem individual que ele próprio tinha de si, não discutiu especificamente a temática da escravidão. Além do trabalho de Rosa (2006), encontramos os estudos de José Octávio de Arruda Mello (1988) sobre Ademar Vidal, numa perspectiva histórica abrangente, voltados principalmente para a Revolução de 1930 na Paraíba.

Outra menção ao autor ocorreu no trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, de autoria de Maria Joedna Rodrigues Marques (2019), cujo tema é “Ademar Vidal e a produção de uma paraibanidade cultural a partir dos estudos folclóricos (1941-1950)”.

Outras referências foram encontradas, mais no sentido da construção de uma *Fortuna Crítica*⁷ de Ademar Vidal, isto é, o número de estudos relacionados à sua produção; tudo que já se escreveu sobre ele, não deixando de fora referências fundamentais, incluindo a todas numa relação que se quer sumária e orientadora da produção do escritor, publicadas em jornais locais e também fora da Paraíba, de modo genérico, apresentando vida e feitos do autor. Em face dessa articulação, buscamos os escritos de Ademar Vidal, organizados no seu arquivo pessoal localizado no IHGP, percebendo sua atuação no contexto das memórias de negro escravo na Paraíba. Recolher essa produção, estabelecer uma ordem e buscar a significação foi também perscrutar um lugar na memória do autor; um lugar de identificação das fontes.

Neste trabalho, o caminho traçado para a abordagem resultou na estruturação de 6 capítulos, organizados da seguinte maneira:

No *Capítulo 1*, TESSITURAS INICIAIS: encontrando o objeto, serão apresentados o contexto da construção do objeto de pesquisa, a formulação do problema, os objetivos do estudo, a premissa, a justificativa da escolha do tema, e a estrutura do trabalho.

⁷ Uma *Fortuna crítica* prioriza a importância das obras e a proposta de uma leitura global da produção, sendo, por isso mesmo, centro de atenção de muitos estudiosos. Por fim, uma forma sintética, um histórico das diferentes abordagens da obra é inserido na elaboração da fortuna crítica, embora não se prenda a esses elementos, a seleção pode se enriquecer dos panoramas apresentados, ou seja, de uma visão geral da obra do autor.

O *Capítulo 2* foca NOS CAMINHOS DA PESQUISA, destacando o método documental na observação e tratamento do *corpus*. Quanto às fontes, nosso trabalho foi construído a partir de um cruzamento das mesmas em suportes escritos. Tomamos os documentos históricos fazendo a crítica, pois entendemos que eles são elaborados de forma a expressar intencionalidades e subjetividades dos sujeitos. Utilizamos como documentação escrita os arquivos pessoais de Ademar Vidal, sob custódia do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

O *terceiro capítulo*, intitulado NA ESTEIRA DA INFORMAÇÃO E DA MEMÓRIA imprime uma discussão teórica e conceitual sobre a informação como elemento da memória; A memória como elemento de sentido; Os arquivos como referenciais da memória e, por fim, Memórias da escravidão: travessia, silêncios e ocultamento.

ADEMAR VIDAL E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS é o *quarto Capítulo*, e trata da vida e feitos do autor; da produção vidaliana e o modo como o autor foi arquivando a própria vida.

No *quinto Capítulo*, intitulado ADEUS EM SILÊNCIO OU A ESCRAVIDÃO SILENCIADA: os inéditos em questão - iniciamos as nossas análises a partir da produção do autor ressaltando, A resignificação da escravidão; O negro escravo na Paraíba; Fontes de resistência e a força da tradição. Por fim, A sociedade que a escravidão criou.

A título de Considerações, nosso *sexto capítulo* AS TESSITURAS FINAIS, expõe algumas conclusões a que chegamos após a realização dessa pesquisa. Certamente a análise dos inéditos de Ademar Vidal, como fonte documental, propiciará a resignificação do negro escravo na Paraíba, como também, a acessão dessa memória.

As obras geralmente suscitam experiências para o estabelecimento de uma relação da atualidade e um passado, mediada pelas memórias. Desse modo, Ademar Vidal parecia compreender bem essas questões, tanto que reconheceu a necessidade de preservação de identidades sociais e culturais registrando que os integrantes dos lugares investigados reconheciam-se como indivíduos que compartilhavam valores comuns, passíveis de ser rememorados.

Certamente o trabalho com a memória não nos prende ao passado, mas nos leva ao enfrentamento dos problemas atuais, ao permitir a resignificação de aspectos desse passado além de possibilitar uma transformação da consciência das pessoas nele envolvidas, no que concerne à própria documentação histórica, a saber: textos, objetos, imagens, lugares, sabores, cheiros, possibilita compreender seu valor na vida local, maneiras de recuperá-la e conservá-la.

Este estudo poderá, finalmente, contribuir para a fortuna crítica e para os estudos da obra de Ademar Vidal, fortalecendo tanto os seus inéditos quanto as pesquisas na área da informação e da memória.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: os caminhos da pesquisa

*"Onde não posso deixar de ser metódico é na dúvida".
(BRITO, 1988, p. 25).*

De modo geral, a pesquisa caracteriza-se por um conjunto de aspectos que fundamentam e norteiam o seu desenvolvimento. Como assegura Gonzalez de Gómez (2000), a metodologia da pesquisa designa a orientação de um movimento de pensamento, cujo esforço e intenção direcionam-se à produção de um novo conhecimento, num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009, p. 01), “ao conhecer, caracterizar, analisar e elaborar sínteses sobre um objeto de pesquisa, o investigador dispõe atualmente de diversos instrumentos metodológicos”. Sendo assim, “o direcionamento do tipo de pesquisa que será empreendido dependerá de fatores como a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que guia o pesquisador”. Portanto, dentre os inúmeros questionamentos, que podem ser realizados ao longo de todo processo de proposição e efetivação de pesquisas, merecem destaques os procedimentos metodológicos. Adentrar nesse universo é compreender os caminhos da construção do saber científico.

Na perspectiva deste trabalho, pretendemos contribuir para a qualificação dos estudos que estabelecem a pesquisa documental como procedimento metodológico, reconhecendo que o uso de documentos em pesquisa possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A presente pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico - que implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo – pautado na busca de uma base teórica para aprofundamento dos conceitos acerca da informação e da memória, dos arquivos pessoais e da memória da escravidão no Brasil.

A especificidade desta pesquisa foi sinalizada pela escolha da produção de Ademar Vidal, considerando a contradição e o conflito; o 'devir'; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, historiográfica e política que envolve seu objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007).

A abordagem adotada é de natureza exploratória e descritiva e baseada por um estudo documental, constituindo o que se denomina de fontes primárias, isto é, um conjunto de textos os quais até então, não receberam tratamento analítico. Portanto, neste estudo a pesquisa do-

cumental tem como norte o levantamento e a busca da produção inédita de Ademar Vidal, que verse sobre o negro escravo na Paraíba.

2.1 O MÉTODO DOCUMENTAL NA SELEÇÃO DO *CORPUS*

O trabalho de levantamento, identificação e interpretação das fontes são elementos constituintes da nossa pesquisa e representam o alicerce para a preservação da memória. A compreensão desse conhecimento, acumulado historicamente, é condição indispensável tanto para a produção de novos conhecimentos quanto para evitar a sua reprodução. Portanto, os documentos preservados em arquivos nos permitiram vislumbrar horizontes muito mais amplos, uma vez que trazem expressões, referências e formas de pensamento dos sujeitos que vivenciaram e compartilharam a experiência documentada. Nessa perspectiva, os dados descritivos foram sendo obtidos através do nosso contato direto com a situação estudada.

Iniciamos nossa investigação utilizando os documentos, examinando e organizando as informações a serem categorizadas e, posteriormente, analisadas. Nesse momento consideramos o conceito de documento, proposto por Cellard (2008, p. 296), como “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’”.

Na esteira do pensamento de Cellard (2008) entendemos que o documento escrito constitui uma fonte para todo pesquisador, posto que, ele é “insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas”. Além disso, “muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (CELLARD, 2008, p. 295).

Cellard (2008) atesta que o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social e assegura que a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Para Cellard (2008, p. 298), “uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”.

Aróstegui (2006) assegura que a pesquisa documental surge de fontes, de conexões entre elas, de releituras, ou de inquietações com os acontecimentos ou explicações existentes, insatisfações que, por sua vez, são provocadas pelo aparecimento de novos pontos de vista ou

de novas formas de trabalhar com os documentos. E adverte que uma pesquisa tem um “tema, mas a problemática de tal tema não se resolve, evidentemente, na coleta de informações sobre ele” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 470). Para tanto, o pesquisador deve se preocupar em articular sua pesquisa, levando em consideração as fontes, a organização das informações, a tipologia e seu uso, assim como a relação com outras pesquisas da mesma área, ou similares.

Aróstegui (2006) enfatiza ainda que o aparecimento de novas fontes, de novos enfoques para problemas antigos, de novas posições “interpretativas” acerca de fenômenos conhecidos, tem tanta ou maior importância para o progresso historiográfico do que a rotulação de novos campos de pesquisa. De fato “[...] os territórios de pesquisa se mostram inesgotáveis, contra a opinião dos velhos preceptistas que acreditavam na possibilidade do esgotamento de um campo de estudo ao se chegar à exploração completa de suas fontes” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 471).

Tal posicionamento do autor nos leva a correlacionar suas ideias à tese aqui defendida, onde abordaremos a questão do negro escravo na Paraíba à luz das iniciativas de preservação da memória, buscando o conhecimento de situações da vida social, política e econômica de uma época, descrevendo suas características, propriedades ou relações, dentro de uma perspectiva muito peculiar do autor: diversidade, erudição e entusiasmo.

Dessa forma, tomando por empréstimo as concepções de Aróstegui, consideramos que a análise documental “está embutida no processo geral da pesquisa científica que considera sempre que as fontes equivalem ao campo geral da observação na qual hão de ser obtidos os dados”, e que, por isto, “a competência para a crítica e avaliação requer fundamentalmente uma preparação teórica, metodológica e técnica que pode perfeitamente ser adquirida e que incorpora não somente recursos técnicos, mas também intuição e rigor na aplicação do método” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 506).

2.2 A COLETA DOS DADOS

Após a autorização emitida pelo IHGP para a coleta dos dados, foi a captura e cópia dos documentos relacionados às memórias de negro escravo na Paraíba, o que proporcionou a organização por similaridade, pertinência temática, cronologia e origem do documento.

As pesquisas se iniciaram no ano de 2017, com um levantamento preliminar do acervo pessoal de Ademar Vidal, espalhado em ensaios, crônicas, artigos, livros, e alguns inéditos. Nosso intuito era conhecer todo o acervo, inclusive as cartas trocadas entre Ademar Vidal e

vários expoentes da nossa literatura, tais como Mário de Andrade, Gilberto Freire, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, para depois decidirmos sobre o *corpus* da pesquisa.

O acervo de Ademar Vidal se constitui de *onze pastas*, que contêm cerca de três mil documentos, guardados em envelopes de papel neutro, protegidos com etiquetas que ajudam a manter a inteireza física do documento. Os assuntos são os mais diversos, abarcando política, anotações de provérbios, usos e costumes, entre tantos outros. De acordo com Rosa (2012), em sua maior parte o acervo de Ademar Vidal é composto por documentos impressos, inserido na data limite 1920-1986, e contribui para ultrapassar o procedimento arquivístico, sinalizando informações valiosas à pesquisa, tais como, o inventário dos bens do patrimônio imaterial da coletividade paraibana.

Desse modo, levantamos a estrutura do conjunto de produção do autor, sendo que nosso esforço inicial foi identificar esses escritos, conforme constam no acervo, e a localização física dessa produção. Assim, levamos adiante nossa investigação conferindo um valor memorialístico aos seus escritos, à medida que íamos superando os limites inerentes ao próprio material pesquisado, reconhecemos que se tratava de uma bagagem que é memorialística, possibilitando versões e interpretações possíveis.

A coleta dos dados propriamente dita foi obtida em 2018, em visitas semanais à sede do IHGP, das oito ao meio dia, durante três meses. A obtenção dos dados foi facilitada pelo bom atendimento da equipe do IHGP, que prestou toda atenção necessária para o levantamento do material pesquisado. Considerando o adiantado da coleta dos dados, decidimos então formar o *corpus* da pesquisa, optando por trabalhar os inéditos na produção vidaliana.

A escolha se deve ao fato de poder lidar com uma produção ainda inédita, em termos de estudo acadêmico, e por tratar-se mais especificamente das memórias de negro escravo na Paraíba. Como já nos referimos anteriormente, esse tema nos instigava desde que ouvíamos as histórias contadas por nossos familiares a partir da literatura narrada por Ademar Vidal.

Se, por um lado, o acervo de Ademar Vidal encontra-se bem preservado e organizado, por outro lado, constatamos que faltavam alguns escritos do autor, mais especificamente três inéditos, que não estavam presentes em seu acervo, embora estivessem relacionados como tal, tomando destino ignorado pelos próprios funcionários do IHGP. Em função dessa subtração dos originais de Ademar Vidal, de seu arquivo pessoal, não foi mais permitido retirar os documentos do acervo, sequer para realizar cópias, sendo oferecida a opção da digitalização dos originais a partir de fotografias em alta resolução.

Partindo da atenção à produção do autor sobre memórias de negro escravo na Paraíba, passamos à sua seleção em função da diversidade de enfoques que validem a existência desta

produção no seu rigor construtivo, de um pensamento documentado, como se pode conferir a seguir:

Quadro 1 – Produção inédita de Ademar Vidal (originais de livros).

Adeus em silêncio	Manuscrito, [s.d.]. Pasta n.1
A memória tem sete faces	Manuscrito [s.d.]. Pasta n.1
A nossa casa da Torre: a conquista do sertão paraibano e nordestino	Datiloscrito [s.d.]. Pasta n.22
Aqueles dias	Manuscrito [s.d.]. Pasta n.3
A seca mina de loucos	Datilografado [s.d.]. Pasta n. 4
A terra da gente	Manuscrito [s.d.]. Pasta n.4
Binômio imbatível: caju e cachaça	Datilografado [s.d.]. Pasta n.9
Dentro (e fora) do Brasil: curvas do tempo	Datilografado [s.d.]. Pasta n.1
E ainda o Nordeste	Datiloscrito [s.d.]. Pasta n. 10
Estudos de História Social do Nordeste	Datilografado [s.d.]. Pasta n.9
Intimidade com a seca	Datilografado, 1942. Pasta n.9
Latifúndio	Datiloscrito, 1951. Pasta n. 10
O escravo sobre o regime econômico: etnografia e patriarcalismo	Datilografado, 1946. Pasta n. 22
O magistrado jornalista	Datilografado [s.d.]. Pasta n.2
Quando os negros chegaram	Datilografado [s.d.]. Pasta n. 11
Religiões africanas	Manuscrito e datiloscrito [s.d.]. Pasta n. 9

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do acervo de Ademar Vidal no IHGP, 2018.

A obra *Importância do açúcar* de Ademar Vidal foi escrita em 1945 (Asa Artes Gráficas), e seu capítulo primeiro versa sobre o negro escravo na Paraíba. Nela o autor ressalta a importância que a monocultura da cana de açúcar teve na formação sociocultural do estado e reconhece a relevância histórica e cultural desse elemento para o país. O autor chama atenção para elementos, até então desprezados pela história oficial, citando episódios heróicos, preferindo o cotidiano, aquilo que era reputado pelos escritores à sua época.

No quadro a seguir, apresentamos os inéditos que versam sobre o negro escravo na Paraíba. Esses títulos já se encontram publicados em formato de livro ou de artigo.

Quadro 2 - A Produção de Ademar Vidal sobre o negro escravo na Paraíba

Um século de vida paraibana (1825-1925)	Capítulo de livro	Esse inédito de Ademar Vidal não se encontra disponível no IHGP/PB.
Três séculos de escravidão na Paraíba	Artigo publicado em: <i>Livro do Nordeste</i> , 1979	Faz parte de uma obra, organizada por Gilberto Freire, publicada pela Editora Massangana, 1979, p.105-152.
O escravo sob o regime econômico: etnografia e patriarcalismo	1946. Pasta nº 22	Esse inédito faz parte de nossas análises.
Religiões africanas	[S.d.]. Pasta nº 9	Esse inédito de Ademar Vidal não se encontra disponível no IHGP.
Práticas e costumes afro-brasileiros	CS_360 PB (6247/09)	Esse inédito faz parte de nossas análises.
Quando os negros chegaram	[S.d.]. Pasta nº 11	Escritos dispersos.
Parte dos originais de livro sobre o negro (<i>p.135 a 251</i>)	A561P8	Escritos dispersos.

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do acervo de Ademar Vidal no IHGP, 2018.

Para melhor visualização da produção inédita de Ademar Vidal, elaboramos o Quadro a seguir, evidenciando o *corpus* da pesquisa.

Quadro 3 – Os Inéditos de Ademar Vidal que versam sobre o negro escravo na Paraíba⁸

O escravo sob o regime econômico: etnografia e patriarcalismo	1946. Pasta n.22
Religiões africanas	[s/d]. Pasta n.9
Práticas e costumes afro-brasileiros	CS 360, PB (6247/09)

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do acervo de Ademar Vidal no IHGP, 2018.

Selecionamos os escritos do autor, denominados de inéditos (**Quadro 3**), por se tratarem especificamente da escravidão e do negro escravo na Paraíba. Pressupomos nessa produção, uma contribuição legítima para o conhecimento desse período da história que poderá suscitar novas interrogações e novas propostas de trabalho. Assim, as escolhas feitas estão pautadas numa singularidade particular nos escritos de Ademar Vidal, resultantes de

⁸ Destacamos mais uma vez, que a escolha de apenas três inéditos se deve ao fato de estes estarem disponíveis para consulta no Acervo Ademar Vidal no IHGP. No entanto, como cada texto se constitui de 100 a 200 páginas, os consideramos suficientes para realização das análises. Os demais títulos por nós citados estão registrados no acervo, porém os exemplares não se encontram.

pesquisa, de estudos e criações do autor. Pesquisar um arquivo pessoal é, muitas vezes, tornar visível o invisível, observando as intenções dos ditos, como assegura Oliveira (2018).

No item a seguir, faremos avançar a discussão teórica e conceitual proposta neste trabalho, que se apresenta como o capítulo axial deste estudo, pois a partir dele reuniremos os elementos para analisar a questão central a que nos propusemos. Desse modo, procuramos nos armar de uma fundamentação teórica, que possa iluminar o caminho da nossa indagação.

3 NA ESTEIRA DA INFORMAÇÃO E DA MEMÓRIA

"O tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de fazer mover e aproximar" (SARAMAGO, 1991, p. 168)

Esse aforismo define o tempo como uma dimensão existencial sujeita à memória humana. Assim, as palavras de José Saramago, epigrafadas no início deste capítulo, indicam a estratégia narrativa do escritor de lidar com o passado. Para ele, o presente não existe, só o tempo passado que é tempo reconhecível, assegurando que não se trata de recuperar o passado e muito menos de querer fazer dele lição do presente, pois o tempo vivido (tempo de fato) apresenta-se unificado ao nosso entendimento, simultaneamente completo e em crescimento contínuo.

Saramago (1991) sublinha que desse tempo, que assim se vai acumulando, é que somos o produto. Para ele, o produto da reconstituição existencial do mundo moderno possibilita a materialização de anseios, represados na memória coletiva, sinalizando para a superação de uma visão única e totalizante do passado. Assim, como esclarece Saramago (1991), o tempo não mais se mostra retilíneo, mas ondulante e subjetivo.

Por certo, vivemos uma sociedade que valoriza o efêmero, a fluidez e a rapidez das coisas, em detrimento da permanência e, conseqüentemente, da construção de uma memória social, como bem retrata Bauman (2005). Para o autor, numa sociedade com essas características as experiências passadas e a tradição acabam se tornando irrelevantes, e a rápida incorporação de novos padrões, novas metas, é a única forma de garantir a sobrevivência.

Desse modo, o estudo da memória é preenchido pelas noções de lembrança, esquecimento, silêncio, recordação, lugares, passado, presente e futuro. Enfim, por uma série de informações que, "geradas no passado e disponibilizadas no presente permitem novas utilizações e a construção de novos conhecimentos" (OLIVEIRA, 2018, p. 55).

Tomando a questão da escravidão no Brasil, como construção de uma memória social, podemos dizer que a escravidão permeia o desenvolvimento da sociedade humana ao longo de sua história. A escravidão passou, mas deixou chagas ainda não de todo fechadas, no confronto com a impunidade de tanta barbárie contra uma raça humana. Como não olharmos

para essa história e não nos sentirmos consternados, diante de uma atrocidade que insiste em permanecer? (mesmo que em outros moldes?).

Após essa digressão inicial, a proposta central deste capítulo é desenvolver uma discussão acerca da informação como um elemento de memória; a memória como elemento de sentido; o arquivo como depositário de documentos que podem, ou não, referenciar a construção de memórias; e das memórias da escravidão no Brasil. Enfatizamos, portanto, a necessidade de explicitar os fundamentos das pretensões de conhecimento sobre o tema, a fim de darmos suporte ao nosso trabalho.

Aqui a memória é tratada como construção, circunscrita a limitantes espaço-temporais e formais em que seus agentes tenham presença. Esse processo construtivo visa atender demandas que estão presentes no momento dessa construção, com isso a memória deve atender ao que é necessário no presente, onde vincula a efetivação da memória ao jogo de ações em que está inserida, não prescindindo das formas sociais de apropriação desses documentos.

De acordo com Dodebei (2016), a relação informação/memória permite a elaboração de um cenário onde é possível refletir sobre os pontos de contato entre a memória social, as ciências da informação e comunicação. Nesse sentido, instituições como museus e outras instituições depositárias de documentos como os de Ademar Vidal, permitem a atualização de vestígios do passado no tempo presente, através de pesquisadores que ressignifiquem a memória preservada nesses documentos.

3.1 A INFORMAÇÃO COMO ELEMENTO DE MEMÓRIA

Certamente as possibilidades tecnológicas para desenvolver a massificação da informação têm sido muito rápidas, e o indivíduo, por vezes não dispõe dos elementos adequados para saber escolher e selecionar a informação.

Informação diz respeito não apenas ao modo de relação dos sujeitos com a realidade, mas também aos objetos criados pelas relações e práticas sociais. Como assegura Marteleto (1995, p. 03), a informação é “um fenômeno sempre atual, uma ligação entre o vivido no eterno presente”. Para a autora, “a informação é um artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura, e por conta desse ordenamento gera memória, tem permanência e registro”. Ressalta ainda a autora que “a informação necessita de meio, organização e política além de apresentar complexidades

sociais e coletivas configuradas pelas representações e ações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais” (MARTELETO, 1995, p. 03-05).

Para Capurro e Hjørland (2007) o conceito mais comum de informação é o sentido de conhecimento comunicado, desempenhando um papel central na sociedade contemporânea. “Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 11).

Para Araújo (2012, p. 146) o significado de informação pode ser compreendido “como um fenômeno objetivo, com existência independente dos sujeitos e dos contextos, algo possível de ser transmitido tal como é de um ponto a outro num processo de comunicação”. Assim, como esclarece Araújo (2012, p. 148), “passamos a dar especial atenção às maneiras como os indivíduos percebem seus estados de lacuna cognitiva e as estratégias utilizadas por eles para buscar e usar as informações de que necessitam”.

No Brasil, muitas vezes o acesso à informação se dá num contexto de desigualdade socioeconômica e cultural dificultando a organização do conhecimento. Segundo apontam Brascher e Café (2008), a organização do conhecimento está relacionada com o processo de formação para construção de representações do conhecimento, com base na análise do conceito e de suas características, para fins de recuperação.

Como esclarece Azevedo Netto (2007), a presença do homem no processo informacional estaria relacionada ao entendimento da informação como um artefato, posto que a informação é “fruto da confecção humana, sem existência própria na natureza, já que ela é uma ferramenta, produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos necessários para a construção do conhecimento” (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 05).

Na esteira do pensamento do autor, podemos dizer que as informações registradas em diferentes suportes, selecionadas e organizadas em bibliotecas, arquivos e museus, formam, portanto, as bases do conhecimento, dos saberes estruturadores da memória de indivíduos e de coletividades.

No sentido de sintonizar o homem com o mundo, Barreto (2007, p. 23) observa que a informação é responsável por ligá-lo:

Ao seu passado histórico, às suas cognições prévias e ao seu espaço de convivência, colocando-o em um ponto do presente, com uma memória do passado e uma perspectiva de futuro; o indivíduo do conhecimento se localiza no presente contínuo que é o espaço de apropriação da informação.

Tomando por empréstimo as concepções de Jesus, Soledade e Toutain (2018, p. 101), consideramos a informação como uma substância que pode ser compreendida como “elemento vital para a constituição da existência de homens e mulheres que produzem formas de relacionamentos, significados, trocas de experiências, que perpassam momentos e constituem a própria vida”, sendo desse modo, “insumo básico para o existir, constituindo-se em relações sócio-históricas” (JESUS; SOLEDADE; TOUTAIN, 2018, p. 101).

Sobre o elemento vital para a constituição da existência humana e as diversas formas de relacionamento, tais como a troca, Mauss (2003) considera essas formas como “relações de reciprocidade”. Para o autor, tais relações são princípios fundamentais da organização e da lógica econômica e social das sociedades de reciprocidade. Reciprocidade é entendida com o caráter universal da obrigação de “dar, receber e retribuir” (MAUSS, 2003, p. 23), mas para poder dar é preciso produzir; e a produção está subordinada à doação.

Este modo de olhar a realidade concreta como um fenômeno paradoxalmente total, ao mesmo tempo simbólico e material, nos leva a crer que tudo é importante nas relações sociais, inclusive as crenças, os valores, as normas e as regras. O surgimento dos vínculos sociais em diferentes sociedades está sempre condicionado aos modos como circulam os bens simbólicos entre os indivíduos no interior do grupo social.

Martins (2004, p. 23), citando as ideias de Mauss (2003), compreendeu que a sociedade “é primeiramente instituída por uma dimensão simbólica, e que existe uma ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir em todas as sociedades, independentemente de as mesmas serem modernas ou tradicionais”. O autor adverte que aquilo que circula [consideramos aqui a informação], influi decisivamente sobre como se formam os atores e como se definem seus lugares em sociedade.

Capurro e Hjørland (2007) destacam a informação como lugar comum, e a consideram como condição básica para o desenvolvimento econômico juntamente com o capital, o trabalho e a matéria-prima. Para os autores, o que torna a informação especialmente significativa na atualidade é sua natureza digital.

Capurro (2003) vê a informação como algo separado do usuário “localizado em um mundo numênico, [...], se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano” (CAPURRO, 2003, p. 09). Para Capurro (2003), é a natureza social e coletiva da informação que é levada em consideração, o seu enraizamento em um determinado contexto, e ainda o caráter ativo do sujeito. Se há por um lado a ação de registrar, preservar, reformular

informações; por outro, há o silêncio, o esquecimento, o apagamento da memória como um recurso válido para a ocultação de informações (CAPURRO, 2003).

Nesse sentido, relacionamos o pensamento de Meneses (2007, p. 127) quando sublinha que, “ao nos apropriarmos da informação pela memória podemos tornar inseparáveis as práticas e representações colocadas em circulação em um determinado tempo”. Desse modo, o autor assegura que “existe a possibilidade de a memória ser construída, ressaltada ou silenciada por meio de mecanismos de ação ou por meio de representações”, isto é, comemorações ou lembranças imaginadas. Com efeito, “a recuperação dos dados históricos, por meio de uma prática social, dá consistência e significado à memória, ampliando a capacidade de percebermos as transformações da sociedade pela ação humana” (MENESES, 2007, p. 136).

Candau (2006, p. 15) relaciona a memória com a passagem do tempo acreditando ser ela, “condição a qual não escapa nenhuma existência”. Assim, o autor expõe a seguinte metáfora: “a memória é como um inseto que devora inexoravelmente toda vida, onde o presente é agonizante por essência e condenado a desaparecer no passado ao vislumbrar a chegada do futuro, ameaçando, desta forma, grupos e indivíduos em suas existências” (CANDAU, 2006, p. 15).

O autor adverte que o trabalho com a memória certamente não nos prende ao passado, mas nos leva ao enfrentamento dos problemas atuais, ao permitir a ressignificação de aspectos desse passado, além de possibilitar uma transformação da consciência das pessoas nele envolvidas, no que concerne à própria documentação histórica, a saber: textos, objetos, imagens, lugares, sabores, cheiros, compreendendo seu valor na vida local e as maneiras de recuperá-la e conservá-la (CANDAU, 2006).

Portanto, intrinsecamente ligado ao conceito de informação está o de memória. Assim, a informação tem sido ponto central em discussões que envolvem os âmbitos social, científico, econômico e político. A memória, por sua vez, vem sendo ressignificada pelos momentos de fluidez em que vivemos (BAUMAN, 2005). Nesse sentido, Bauman (2005) atesta que houve um tempo em que conceitos eram sólidos, e que ideias, ideologias e relações moldavam a realidade e a interação entre as pessoas. Para ele, “a pós-modernidade trouxe com ela a fluidez do líquido, ignorando divisões e barreiras, assumindo formas, ocupando espaços e diluindo certezas, crenças e práticas” (BAUMAN, 2005, p. 52).

Procuramos até aqui, enfatizar a necessidade de explicitar os fundamentos das pretensões de informação e sua relação com a memória. No item seguinte trataremos da

memória como elemento de sentido, compreendendo que a memória pode abrir espaços na construção do sentido para os sujeitos.

3.2 A MEMÓRIA COMO ELEMENTO DE SENTIDO

O estudo acerca da memória sempre gerou reflexões, tendo como causa vários fatores, dentre os quais, o lugar que a memória ocupa no campo da historiografia e o caráter enigmático contido nas formas de representação do passado (NORA, 1993). Assim, a memória se relaciona com a lembrança e o esquecimento.

Em uma mudança de perspectiva, Ricoeur (2007) estuda a “fragilidade” da “boa memória”, concebendo-a como um recurso indispensável e único ao alcance do sujeito na tentativa do reviver experiências, mostrando a diferença entre rememoração e o simples ato de recordar. Muitos são os fatores que podem permitir a vontade do esquecimento, dentre eles, citamos o período da escravidão no Brasil, período que não podemos desprezar, pois a nossa memória será sempre uma forma de costurar nossa história. Nesse sentido, Gagnebin (2006) garante que a memória cumpre uma função benéfica, permitindo uma ressignificação do passado.

Candau (2006) assegura que a memória constitui-se como um importante meio de conscientização ou construção de uma identidade aportada nas experiências vividas em um determinado contexto histórico. Para o autor, ainda que a memória seja diferente da lembrança, não se constitui de uma simples rememoração de acontecimentos perdidos no tempo, mas algo importante ligado ao acúmulo de experiências. A memória, segundo atesta Candau (2006), possui a capacidade de instrumentalizar, por exemplo, os arquivos pessoais, para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger o passado.

Bobbio (1997) entende que nossa única percepção do tempo se dá através da memória: “dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos” (BOBBIO, 1997, p. 30). Algumas lembranças duram mais tempo, outras menos, o certo é que podem durar anos. Para a criação de um passado ressignificado, precisamos retirar todo o conjunto de memórias que mantemos retido em nossa mente.

Catroga (2015, p. 16) nos seus escritos sobre memória esclarece que “o homem necessita da temporalidade para os mais diferenciados fins, sendo o tempo um elemento essencial da condição humana, teria como uma das formas de apreensão a memória”. Para Catroga (2015), isso não implica em uma naturalização da memória, pois esta não é uma questão natural; é uma construção como:

Um armazém inerte, onde, por ocasional e arbitrária acumulação, se recolhem os acontecimentos vividos por cada indivíduo, tal como acontece com as coisas amontoadas no sótão da casa dos avós. Bem pelo contrário. Ela é retenção afetiva e quente dos traços inscritos na tensão tridimensional do tempo – passado–presente–futuro – que permanentemente a tece (CATROGA, 2015, p. 16-17).

Como se vê, Catroga (2015) rejeita os essencialismos sobre a memória. Nesse sentido se assemelha ao pensamento de Ricouer (2007) ao sublinhar que se trata de uma ação realizada pelos indivíduos e, como tal, está sujeita a todos os fatores que interferem em um trabalho ligado à sociedade, ao tempo, subjetividade, entre outros.

No processo de registro da memória, Schacter (2003, p. 21) garante que “extraímos elementos fundamentais dessas nossas experiências e os arquivamos; sendo assim, recriamos ou reconstruímos nossas experiências em vez de resgatar cópias exatas delas”. O autor evidencia ainda que no processo de reconstrução há uma distorção, entranhada de emoções, sentimentos, crenças, conhecimentos e associações, obtidas muitas vezes, após a experiência. Para ele “as informações que deixam de ser importantes e tornam-se desnecessárias são progressivamente deletadas, sendo cada vez menos acessíveis com o tempo” (SCHACTER, 2003, p. 22).

Na visão de Silva e Oliveira (2014), a ligação que o sujeito mantém com o passado é que promoverá uma relação de dialogicidade e sociabilidade. Para os autores essa relação será transposta:

Em uma representatividade informacional permeada por uma informação potencial, onde o cientista da informação não tem por formação interpretar o passado com um olhar crítico peculiar dos historiadores, porém sua atividade é mensurar uma potencialidade informacional a esse passado (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 135-36).

Fenômenos como a recordação e localização das lembranças não são capazes de ser plenamente compreendidas se não se levar em consideração o contexto social no qual estão inseridos e que servem como base para a reconstrução da memória (HALBWACHS, 1990). Para o autor, a memória é coletiva e pode ressignificar o passado apenas naquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver, no presente, nos sentidos de um grupo ao qual estará relacionada.

Silva (2013, p. 247) entende que “desta forma, para Halbwachs, a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social”. Para Guarinello (1994) é difícil manter um passado em uma sociedade cada vez mais separada

dele, preocupada cada vez mais com o presente, tendendo a se desvincular de sua própria sociedade.

Refletindo sobre o termo memória, Salek e Freitas (2011) garantem que a oralidade também faz parte da memória, uma vez que as sociedades mais tradicionais promoviam a perpetuação da memória, não apenas pela oralidade, mas também por outras formas de registro.

Gondar (2005, p. 25) sublinha que a memória tem base social, e só precisa se socializar para aparecer. Para a autora, “sua complexidade está na necessidade de ser pensada como um processo em todas as dimensões, tanto nas suas implicações éticas e políticas quanto na representatividade do que se sedimentou em uma coletividade” (GONDAR, 2005, p. 17). Assim parece haver uma integração entre as características da memória de forma a permitir uma melhor adaptação àquilo que nos cerca.

Como observa Schacter (2003, p. 250), “a memória recorre ao passado para informar o presente, preserva elementos de experiências atuais para futura referência e permite que volte-mos ao passado quando desejamos”. Schacter (2003) considera que “os vícios da memória são também virtudes, elementos de uma ponte através do tempo, que permite que façamos uma ligação da mente com o mundo”. (SCHACTER, 2003, p. 250).

De acordo com Silva e Oliveira (2014), o conceito de memória traz em sua entrelinha os “traços informacionais através da organização da matéria no processo de representação da informação, possibilitando uma eficácia na recuperação da informação, visando atender a sua principal função que é recuperar para informar”. (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 136).

Para Candau (2006, p. 59-60) “a perda de memória representa uma perda de identidade, uma vez que, sem memória, o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece”. Assim, a identidade é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si.

Nas construções da memória social atuantes, por exemplo, no interior dos espaços arquivísticos, as ações do fenômeno informação privilegiam a noção de “dispositivo de informação” (WILKE; JARDIM, 2006). Esse termo favorece a reflexão acerca dos valores presentes na relação informação/memória, considerando as teorias e as ações informacionais adotadas nas instituições arquivísticas. Os autores afixam que por esse veio, as estratégias adotadas nas arquivísticas é que constroem, condicionam e atualizam a memória em seu aspecto coletivo e social, constituindo os “dispositivos de informação”.

Agamben (2009, p. 39) considera o termo dispositivo como “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e

orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens”. A partir desse entendimento, o autor assegura que o conjunto dos fluxos informacionais que perpassam os coletivos humanos, tais como o fenômeno político, são constituídos por um dispositivo possuidor de uma força de derivação, isto é: “produto e produtor de ações que geram regimes e discursos na sociedade moderna”. Assim, “as linhas dos dispositivos atravessam todo o espaço e tempo (curtos, médios e longos), constituindo a base de influência e sustentação dos regimes de enunciados e de informação” (AGAMBEN, 2009, p. 39).

Pollak (1992, p. 75) vê que “os dispositivos informacionais auxiliam naquilo que é considerado marginal e secundário e incorpora-se à construção da memória, tornando-a um fenômeno consciente ou inconsciente”. Desse modo, “há uma ligação da informação com a memória, pois uso cotidiano do termo memória evoca principalmente seu significado como a capacidade de nosso cérebro de recordar fatos, eventos e informações” (POLLAK, 1992, p. 75).

A fim de complementar as nossas reflexões sobre memória como elemento de sentido, sublinhamos que o termo informação pode ser usado em relação a coisas, processos e conhecimento. Nesse aspecto, Buckland (1991) considera a informação como coisa e, como tal, indica a natureza subjetiva da informação, envolvendo dados, documento e conhecimento registrado. Qualquer coisa poderia ser imaginável, informativa, pois “*somos incapazes de dizer, de modo confiável, sobre qualquer coisa que não pudesse ser informação*” (BUCKLAND, 1991, p. 50, grifado do autor). Para o autor, do mesmo modo que qualquer coisa pode ser simbólica, qualquer coisa pode ser informação.

De todo modo, parece haver uma integração entre as características da memória, de forma a permitir uma melhor adaptação àquilo que nos cerca. Como atesta Schacter (2003, p. 250): “a memória recorre ao passado para informar o presente, preserva elementos de experiências atuais para futura referência e permite que voltemos ao passado quando do tempo, que permite que façamos uma ligação da mente com o mundo”.

3.3 ARQUIVOS COMO DEPOSITÁRIOS DA MEMÓRIA

Quando pensamos em arquivos pessoais, geralmente relacionamos a este termo os conceitos de memória e informação, considerando-os campos essenciais na modernidade. Os arquivos são parte integrante de uma memória social e constitui um grande acervo informacional, capaz de exaltar a produção do sujeito como bem cultural; um espaço “que

agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos” (ARARIPE, 2004, p. 114). Ou, como esclarece Verri (2012, p. 37):

Espaços da memória, que delimitam, preservam, e permitem a circulação da produção intelectual, científica e cultural da sociedade, e têm nos documentos aí contidos o tempo e a duração de informações a serem interpretadas, apropriadas, memoriadas ou até expropriadas.

A relação entre arquivo pessoal, informação e memória se dá na “produção do conhecimento sobre o mundo social no qual vivemos, e passa pela reelaboração daquilo que vemos, em forma de representações” (GOMES, 2001 p. 10). Ou seja, para que possamos compreender o mundo:

É necessário desconstruí-lo, pois as informações que compõem os arquivos pessoais carregam dados de um tempo e de um lugar no passado, e as memórias do presente os apreendem em busca da consciência histórica registrada pela consistência dessa memória. (GOMES, 2001 p. 10).

Em seu relacionamento com os arquivos, a memória se mostra fundamental no processo de constituição do sentido documental/memorialístico, e cabe à memória interligar aquilo de seu próprio material, os documentos. Assim, os documentos são expostos, de forma que o sentido seja estabelecido, pois a memória é parte de um complexo processo de apreensão do sentido.

Desse modo, como sublinha Oliveira (2018, p. 55), “os documentos têm uma relação direta com os interesses ligados aos significados simbólicos e aos valores materiais e intangíveis, que possam despertar nas pessoas”. Na esteira do pensamento de Venâncio (2003, p. 159), entendemos que além de suas expressões puramente materiais, “os documentos podem adquirir outra dimensão para se converterem em lugares que representem aspirações de religiosidade, de contemplação, de transcendência, de emoção”.

Os valores intangíveis, como expressa Azevedo Netto (2017), podem cumprir importantes papéis no processo de desenvolvimento cultural do povo, pelo significado de seus desempenhos no contexto das aspirações de grupos sociais e da comunidade. Dentre esses valores estão os mitos, a sabedoria popular e o imaginário coletivo que, segundo Azevedo Netto (2017) não devem ser excluídos dos campos de preservação e proteção do patrimônio cultural, pelo papel simbólico que poderão cumprir.

Sobre a importância documental concernente aos arquivos, Assmann (2011, p. 24) pondera que estes “fundamentam e flanqueiam a memória cultural como suportes materiais dela, e que interagem com a memória individual de cada um”. Para a autora, os diversos suportes dotados de potencialidade informativa que possibilita a evocação memorial são

denominados de *médiuns*. Nessa perspectiva, surge a noção individual de memória, na medida em que se entende que é preciso haver uma pessoa a qual participou do fato, seja como ouvinte ou como ator, que se lembre daquele fato e possa relatá-lo e guardá-lo. Desse modo, é a noção de memória como condição de armazenamento de informações, podendo ser classificada como memória individual.

Fonseca (1998) citando Herrera afirma que a informação orgânica e registrada é uma informação arquivística, a natureza das informações arquivísticas é específica, ou seja, “informações registradas em suporte definido, acumuladas por um indivíduo ou por um organismo que é ao mesmo tempo, produtor e receptor da informação” (FONSECA, 1998, p. 33).

Para Araripe (2004, p. 71) “arquivos pessoais são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma, às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas ao longo de suas vidas”. Segundo preceitua Araripe (2004), de domínio público, os documentos refletem duas práticas discursivas: *gênero de circulação* (artefatos do sentido de tornar público) e *como conteúdo*, em relação àquilo que está impresso em suas páginas. São, portanto, produtos e elementos significativos do cotidiano, que complementam a memória. Para Araripe (2004), tais documentos refletem além de traços de ação social e da memória cultural, também ressignificação do tornar-se público e do manter-se privado.

De acordo com Von Sinson (2006), os documentos de domínio público assumem formas diferentes: arquivos diversos, diários oficiais e registros, jornais e revistas, anúncios, publicidade, manuais de instrução e relatórios anuais são algumas das possibilidades. Esses documentos permitem a compreensão dos movimentos políticos, econômicos e sociais, e as alterações nas práticas discursivas.

Para Von Sinson (2006) existe no arquivo pessoal uma memória individual, que é aquela guardada por um indivíduo e se refere as suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, denominada memória coletiva. Von Sinson (2006, p. 5) atesta que:

A memória coletiva é aquela formada pelos fatos e aspectos considerados importantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Reconhecemos que a memória é um instrumento e objeto de poder, seja pela informação que permite o acúmulo de conhecimento, seja pelo poder de libertação do indivíduo.

Oliveira (2018, p. 55) sublinha que “o arquivo pessoal é a composição de documentos pessoais de cunho privado e público do titular, que representa sua própria história, e materiais

acumulados durante toda a sua vida, sob a resolução construtiva da memória de si integrada a esses documentos”. Para a autora:

No arquivo pessoal, a pessoa seleciona documentos, desde aqueles mais pessoais até aqueles relacionados à vida pública, passando por fotografias, coleções, objetos e correspondências, intentando compor relatos de suas histórias de vida (OLIVEIRA, 2018, p. 55).

Oliveira (2018, p. 55) assegura que “cada arquivo pessoal tem, em sua acumulação, um sentido de ‘imortalizar’ a história de um indivíduo em todas as suas nuances, personificando o sujeito em suas relações”. Desse modo, “o arquivo pessoal representa uma fonte de pesquisa, capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo”. Ainda “pressupõe registros e lembranças da vida íntima e da vida profissional desse indivíduo”. A seleção e eliminação dos documentos “significam o momento de escolha daqueles que serão preservados e, assim, farão parte da memória” (OLIVEIRA, 2018, p. 55-56).

Ao pensar na relação entre memória e arquivo, entendemos que a relação que se instaura no sentido das formas de acesso e preservação do passado viabiliza o registro da memória. Memória que é inerente a toda cultura, assim como a toda escrita, seja científica, literária, jornalística, pois é ela que está por trás de toda intenção de registro. Desse modo, como afiança Nora (1993), as sociedades instituem lugares de memória, isto é, lugares de estrutura material circundado de um conceito simbólico e objeto de um ritual.

A prática de produzir e acumular informação dando origem a documentos guardados é observada por Artières (1998, p. 11):

Como um mandamento originário da humanidade quando diz: arquivamos nossa própria vida com um único destino: a socialização do mundo individual através da leitura de seus documentos, descortinados pelo próprio titular que o conserva, ou por terceiros autorizados (ou não).

Pollak (1992) atesta que preservar uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, requer “[...] tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...] para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade” (POLLAK, 1992, p. 9).

Assmann (2011, p. 25) assegura que o arquivo:

Não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido, tendo sido criado de modo que a informação nele codificada possa ser lida pelas gerações vindouras. Antes de ser memória histórica, é história da dominação, constante de

legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder, de posse e origem familiar.

A partir desses princípios, compreendemos que as informações registradas em diferentes suportes, selecionadas e organizadas em arquivos, por exemplo, formam as bases do conhecimento, dos saberes estruturadores da memória de indivíduos e de coletividades. Esses espaços, ou lugares da memória, como sublinha Nora (1993), delimitam, preservam e permitem a circulação da produção intelectual, científica e cultural da sociedade. E como esclarece Verri (2012, p. 12), “tendo os documentos aí contidos o tempo e a duração de informações a serem interpretadas, apropriadas, memoriadas ou até expropriadas”.

Portanto, qualquer organismo, independentemente de tamanho, missão ou setor de atividade, para existir, funcionar e se desenvolver necessita de informação. Como afiança Oliveira (2018), a informação pode ser verbal ou registrada num suporte como: papel, fita magnética, vídeo, disco óptico ou microfilme.

Rousseau e Couture (1998, p. 63-64) sublinham que:

A informação pode ainda ser orgânica, isto é, elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão, ou não orgânicas, isto é, produzida fora do âmbito desta. A produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo.

Para Oliveira (2018), os arquivos pessoais, dada sua especificidade guardam documentos que são testemunhos de vida e temáticas de interesse de quem os produziu, a saber: “cartas, documentos de trabalho, registros de viagens, diplomas obtidos, fotografias, diários, entre outros, sendo lugares de guarda e preservação da memória, onde a informação nele registrada transforma-se em componente para a produção do conhecimento” (OLIVEIRA, 2018, p. 208).

De acordo com Venâncio (2003, p. 19), o arquivo pessoal é sempre “organizado para enunciar e criar um pensamento, uma reflexão, uma história”. Assim, “ao longo da vida muitos dos registros acumulados por um indivíduo são descartados e o resultado dessa ação é que se conserva apenas uma parte desses vestígios”

Para Venâncio (2003, p. 19):

Através de uma triagem diária são arrumados, desarrumados, classificados os papéis, pondo-se em ordem a desordem cotidiana. Ao arquivar, o colecionador, de certa forma, manipula a existência omite, ignora ou dá destaque a certas passagens. A escolha e o registro de determinados acontecimentos, pensamentos e reflexões, determinam o sentido que o colecionador busca dar ao arquivo.

Venâncio (2003) ressalta que, de certo modo, o arquivo pessoal permite ao pesquisador:

A compreensão das relações estabelecidas entre as representações subjetivas do titular do arquivo e a memória que se constrói sobre ele [...] revelando dimensões do ‘vivido’, ocultas em outros tipos de análises históricas (VENÂNCIO, 2003, p. 20).

Fernandes *et al.* (2018) asseguram que a íntima relação entre arquivo e memória, dada sua importância sob o viés arquivístico, “possibilita rememorar sentimentos correspondentes à identidade de um indivíduo, como é o caso dos arquivos privados pessoais ou mesmo de uma sociedade, que remetem a memórias individuais ou coletivas” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 58). Os autores identificam uma tendência de “valorizar e preservar arquivos pessoais de homens que, de alguma maneira, ocuparam funções públicas.

Após refletir sobre arquivos como referenciais de memória e sobre o papel do arquivo na preservação da memória, entendemos que ela se compõe de memórias muitas vezes conflitantes. Atribuir ao arquivo essa função de preservação é levá-lo a escolher de legitimar uma função ideológica. Pensando assim, consideramos o arquivo um espaço de produção, preservação e reforço de uma memória, em que segmentos da sociedade fazem dele seu direito de construir suas próprias memórias.

3.4 MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO: travessia, silêncios e ocultamento

Não pretendemos, neste tópico, reapresentar a história da escravidão no Brasil em seus pormenores, pois consideramos que esta temática já foi devidamente abordada por diversos autores: Gomes, J. (2019); Pinsky (2018); Schwarcz e Gomes, F. (2018); apenas para citar alguns. Desta forma, abordaremos aqui o que é concernente ao nosso objeto de estudo, isto é, memórias de negro escravo constantes nos inéditos de Ademar Vidal.

Em se tratando de culturas, o Brasil é um país que apresenta uma vasta diversidade cultural, oriunda de uma colonização que envolve diversos povos que aqui chegaram. Porém, a história do negro é ensinada apenas no que se refere à escravidão, deixando de lado a sua cultura e tendo como consequência uma ambiguidade, assim compreendida por Araújo (2007, p. 05):

Penso na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas, que, no entanto consomem os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a

sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial.

Sobre este ponto, Gomes (2019) corrobora da visão de Araújo (2007), ao considerar que a África:

Continente possuidor de uma história milenar, berço da humanidade, de cultura riquíssima, complexa e diversa permanece como um desafio também para nós brasileiros, especialmente os de ascendência branca e europeia, que mantemos com nossa raiz africana uma relação contraditória marcada por atitudes extremas (GOMES, 2019, p. 21).

A escravidão negra se intensificou entre os anos de 1700 e 1822, sobretudo pelo grande crescimento do tráfico negreiro. O comércio de escravos entre a África e o Brasil tornou-se um negócio muito lucrativo. Entre 1701 e 1810 milhares de africanos foram desembarcados nos portos coloniais, mas nem todos os negros chegavam aqui com vida. O desembarque ocorria principalmente no Rio de Janeiro de onde seguiam para outros destinos (GOMES, 2019).

Segundo afirma Pinsky (2018), não existem registros precisos dos primeiros escravos negros que chegaram ao Brasil. O certo é que foram capturados nas terras onde viviam na África e trazidos sem vontade própria para a América, em grandes navios, em condições miseráveis e desumanas. Muitos morriam durante a viagem, vítimas de doenças, de maus tratos e da fome, assegura Pinsky (2018).

Como sublinha Gomes (2019), por mais de três séculos o Brasil ocupou o posto de maior território escravista do hemisfério ocidental, tendo recebido aí centenas de africanos cativos que foram embarcados para a América. Sobre esse trajeto, Gomes (2019) atesta que a mortandade de negros embarcados para o Brasil durante a travessia pelo Atlântico era muito elevada. E muitos cadáveres eram lançados ao mar diariamente.

Em meio a descrições da vida e morte em um negreiro lotado Fernandes (2011, p. 229) sublinha acerca desse “infame comércio”. Na esteira das informações de Hill (2006), Fernandes (2011, p. 229) ressalta que “alguns africanos eram encarregados de prestar serviços no navio, recebendo por isso roupas e outros sinais distintivos, o que divertia [a maioria] os marinheiros”. Dentre estes, até “os mais respeitosos estavam propensos a olhá-los como seres

de uma raça inferior, transparecendo toda a crueldade envolvida em um negócio no qual a principal mercadoria era a carne humana [...]” (FERNANDES, 2011, p. 229). Assistiam a tudo, sem tentar diminuir o sofrimento desses indivíduos.

A narrativa de Rediker (2008) sobre a luta dos abolicionistas ingleses instiga-nos a ampliar nosso olhar a respeito da historiografia da escravidão numa ótica mais globalizada. Nela o autor buscou reconstruir a viagem no navio negreiro para mostrar a tortura e o terror que caracterizaram a prática do tráfico e da escravidão; um lugar que ainda hoje viaja nas bordas da consciência moderna. Nessa travessia, Rediker (2008) reconstrói memórias de capitães de navios negreiros, de marinheiros e de negros africanos.

Rediker (2008) e Fernandes (2011) chamam atenção para as relações entre os comandantes e as tripulações dos barcos, marcadas por violência e extrema disciplina. Assim:

Os capitães tinham que estar preparados para exercer seu papel (a eles confiados pelos donos dos navios) com todos os meios possíveis, o que tornava a vida dos marinheiros tão dura quanto a dos escravos, já que a taxa de mortalidade entre os marinheiros era semelhante à dos próprios cativos ((REDIKER, 2008, citado em FERNANDES, 2011, p. 230).

Baseando-se nas descrições de Rediker (2008), Fernandes (2011) atesta que:

Embora coubesse ao capitão a prática de zelar pelos lucros dos investidores (e o seu próprio), eram os marinheiros que executavam a tarefa de controlar os escravos e mantê-los vivos. Comida estragada, violências inauditas e estupros de escravas (já que eram divididas pelos marinheiros e capitães, na chegada ao navio negreiro) eram moedas correntes nessas relações (FERNANDES, 2011, p. 231).

Ao que indica, “os africanos respondiam a esse horror com inúmeras formas de resistências, que iam do suicídio à recusa em se alimentar, passando pelas revoltas e pelo assassinato de marinheiros e capitães” (FERNANDES, 2011, p. 231). Um cotidiano marcado por violência física, pelos abusos sexuais, pela construção de laços comunitários e por acusações forjadas de feitiçaria.

Como assegura Pinsky (2018), os escravos que sobreviviam à travessia, ao chegar ao Brasil eram logo separados do seu grupo linguístico e cultural africano e misturados com outros de tribos diversas para que não pudessem se comunicar. Eles tornaram a mão de obra fundamental nas plantações de cana de açúcar, de tabaco e de algodão, nos engenhos, e mais tarde, nas vilas e cidades, nas minas e nas fazendas de gado.

O escravo também representava riqueza, pois era uma mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida, alugada, doada e leiloada, assim sendo, Pinsky (2018) reforça a ideia que o tráfico ocorria como consequência da importação direta de proprietários de

terras. Como atesta Pinsky (2018), o fazendeiro, em geral ligado à produção de açúcar, mandava buscar escravos para si e vendia os que não necessitassem. “Nem mesmo com a independência política do Brasil, em 1822, e com a adoção das ideias liberais pelas classes dominantes o tráfico de escravos e a escravidão não foram abalados” (PINSKY, 2018, p. 42).

Vale lembrar que não eram todos os escravos que se submetiam passivamente às condições que lhes eram impostas. Como revela a literatura sobre esse tema, as fugas, as resistências e as revoltas sempre estiveram presentes durante o longo período da escravidão.

Sobre a resistência dos escravos ao sistema que lhes foi imposto, Leite (2017, p. 65) afirma que está relacionada a fatores que vão: “desde a recusa em deixar suas terras, famílias, culturas e histórias na África, passando pela rebelião durante a insalubre travessia do Atlântico, até as formas mais radicais, como assassinato de seus escravizadores”.

Ainda sobre as formas de resistência dos escravos, Reis (1996) realiza uma distinção entre as revoltas e os quilombos. As revoltas, segundo o autor, se assemelham a ações coletivas comuns na história de outros grupos subalternos, enquanto o quilombo foi um movimento típico dos escravos. O autor destaca que nem sempre é fácil fazer a distinção entre ambos, uma vez que “muitos quilombos se formaram aos poucos, através da adesão de fugitivos individuais ou agrupados, enquanto outros tantos resultaram de fugas coletivas iniciadas em revoltas” (REIS, 1996, p. 15).

Queiroz (1990) chama atenção para os maus tratos, envolvendo “trabalho estafante e as difíceis condições de vida, a má alimentação, jornada de trabalho intensa, torturas, uso de gargalheiras de ferro no pescoço, bolas de ferro presas aos pés” (QUEIROZ, 1990, p. 39). Conforme descrição do autor, a extrema crueldade incluía em “aprisioná-los imobilizados junto a um formigueiro ou permitir que se afogassem lentamente nas águas de um rio, eram as penas mais comuns para punir negros escravos que comprometessem a produção de seus senhores ou se insurgissem contra a repressão” (QUEIROZ, 1990, p. 40).

A respeito dos quilombos, Reis (1996, p. 16) assegura que “existiram centenas, dos mais variados tipos, tamanhos e durações, criados por escravos negros fugidos que procuraram reconstruir neles as tradicionais formas de associação política, social, cultural e de parentesco existentes na África”. O quilombo dos Palmares⁹, por exemplo, foi o maior quilombo existente no Brasil durante o período colonial e o mais conhecido pela sua duração e resistência (SILVA, 2013):

⁹ O primeiro registro conhecido que faz menção ao Quilombo dos Palmares remonta a 1597, embora existam algumas teorias que sustentam que o quilombo já existia antes disso. Zumbi foi o líder de Palmares de 1645 a 1678, e permaneceu como tal de 1678 a 1695, quando foi morto pelos portugueses, como afirma Silva (2013).

Foi formado por escravos que tinham fugido de engenhos da região de Pernambuco e que escolheram a região da Serra da Barriga, na zona da mata de Alagoas e destruído pelos portugueses em 1694. Seu líder Zumbi foi morto em 1695 em uma emboscada. Este quilombo se organizou em diferentes aldeias interligadas, sendo constituído por milhares de habitantes e possuindo forte organização político-militar. (SILVA, 2013, p. 02).

Reis (2018) destaca que a forma mais radical de contestação da escravidão se deu através do que se denominou de revolta coletiva:

Não que toda revolta almejasse a destruição do regime escravocrata. Muitas buscaram corrigir excessos de tirania senhorial, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos – às vezes a reconquista de ganhos perdidos – ou punindo feitores e senhores particularmente tirânicos (REIS, 2018, p. 392).

Entre as formas mais comuns de rebeldia contra a escravidão, Queiroz (1990, p. 41-44) identifica três tipos:

Rebeldia passiva, onde práticas como o suicídio, aborto e a resistência ao trabalho eram frequentes; **Contestação declarada**. Neste modo, estavam as fugas, de caráter individual e que não necessitavam de planos coordenados e ofereciam liberdade imediata e os quilombos, que formavam comunidades com centenas de habitantes; A **insurreição**, a forma mais temida pelo regime escravista e por isso mais veementemente combatida. Ocorreram com maior frequência em áreas de grande concentração servil como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (Grifos nossos).

Para Grinberg (2018) as imagens mais conhecidas da escravidão são justamente aquelas relativas aos castigos que os escravos eram submetidos. Açoites no pelourinho e a imobilização em troncos, que podiam chegar à morte dos castigados, eram utilizados em situações extremas como a fuga e a rebeldia. Porém o castigo como método de controle sobre as ações dos escravos fazia parte do cotidiano da escravidão no Brasil:

Com ele os senhores propagavam o temor entre seus escravos, na esperança de produzir obediência e sujeição. Tal cenário fez com que a legislação, antes portuguesa, depois imperial, tivesse a preocupação de evitar excessos, uma vez que a ninguém interessava dilapidar o patrimônio, impedindo o escravo de realizar suas tarefas (GRINBERG, 2018, p. 144).

Reforçando as palavras de Grinberg (2018), acrescentamos que:

Os proprietários de escravos os viam como sua propriedade e não seres humanos, o que os levavam a ignorar leis que considerassem atentatórias à sua condição de donos: propriedade absoluta sobre o escravo, para vendê-lo, trocá-lo e, principalmente, de puni-lo até a morte, se não estivesse rendendo tudo aquilo que dele era esperado. (PINSKY, 2018, p. 68).

A expressiva criação de estratégias repressivas para manter sob controle o número de escravos fugidos foi a criação da figura do Capitão do Mato, uma “instituição disseminada por

toda colônia como milícia especializada na caça de escravos fugidos e destruição de quilombos” (REIS, 1996, p. 17).

Sobre a figura do Capitão do mato, Pinsky (2018) assegura que era o “executor da caça e da captura do negro fugido, uma figura apenas compreensível dentro do sistema como um todo. Era considerado como traidor ao renegar suas origens e ao colocar-se à disposição para aprisionar seus irmãos de raça” (PINSKY, 2018, p. 87). O poder que adquiria nesta função permitia-lhe:

Ter a seu dispor negros capturados por ele e que deveria devolver aos seus donos. A função de Capitão do mato era um serviço muito bem remunerado, uma verdadeira exceção entre os ofícios que aguardavam o negro liberto, legitimando-o como um negro diferente (PINSKY, 2018, p. 87).

Aos escravos africanos se proibia a prática de suas religiões nativas. Estes deveriam submeter-se à vontade do senhor, que exigia de seus escravos a completa aceitação dos valores dos brancos, como o aprendizado da língua portuguesa e a aceitação da fé católica. Sua chegada ao Brasil é assim descrita por Jensen (2001, p. 02): “os negros escravos deveriam ser imediatamente batizados e receber um nome cristão, devendo participar também da missa e dos Sacramentos”.

Desde o período colonial, como bem expõe Parés (2018), as religiões de matriz africana colocaram-se numa posição de subalternidade face à condição hegemônica do catolicismo, que entendia as práticas rituais afrodescendentes como:

Superstição, feitiçaria, idolatria, magia, nunca religião. A perseguição e a discriminação obrigaram os africanos a desenvolver táticas de ocultação a que vinham reforçar o sincretismo próprio das religiões iniciáticas. O sincretismo, ou correspondência entre santos católicos e santos africanos, podia ser uma estratégia de ocultação, ou talvez uma forma de se apropriar, por imitação, do universo espiritual do senhor para, assim, melhor controlá-lo. Não cabe, contudo, desconsiderar a possibilidade de conversão sincera ou de a ocultação responder a uma dinâmica de justaposição acumulativa de recursos espirituais (PARÉS, 2018, p. 382).

Apesar das agruras da escravidão, “os escravos africanos não abandonaram sua cultura, costumes e religião, e conseguiam organizar festas e adornos que remetiam às suas origens” (LIMA, 2010, p. 14). Uma das festas consideradas mais populares era a Rei do Congo, também chamada de Congada. Sobre essa festa, Lima (2010, p. 14) ressalta como:

Uma manifestação cultural e religiosa que envolvia canto, dança, teatro, espiritualidade cristã e de matriz africana realizada com a permissão dos senhores. A Congada possuía um rei, uma rainha, príncipes, fidalgos e embaixadores. Outras manifestações apreciadas eram o batuque, batidas de tambores e outros instrumentos de percussão que acompanhavam as danças.

Para Gomes e Schwarcz (2018) a escravidão mercantil africana foi um sistema que se enraizou de forma tão cruel na história brasileira que ainda hoje é possível sentir suas consequências em nosso cotidiano. Desse modo:

O Brasil não foi apenas o último país das Américas a abolir a escravidão, mas também foi o que mais recebeu escravos, contando com a presença destes em todo seu território. Os autores apontam que “as primeiras levas de escravos chegaram ao país a partir de 1550 e as últimas na década de 1860, e baseando-se em registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estimam que 4,8 milhões de africanos desembarcaram no Brasil (GOMES; SCHWARCZ, 2018, p. 21).

Ao que se refere à memória das tragédias, Candau (2006, p. 151) vê esse fato como “uma memória dos sofrimentos e memória dolorosa; memória do infortúnio que é sempre a ocasião para se colocar as verdadeiras perguntas”. Essas memórias deixam traços que são compartilhados por aqueles que sofreram e que, em decorrência dessas tragédias, chegam a modificar suas próprias personalidades. Para o autor, grupos podem formar suas identidades sobre a memória histórica de um passado prestigioso, porém, com alguma frequência, estas podem se tornar um ‘lacrimatório’ ou memória de um sofrimento compartilhado. Neste caso, “a identidade historicizada se constrói em boa parte se apoiando sobre a memória das tragédias coletivas” (CANDAU, 2006, p. 151). A tragédia implica um dever de memória que pode ser difícil quando:

Os referenciais memoriais são ambíguos [...]. Muitas associações foram fundadas em torno da memória de tragédias que seus membros não vivenciaram (descendentes de vítimas de genocídio, deportações, terror), mas se comportam como se suas identidades estivessem em jogo através das lembranças dos infortúnios de seus ancestrais. Esse dever de memória é também um direito, mas se vê confrontado com a realidade de transmitir aquilo que, muitas vezes, não pode ser dito nem entendido tal como a realidade do genocídio judeu que, ainda que desvendada no processo de Nuremberg, levará anos para alcançar as consciências. (CANDAU, 2006, p. 154).

Candau (2006, p. 167) considera que existe uma manipulação da memória pelos brancos “para manter a memória da escravidão como um meio de inferiorizar os negros, construindo uma identidade americana ou euro-americana com lembranças ‘afro’”. Nesse sentido, Lucena e Marinho (2018, p. 133) apontam “a completa falta de interesse da elite intelectual brasileira, até meados do século XIX, em retratar a cultura, os interesses, as dores e o abandono provocados pela escravidão”. Com esse fim:

Foram utilizadas diversas estratégias para excluir os negros do convívio social, dentre estas estavam “a proibição legal de suas práticas culturais, a restrição do convívio nos passeios públicos, nos espaços de lazer, até a sua

omissão na representação em obras de arte” (LUCENA; MARINHO, 2018, p. 133).

Neste sentido de exclusão dos negros escravos da sociedade, onde estavam inseridos, tomamos por empréstimo as colocações de Bauman (2005, p. 45) sobre as pessoas que têm sido negadas o direito de reivindicar sua própria identidade:

Denominadas como 'subclasse', aquelas exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade – fora daquele conjunto no interior do qual as identidades (e assim também o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas, e uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas.

Da forma assim exposta, Bauman (2005) acredita que os pertencentes à categoria de subclasse, têm sua identidade negada a priori, pois:

Sofrem de ausência de identidade, a abolição ou negação da individualidade, do 'rosto', esse objeto do dever ético e da preocupação moral. O sujeito é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas (BAUMAN, 2005, p. 45-46).

A vida dos negros escravos no Brasil corrobora as concepções de Norbert Elias acerca dos indivíduos e sociedade, considerando que os indivíduos viviam e interagiam dentro de uma rede de relações sociais e obrigações que os colocavam no centro da economia e sua mão de obra compunha o universo social (ELIAS, 1994). Nesse sentido, é fácil perceber que “os pressupostos teóricos que implicam a existência de indivíduos ou atos individuais sem a sociedade são tão fictícios quanto outros que implicam a existência das sociedades sem os indivíduos”. Ou seja, “dizer que os indivíduos existem em configurações significa dizer que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes” (ELIAS, 1994, p. 182 e 184).

Elias (1994) assevera que a rede de ligações que se estabelece em uma sociedade é o reflexo de estratégias das instituições dentro de suas manifestações de poder, e se fazem presentes em todo processo social, o que implica perceber novas concepções sobre os padrões de comportamento desta sociedade. Isso exige um olhar mais apurado a respeito das relações entre os diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social. Conforme afiança o autor, esta maneira de ver as configurações sociais promove uma complexa relação na medida em que as questões apontadas tendem a mostrar as formas de existência e de desenvolvimento entre os indivíduos na sua estrutura social. Lembrando que o conceito de sociedade, proposto por Elias (1994), busca analisar não o indivíduo em si, mas sim os conceitos funda-

mentais de formação, interdependência, revolução social, dentre outros, mostrando os envolvimento sociais em suas diferentes épocas.

Ao realçar a amplitude de concepções que Norbert Elias tem sobre sociedade, relacionamos ao pensamento de Chartier (1988) ao aventar que a cronologia própria da análise sociológica é a evolução social. Esta sendo “caracterizada pelo encadeamento de formações sucessivas que são temporárias, comparadas com a estabilidade da organização biológica da espécie humana, mas que parecem imutáveis quando em confronto com as existências individuais” (CHARTIER, 1988, p. 103). Neste aspecto Elias (1994) destaca que para entender a sociedade como um todo é preciso reorientar a nossa ideia sobre o conceito desta. Para ele, uma das grandes questões de nossa época se encaminha entre os que compreendem a sociedade, em suas diferentes manifestações:

A divisão do trabalho, a organização do Estado ou seja lá o que for, é apenas um ‘meio’, consistindo o ‘fim’ no bem-estar dos indivíduos, e os que asseveram que o bem-estar dos indivíduos é menos ‘importante’ que a manutenção da unidade social de que o indivíduo faz parte, constituindo esta o ‘fim’ propriamente dito da vida individual. Acaso já não equivaleria a tomarmos partido nesse debate o fato de começarmos a procurar modelos para compreender a relação entre indivíduo e sociedade nas relações entre os tijolos e a casa, as notas e a melodia, a parte e o todo? (ELIAS, 1994, p. 17).

Segundo Mauss (1988) a questão da reciprocidade no mecanismo que estabelece as formas de relação entre os indivíduos em determinadas coletivas, se dá de acordo com as formas consideradas em cada coletividade. Buscando as abordagens historiográficas que dão ênfase às formulações discursivas do passado, voltamos nosso olhar para os aspectos fundamentais da escravidão no Brasil, o que nos leva a considerar todo o contexto de produção e acumulação de uma informação documentada. Assim, como sublinha Dhiel (2006, p. 369-370):

Uma marca da cultura contemporânea, desenvolvida na perspectiva de uma modernidade tardia. Não basta somente a consciência daquilo que está mudando e que fora condenado no passado como sendo representações historiográficas tradicionais o que não ultrapassaria a percepção polarizada.

Dhiel (2006, p. 372) afiança que “vivemos num clima deixado pelas frustrações intelectuais e sociais, pois as revoluções otimistas, aquelas que projetavam a redenção no futuro, não aconteceram nos moldes teorizados”. Para o autor:

Esse é um dos fatores que deram origem ao pessimismo em relação ao futuro e a própria possibilidade de mudança social. O clima é de fragmentação da ordem estabelecida. Essa fragmentação é uma das consequências dos processos de modernização que explodem as tradições culturais e também as tradições historiográficas (DHIEL 2006, p. 372).

Portanto, considerando que a sociedade e os sujeitos estão fragmentados, fracionados e hostis entre si, Dhiel (2006, p. 373-374) destaca que:

A tendência básica é um retorno ao indivíduo. Neste sentido existe uma forte perspectiva de individualização das perspectivas de reconstituição do futuro no passado. Parece que procuramos no passado àqueles gestos significativos que compensam a falta de critérios transparentes no presente, preenchendo assim o vácuo. Radicalizando poder-se-ia dizer: romantizamos, idealizamos aspectos do passado num esforço quase saudosista para restabelecer a ordem perdida.

Em se tratando de um fenômeno do mundo moderno, Leite (2017) assegura que a escravidão foi contraditória em diversos sentidos, pois:

Além de ferir princípios fundamentais como a vida, a dignidade, a igualdade e a liberdade; a escravidão também contrariou os próprios fundamentos teóricos que deram sustentação ao capitalismo, como os princípios do Liberalismo, que primavam pela liberdade (LEITE, 2017, p. 65-66).

Matos (2007, p. 13) sublinha que “os africanos marcaram a sociedade brasileira na forma como se organizavam em ‘nações’, na constituição de famílias, muitas vezes simbólicas, e nas manifestações de religiosidade [...]”. Nesse sentido, Leite (2017, p. 67) sustenta que “as formas de organização, as expressões culturais, a religiosidade e o modo de vida africanos, que sobreviviam apesar da escravidão, expressavam-se, também como formas de resistência ao processo de coisificação ao qual estavam submetidos”.

Leite (2017) compreende que todo período de existência da escravidão foi atravessado pelas mais variadas formas de luta manifestadas por negros escravos contra o sistema opressor o qual viviam, e ofereciam como resposta, revoltas, fugas, assassinatos, suicídios, formação de quilombos, entre as principais formas de reação esboçadas pelas vítimas da escravidão.

Numa relação do tema escravidão no Brasil com as narrativas de Ademar Vidal, o autor mostra ao longo de seus escritos as condições subumanas, vivenciadas por escravos e a perversidade dos seus senhores. O autor se utilizou da historiografia e da memória popular, no intuito de “mergulhar nas marcas do tempo para extrair as relações, os contrastes e as diferentes temporalidades que mantém essa memória” (ROSA, 2004, p. 179).

Dhiel (2006) chama atenção para o fato de que não é possível pensar em reconstituir sentidos sem levar em conta a pluralidade de perspectivas originárias da memória: “sejam elas institucionais ou experiências exemplares de indivíduos ou grupos, e como sendo esta uma dimensão essencial da atividade de historiar” (DHIEL, 2006, p. 376). Aliás:

São duas vias ou vertentes de sentidos [...]: as perspectivas que as pessoas tinham e têm de seu passado, incluindo as projeções de futuro nela contidas,

e os sentidos que os historiadores atribuem àquelas perspectivas e pensamentos das pessoas de seus passados (DHIEL, 2006, p. 376).

Em termos da produção de conhecimentos históricos, Dhiel (2006) afirma ser uma falácia a representação verdadeira da realidade destacando que:

A história é apenas uma textura de representações do passado, pois, metodologicamente falando, a história não é constituída como se faz na ciência formal, onde temos um corpo de proposições gerais que expressam somente fatos descobertos. A história seria muito mais a possibilidade de construirmos uma espécie de arquitetura das idéias de futuro que se tinha no passado através de intromissões no passado (DHIEL, 2006, p. 378).

Desse modo, os caminhos mais promissores são aqueles que envolvem não apenas a descrição dos fatos em si, mas aqueles que objetivem a compreensão desses fatos. Essa relação, segundo atesta Dhiel (2006, p. 378), implica em possibilidades de identificações com tradições: “culturais, memórias, qualidades sensoriais, sentimentos, experiências individuais e coletivas que dificilmente podem ser explicadas apenas pelas contradições, apesar de elas serem o fluxo vital dos sentidos na história”.

O desafio do fazer historiográfico é apresentado por Certeau (2002) como uma ação que se dá através de um elemento primordial: um lugar. Isto é, um lugar de produção, que não está livre de determinações próprias. Nas palavras de Certeau (2002, p. 107): “a prática escriturística permite uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente”. Este delineamento temporal constitui o “lugar do autor”, em que ele se aproxima de “um presente que é o término de um percurso”. Assim, ao determinar este ponto inicial no passado o autor acaba criando “um não-lugar fundador, o limiar que conduz da fabricação do objeto à construção do signo” (CERTEAU, 2002, p. 98).

Buscamos até aqui, compreender o período da escravidão à luz do conhecimento informacional e histórico-social aventado por diversos autores, o que nos remete a uma história que já não pode ser considerada alheia, mas constitutiva do mundo ocidental capitalista e da realidade mestiça e pós-colonial. Assim, ao falar da escravidão, “estamos falando da própria história de um mundo feito global, tanto pela evolução do tráfico e do comércio como por uma sequência de migrações e diásporas, mas também de desejos e lutas por liberdade e emancipação” (IANNI, 1988, p. 239).

Dessa forma, o autor avança que:

O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Posto na condição de trabalhador livre, não é aceito plenamente ao lado de outros

trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original (IANNI, 1988, p. 239).

Para Ianni (1988) a escravidão continua a existir entre nós sob formas sutis, que incluem preconceito racial e o regime de trabalho, considerando que ainda temos pela frente o desafio de enfrentar o problema do racismo e da desigualdade social no Brasil. Fazendo a relação com o pensamento de Didi-Huberman (2017, p.47), “essas desigualdades acompanham toda decisão ‘cultural’ ligada à transmissão e à museificação de um acontecimento histórico de consequências - memoriais, sociais, políticas - consideráveis”.

Dirigindo seus estudos ao âmbito da escravidão no Brasil, Ademar Vidal enfatiza os maus tratos contra os escravos e o desrespeito à sua cultura. Nesse sentido, o lastro de conteúdos que o autor traz do passado alavanca a possibilidade de identificações de um passado que existiu, efetivamente, mas que também está na imaginação ou na afetividade das experiências dos sujeitos; “um passado que se volta à reconstituição de ideias de futuro que se tinha no passado” (SOUZA, 2017, p. 47).

Da escravidão, Ademar Vidal extraía que o que acontece ao outro poderia acontecer a ele, levando a possibilidade de reviver, como próprio, o sofrimento alheio. De modo que as memórias de negro escravo constantes nos seus inéditos são permeadas pela construção de que o escravo era uma mercadoria, propriedade do fazendeiro, que via o negro como mão de obra. “Um passado do escravismo, e precisamente por seu esquecimento, herdamos o desprezo e o ódio” (SOUZA, 2017, p. 150).

O racismo é real. Existe na cabeça e na conduta das pessoas. Por isso mesmo, o Brasil tem feito esforços na criação de leis, instituições e regulamentos destinados a combatê-lo. Mas ainda há muito a ser feito; há ainda um caminho enorme. Como assegura Queiroz (1990), a ideologia racista, usada no passado para justificar o tráfico negreiro permanece, ainda hoje, oculta nas formas preconceituosas de relacionamentos entre brancos e negros.

Assim posto, entendemos que é em função desse lugar social que se instauram importantes questões para compreendermos a complexidade da escravidão no Brasil e seu impacto nas sociedades. Por certo, “um lugar social que definirá o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção do discurso” (CERTEAU, 2002, p. 72).

4 ADEMAR VIDAL E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS

"O Brasil tem seu corpo na América e sua alma na África"
(VIEIRA, 1971, p. 54).

A epígrafe introdutória deste capítulo, escrita pelo padre Antônio Vieira em 1691, reforça que o trabalho cativo africano deu a base para a colonização portuguesa na América e a ocupação do seu território. Vieira reconhecia que as condições de vida e trabalho dos escravos negros no Brasil Colonial eram desumanas. Por certo, o Brasil dos colonizadores, durante quase quatro séculos explorou o trabalho de milhões de cativos africanos.

Antes de explorar as características do arquivo de Ademar Vidal, para adentrar seus inéditos sobre a escravidão, faz-se necessário apresentar a trajetória de seu titular, o que torna possível entender o valor informacional de sua produção, não apenas pela documentação coletada, mas também pela quantidade e qualidade de seus escritos.

Um dos eixos centrais de sua produção é a reconstrução de trajetórias de negro escravo, como mecanismo histórico-social. Assim, seus interesses se voltaram para o contexto do comércio de escravos, o uso da religião como meio de desafio e formação de laços, e a feição natural das identidades sociais e culturais. Adotando como seu assunto principal a escravidão, ele procurava tocar fundo, a alma sensível de seus leitores. Havia, no entanto, uma razão para essa afinidade, a capacidade de identificar uma determinada vivência através do registro verbal do passado, porém consciente de que não podia escrever o passado sem viver no presente, pois o passado é pesquisa.

Assim, consciente dessa realidade, sua literatura apareceu pela primeira vez em 1922, com a obra *A fome*. No entanto, Ademar Vidal já produzia textos desde os doze anos de idade, mas seus escritos sobre a escravidão se intensificaram ao final da década de 1930, após, quem sabe, a publicação em 1933, de *Casa Grande & Senzala* do escritor pernambucano Gilberto Freire. Uma literatura que estava em voga entre os historiadores, considerando que a história, com exceção da marxista, era ortodoxa, convencional.

Por volta de 1935, era o trabalho dos antropólogos que viria a influenciar significativamente a narrativa da escravidão no Brasil, numa articulação com a história (SCHWARCZ, 1993), principalmente com Gilberto Freire. Seguindo essa linha de estudos, Ademar Vidal parece ter assimilado o elemento gilbertiano na sua obra. A impressão que se tem é que pesquisando e escrevendo sobre a escravidão, ele procurava também o "tempo perdido", isto é, uma

forma de buscar um tempo que se foi numa aventura de sensibilidade e não apenas um esforço metódico de pesquisa pelos arquivos.

Se considerarmos que as obras de Gilberto Freire abriram caminhos de pesquisa para Ademar Vidal, isso se deu, principalmente, na interpretação dos relatos do passado. A linguagem presente na sua produção pode ser vista, muitas vezes como excessivamente entusiasta, envolvente, criativa, imaginativa, cativada pelo que o autor viu de inspirador para expressar o passado de outros povos, de outras sociedades, não muito distante de seu tempo. Desse modo, buscava intensificar o modelo para a narrativa que até então escrevia, atraído não apenas pelo tema da miscigenação cultural, mas a aguda sensibilidade às formas, aos mistérios, aos casos de assombramento, aos casarios sombrios, enfim, às ideias de uma época. Tanto que produziu a obra *Lendas e superstições*, escrita em 1949 e publicada em 1950, pela editora *O Cruzeiro*, enveredando por uma sociologia do sobrenatural.

É verdade que sua plasticidade conceitual, o estilo de escrever às vezes vago foi motivo de críticas à sua obra, porém ele estava consciente o bastante para procurar expressar as motivações que o levaram a pesquisar e escrever sobre a escravidão no Brasil. Na narrativa da escravidão, Ademar Vidal pode revelar seu empenho em mostrar o superior ou o inferior na escala social; o senhor ou o escravo; os grupos sociais e suas manifestações populares, numa abordagem cultural (MELLO, 1988). Através dessa abordagem examinam-se os objetos culturais produzidos e os sujeitos produtores e receptores de cultura; os processos que envolvem a produção e a difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e às normas a que se conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes, como diria Thompson (2001).

De todo modo, Ademar Vidal entendia que seus escritos não poderiam ser reduzidos à precisão de um conceito; ele queria estudá-los tanto quanto os fatos e suas percepções. Assim, ele encontrou inspiração na economia, na política, na literatura através das crenças, usos e costumes, utilizando por certo, uma metodologia indagadora, posto que, fez escolha importante para conceber o desenvolvimento de uma sociedade e sua cultura.

Quanto ao uso de conceitos, Ademar Vidal parecia ater-se a condicionamentos estruturais, semelhantes àqueles que guiaram a reflexão de Norbert Elias acerca do processo civilizatório, que nas palavras de Souza (2017, p. 15):

Elias demonstrou a interdependência entre a forma de organização social e a forma correspondente de uma específica economia emocional do indivíduo, assim como das relações intersubjetivas que se estabelecem na sociedade.

Nesse sentido, Ademar Vidal se sensibiliza com as formas de violência aplicadas aos negros escravos, e a empatia com a alteridade possibilitou-lhe a compaixão, tanto que, assim se expressa:

Em matéria de crueldade, a nossa história está recheada de fatos hediondos, sofrimentos os mais inacreditáveis. Não houve ainda quem os catalogasse direitinho, sabe-se porque vivem na memória dos mais velhos, mas entre outras formas estranhas de castigo, os escravos eram cortados à navalha e, nos talhos abertos, se botava sal misturado com vinagre. [...]. Até dentro das fornalhas, afirmava-se, os senhores malvados mandavam atirar aqueles que desmereciam de sua piedade pouco frequente. [...]. No Brejo da Areia se fala muito sobre um senhor de nome Raífe, que nas fornalhas do engenho costumava atirar escravos seus, ou os que chegavam fugidos. E não se limitava somente a mandar que se cumprisse sua vontade desumana. Ia mesmo em pessoa ver como se “portava a vítima”, chegando ao cúmulo de aplaudir os corajosos, e vaiar os covardes. Divertimento sádico no qual se comprazia de ser a figura responsável. E as autoridades jamais se mexeram, o homem era poderoso, ninguém que quisesse conversa com ele – fosse matar outro. (VIDAL, [s.d.], p.145).

Esse tipo de sentimento passou a fazer parte de um valor emocional na vida do autor, não apenas ligado ao valor do conhecimento, assim como fez Gilberto Freire em *Casa grande & senzala*.

Segundo registra Freire nessa obra, publicada pela primeira vez em 1933, o Brasil estava “se transformando numa cada vez maior democracia racial” e caracterizada por “uma quase única combinação de diversidade e unidade” (FREYRE, 1998, p.77). Assim, Freire (1998, p.77) assevera que o momento era para “reconstruir o essencial da ordem social, através de seu sistema de valores”, buscando referências a períodos passados, bem como a projeções em tempos mais contemporâneos.

Essa democracia racial brasileira era difundida por escritores, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre e, segundo Rocha (2007, p.31), preconizavam como “um fato sociopolítico caracterizado pela “docilidade” nas relações entre brancos e negros no Brasil”. Porém, esta “democracia racial” jamais existiu, pois desde a chegada do negro ao Brasil, e face às suas condições de vida durante o período escravocrata, pós-escravocrata e nos dias atuais, faz-se notório o quanto o preconceito racial ainda persiste na sociedade brasileira, na sociedade nordestina, na sociedade paraibana, que perpetua estereótipos e dificulta o acesso dessa parcela da população aos direitos mais básicos, como saúde, moradia e educação.

À época, autores como Ademar Vidal, que tendiam a escrever sobre essa temática, estavam ávidos por disseminar o folclore¹⁰, os tipos étnicos e mestiços, expressões culturais,

¹⁰ Folclore é o conjunto de tradições e manifestações populares constituído por lendas, mitos, provérbios, danças e costumes que são passados de geração em geração. Em sentido figurado, a palavra folclore é usada com o

usos e costumes, enfim, aspectos de uma herança nacional profundamente enraizada num passado distante (BENJAMIN, 2002). Portanto, o popular, aos olhos do que se sabe sobre o folclore se refere à tradição, do que se perderia com as mudanças exteriores da modernidade.

Escrever acerca de tais assuntos exigia do autor disposição para mover-se de um período da história social para outro. Exigia dele a compreensão das relações entre história local, regional e nacional, porém uma história que envolvesse escravos e seus senhores sem ignorar a estrutura social. Assim, julgamentos, crenças e hábitos em constante mudança e em constante reformulação faziam parte desses escritos; faziam parte dessa cultura, constantemente em retorno para alcançar a nossa herança cultural. Acreditamos que, de fato, é nestes movimentos que a tradição não é apenas preservada, mas enriquecida e aperfeiçoada (AZEVEDO NETTO, 2017).

Para o momento, já é bastante evidenciar o trabalho de Ademar Vidal, que segue em favor da importância dada ao tema da escravidão, com sua narrativa singular, com seus simplismos, dogmatismos e lugares comuns, revelando uma intuição criadora e imaginativa. O *ethos*¹¹ como realidade recriada, encarnada na narrativa, também faz parte dos seus escritos, nestes o autor expôs toda sua sensibilidade para captar a mentalidade de um determinado período da nossa história, como veremos no decorrer deste trabalho.

4.1 VIDA E FEITOS

Filho do jornalista e poeta Francisco de Assis Vidal e de Amélia Augusta de Menezes Vidal, nasceu Ademar Vidal na cidade da Parahyba, atual João Pessoa, no ano de 1897 e falecido em 1986, no Rio de Janeiro. Segundo informa Ramos (1999), aos doze anos Ademar Vidal ingressou no jornal *A União*, onde começou como estudante e revisor, tornando-se, posteriormente, diretor. Formado em Direito, sua atuação profissional é destacada por sua dedicação às atividades ligadas ao governo e ao desenvolvimento cultural e intelectual do país. A sua produção intelectual esteve aliada aos cargos públicos que ocupou como delegado de polí-

significado pejorativo de invenção, designando algo fantasioso. "O *folk* é visto [aqui na América Latina] de forma semelhante à da Europa, como uma propriedade de grupos indígenas ou camponeses isolados e auto-suficientes, cujas técnicas simples e a pouca diferenciação social os preservariam de ameaças modernas. Interessam mais os bens culturais - objetos, lendas, músicas - que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação" (CANCLINI, 1989, p. 211).

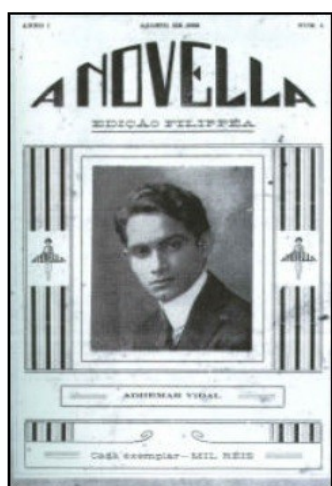
¹¹ A palavra *ethos* é aqui usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. No âmbito da sociologia e antropologia, o *ethos* são os costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo. Pode ainda designar as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura. (SIGNIFICADOS, 2011-2019, on-line)

cia, presidente do Conselho Nacional da Casa Popular, Procurador da República, cargo que permaneceu até os últimos dias de sua vida, e também escritor.

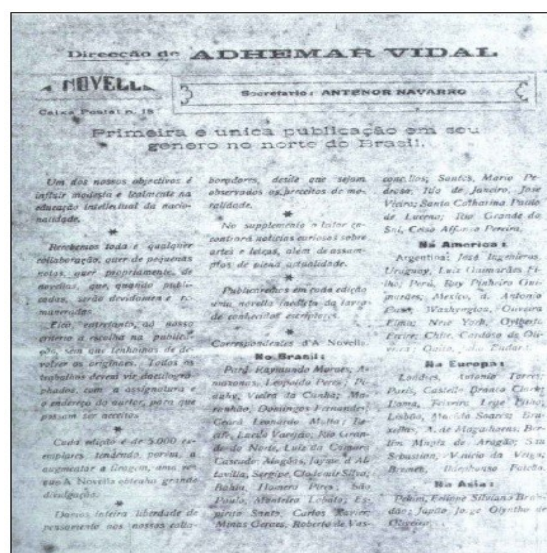
Em relação à dimensão política e social, sua vida é reconhecidamente marcada pela denúncia das desigualdades e a coerência de toda uma vida de luta por um Nordeste mais justo, mesmo estando separado regionalmente de sua terra natal desde 1944, quando deixou a Paraíba mudando-se definitivamente com a família para o Rio de Janeiro (ROSA, 2012).

Em 1922, em parceria com Antenor Navarro lançou a revista *A Novella* (**Imagem 3**), precursora, no Nordeste, do Movimento Modernista promovido em São Paulo. O intuito da criação da revista era estabelecer um maior contato com o povo, como uma grande expressão da cultura popular paraibana. Nela o autor chegou a publicar seu primeiro livro, *A fome*. Para os idealizadores de *A Novella* - Ademar Vidal e Antenor Navarro -, a intenção era interferir na educação intelectual da nacionalidade, e aí se percebe o esforço da conquista de ambos, da possível recepção do público-leitor.

Imagem 3 – Reprodução da capa de *A Novella* **Imagem 4** – Editorial de *A Novella*



Capa da primeira edição de *A Novella*, 1922.



Fonte: Dados da pesquisa a partir do acervo de Ademar Vidal no IHGP, 2018.

Quadro 4 - Editorial transcrito abaixo em virtude de sua ilegibilidade.

Direção de ADHEMAR VIDAL
A Novella – Secretário Antenor Navarro

Caixa postal n.18
Primeira e única publicação em seu gênero no norte do Brasil. Um dos nossos objetivos é influir modesta e lealmente na educação intelectual da nacionalidade. Recebemos toda e qualquer colaboração, quer de pequenas notas, quer propriamente de novelas, que, quando publicadas serão devidamente remuneradas.
Fica, entretanto, ao nosso critério a escolha na publicação, sem que tenhamos de devolver os originais. Todos os trabalhos devem vir datilografados, com a assinatura e o endereço do autor, para que possam ser aceitos. Cada edição é de 5000 exemplares tendendo, porém, a aumentar a tiragem, uma vez que A Novella obtenha grande divulgação.
Damos inteira liberdade de pensamento aos nossos colaboradores, desde que sejam observados os preceitos de moralidade. No suplemento o leitor encontrará notícias curiosas sobre artes e letras, além de assuntos de plena atualidade. Publicaremos em cada edição uma novela inédita da lavra de conhecidos escritores.

Fonte: Dados coletados a partir do acervo de Ademar Vidal em agosto de 2018 no IHGP.

A revista *A Novella* se inicia na Paraíba, como importante veículo de informação literária, seguindo as pegadas do modernismo realizado, principalmente em São Paulo, expandindo-se essa revista em algumas capitais no Brasil e também em outros países, como se pode conferir no quadro abaixo:

Quadro 5 - Correspondentes d'Novella.

No Brasil	Pará: Raimundo Moraes; Amazonas: Leopoldo Peres; Piauí: Vieira da Cunha; Maranhão: Domingos Fernandes; Ceará: Leonardo Mota; Recife: Lucilo Varejão; Rio Grande do Norte: Luiz da Câmara Cascudo; Alagoas: Jayme d'Altavilla; Sergipe: Clodomir Silva; Bahia: Homero Pires; São Paulo: Monteiro Lobato; Espírito Santo: Carlos Xavier; Minas Gerais: Roberto de Vasconcellos; Mário Pedrosa; Rio de Janeiro: José Vieira; Santa Catarina: Paulo de Lucena; Rio Grande do Sul: Celso Alfonso Pereira.
Na América	Argentina: Jose Ingenieros; Uruguay: Luiz Guimarães Filho; Peru: Ruy Pinheiro; México: D Antônio Caso; Washington: Oliveira Lima; Nova York: Gilberto Freire,

	Chile: Cardoso de Oliveira; Quito: Julio Endar.
Na Europa	Londres: Antonio Torres; Paris: Castello Branco Clark; Roma: Teixeira Leite Filho; Lisboa: Aroldo Soares; Bruxellas: A de Magalhaens; Berlin: Muniz de Aragão; San Sebastian: Vinício da Veiga; Bremen: Idephonso Falcão.
Na Ásia	Pekin: Felipe Silvano Brandão; Japão: Jorge Olyntho de Oliveira.

Fonte: Dados coletados a partir do acervo de Ademar Vidal no IHGP, 2018.

Em extensa coleta de dados sobre as manifestações culturais populares, Ademar Vidal registrou os usos, costumes e lugares, procurando enfatizar além da memória de negro escravo, o cotidiano do homem sertanejo: as festas, lendas e mitos, danças encenadas e brincadeiras, práticas religiosas, tudo isso, posto em diversos livros e artigos, publicados nos jornais locais e também do Rio de Janeiro e Minas Gerais, dando mais visibilidade ao estado da Paraíba.

Considerando um legado que poderia levar ao caminho da memória, Ademar Vidal escolhe como principal núcleo temático o cenário do Nordeste. O material coletado e divulgado por ele dialoga com os valores culturais de sua época, entendidos como um conjunto de práticas, de relações sociais e legados simbólicos, historicamente compartilhados entre os membros de uma sociedade. Mas, certamente com o desenvolvimento das sociedades modernas e com o avanço das transformações tecnológicas, econômicas e políticas, já não há espaço hoje apenas para a preservação de certas práticas e tradições (AZEVEDO NETTO, 2007).

O conceito de valores culturais perdia a sua força no entendimento folclórico, dando espaço para uma visão de natureza mais ampla e flexível. Nesse processo de ver e registrar o que viu, Ademar Vidal legou à Paraíba:

A materialidade de sua alma, bem como a de seu povo, seus costumes e tradições. Transitava da sociologia para a história, delas para a literatura e da literatura para a política, com a sensibilidade de ver e ouvir uma Paraíba que ficou mais carregada de identidade com seus escritos, culminando no Arquivo Pessoal de Ademar Vidal (ROSA, 2012, p. 23).

Os estudos realizados por Ademar Vidal foram focados nos elementos populares da cultura do Nordeste, mais especificamente, a Paraíba. As danças, usos e costumes, o sincretismo afro-negro dos Caboclinhos, lendas, a Nau Catarineta e o Maracatu, dentre outros,

acenderam a base informacional ao autor, permitindo-lhe compreender a dinâmica da interação entre culturas. Ele viu tanto na história oral quanto no documento oficial, elementos sobre os quais pudesse relacionar o presente ao passado. Por exemplo, as histórias que envolviam o major Ursulino, personagem frequente nos escritos do autor e nas histórias que ele ouvia quando criança, contadas pelos criados da família Menezes Vidal e, mais tarde, as reproduzia em seus escritos:

Chegamos a ouvir o chiar monótono daquele carro de boi dentro da madrugada repleta de visões de medo que encheram a nossa primeira infância. Ursulino ficou ocupando largos espaços nas histórias contadas pelos nossos criados favoritos (VIDAL, 1934, p. 121).

Durante cerca de duas décadas, entre 1920 e 1930, Ademar Vidal focou tanto na colheita de material, como soube conviver com expoentes do meio político e literário, construindo a sua rede de relacionamento. Entre eles, Getúlio Vargas, José Américo, Eritácio Pessoa, Gilberto Freire, Câmara Cascudo, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Assis Chateaubriand, dentre outros, demarcando um espaço em que se moviam os intelectuais do Brasil.

Com Getúlio Vargas, José Américo e Eritácio Pessoa as relações se davam no âmbito político. Com os demais, as relações eram no campo literário. Época em que se voltava para o modernismo, aqui entendido como “um movimento de ideias renovadoras que estabelece fortes conexões entre arte e política, e que é caracterizado por uma grande heterogeneidade” (GOMES, 1993, p. 63). Esse movimento circulou nos centros urbanos do país, especializado nos processos de criação e transmissão cultural, sempre referido a uma tradição intelectual.

Assim, as ideias portadas por sujeitos, que fizeram parte de grupos sociais organizados, iam sendo tecidas numa rede de relações, demarcando o “lugar social” dos envolvidos, em especial São Paulo e Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, como assegura Gomes (1993), há uma relação entre trabalho intelectual e tradição, sendo que “uma tradição se reforça justamente ao modificar-se, ao ampliar a linhagem dos que dela se alimentam por convergência ou oposição [...]. É a repetição e não a mudança que assinala a decadência de uma tradição intelectual” (GOMES, 1993, p. 64).

As tradições se institucionalizam em uma variedade de *loci*: salões, cafés, casas editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais e modernistas com quem Ademar Vidal se relacionava, visto que, como sublinha Gomes (1993), esses lugares proporcionavam o movimento de fermentação e circulação de ideias. Era preciso conhecer certo meio intelectual em determinado momento e espaço, o que implica obrigatoriamente conhecer esta dimensão organizacional, que não é aleatória aos significados

contidos em uma dada interpretação da realidade social. Isto é, a “um conjunto de formas de conviver com os pares. [...]. Um fenômeno político ligado às ideias de civilização e de democracia próprias ao contexto da época” (GOMES, 1993, p. 65).

Como aventado por Gomes (1993, p. 65), se o espaço da sociabilidade é geográfico, é também afetivo, “nele se pode e deve recortar não só vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como também a marca de certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos especiais”. Desse modo, Ademar Vidal ia tecendo suas redes de relacionamento com os participantes do movimento modernista brasileiro, a exemplo de: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsilla do Amaral e Alcântara Machado, que iam se intensificando ao ponto de colocá-lo numa posição de reflexão de sua produção literária acerca da cultura, notadamente o Nordeste. Como consequência, sua obra também vai assumindo posição de destaque e prestígio em função de suas origens e interpretação de valores e tradições relativas ao negro escravo na Paraíba.

Ao longo dos anos 20 foram surgindo na Paraíba alternativas para a vida literária e para a produção cultural, o que facilitou a chegada do movimento modernista naqueles anos. Algumas revistas eram publicadas nas províncias muitas vezes como reflexo das revistas do Sudeste, entre elas está *Era Nova*, na Paraíba, permanecendo entre 1921 e 1925, e que contou com a colaboração de Ademar Vidal. Interessante destacar que nessa época a Paraíba possuía dois grupos de intelectuais, o de *Nova Era* (1921) e a força ainda dominante do jornal *A União* (1891). Segundo sublinha Brito Broca¹², “a revista *A Novella*, pela irreverência, anunciava o modernismo, e *Era Nova* vinha preparar o terreno para a fase produtiva que se avizinhava”.

De toda a rede de relacionamentos que se formara, Ademar Vidal manteve relação mais próxima, de afinidade e cumplicidade com Mário de Andrade. Em 1937, Ademar Vidal recebe o convite de Mário para participar do Congresso da Língua Nacional Cantada, o que demonstra a relevância intelectual que deu à literatura na Paraíba além de trocaram dezenas de cartas entre 1929-1943, as quais se encontram publicadas em *Mário de Andrade e o Nordeste*, em 1967. Algumas dessas correspondências se encontram no acervo de Ademar Vidal no IHGP. Lembrando que essa correspondência é de natureza passiva, uma vez que as cartas que Ademar escreveu para Mário encontram-se no arquivo de Mário de Andrade no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP.

¹² José Brito Broca, crítico literário, ensaísta, jornalista e historiador. Nasceu em Guaratinguetá, São Paulo, em 1903 e faleceu no Rio de Janeiro em 1961. Escreveu **A vida literária no Brasil**. (Fonte: <https://diegoamaro.com/blog/jose-brito-broca/>, acesso em 02 jan. 2020).

Não podemos deixar de mencionar a colaboração de Ademar Vidal em 1938, a pedido de Mário de Andrade, ao projeto Missão de Pesquisas Folclóricas na Paraíba, coordenado pelo paulistano Luis Saia. Numa apropriação das manifestações populares no Nordeste, os pesquisadores construíram uma documentação sistematizada do conhecimento, sendo que esse material encontra-se no arquivo público do IEB.

Parte desse material também se encontra publicada em *O turista aprendiz*¹³ de Mário de Andrade, um dos mais importantes livros de relatos e de descoberta de regiões do Brasil; de seus habitantes e de suas manifestações culturais e religiosas, criado a partir das viagens da Missão de Pesquisa Folclórica no Norte e Nordeste do país. No entender de Gomes (1993), um evento fundador, ao marcar uma geração, delimitando as formas de um meio intelectual, na busca pelas manifestações culturais populares em regiões do Brasil. Assim, Mário de Andrade aposta numa ideia de Brasil como unidade composta de diversidades, e pensa a cultura nacional levando em consideração a contribuição de diversos setores da sociedade.

No item a seguir, abordaremos o lugar social do discurso de Ademar Vidal, ou seja, o lugar social a partir do qual atuou e desenvolveu seus escritos, como também por meio de uma descrição das práticas e dos procedimentos utilizados na sua produção.

4.2 O PROJETO DE AUTOCONSTRUÇÃO E A MEMÓRIA COLETIVA

Eco (1989) assevera que todo escritor aspira a ser lido. Mesmo quando sabia que ia contra o horizonte de expectativas do seu próprio leitor comum e atual, aspirava a formar um futuro leitor particular, capaz de entendê-lo: “sinal de que estava orquestrando a sua obra como sistema de instruções para um leitor que estivesse em condições de compreendê-lo e apreciá-lo. Não existe nenhum autor que deseje ser ilegível ou ignorável” (ECO, 1989, p. 100).

Narrativas em primeira pessoa são bastante comuns em nosso cotidiano, a exemplo de autobiografias, memórias, que são partes integrantes de um universo onde o “eu” fala e se faz presente, contando suas próprias experiências, ou seja, “a escrita como exercício pessoal praticado por si e para si (FOUCAULT, 1992, p. 141).

No sentido de ligação entre o homem e a obra, Oliveira (2015, p. 66) atesta que:

A escrita está relacionada à tradição e memórias, uma vez que, olhar para o passado implica motivo e aprendizado próprio de quem olha, de

¹³ Este é um livro composto por um conjunto de cartas, crônicas, ensaios, que Mário de Andrade produziu ao longo de alguns anos sobre as viagens que ele empreendeu primeiro ao Norte do país, até a fronteira com Peru e a Bolívia, em 1927, e depois, em 1928, na viagem a alguns estados do Nordeste: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. (ANDRADE, 1976).

maneira a, finalmente, através da escrita e da leitura da mesma, formar a si próprio. Assim, a escrita [...] empresta ao texto as características de seu autor, fornecendo subsídios que permitem realizar a ligação entre o homem e a obra, através de atributos que lhe são inerentes.

No caso de Ademar Vidal, reconhecemos que o prestígio do escritor e muitos de seus escritos são considerados importantes para pesquisa inicial de inúmeros temas, principalmente sobre a escravidão no Brasil. Além disso, têm ocorrido buscas pelo seu arquivo, e releituras de sua obra são realizadas, sobretudo, por acadêmicos estimulados pelo tema da escravidão no Brasil, numa articulação com hábitos, costumes e crenças que pertencem a um olhar temporal de longa duração. Desse modo, como assegura Oliveira (2015, p. 69), “o arquivo é fundamental nessa operação, bem como complexo em sua materialidade, principalmente quando se dimensiona as diversas temporalidades e regimes de historicidade que habitam os documentos”.

Por certo, os arquivos constituem um fundo documental, localizado em uma determinada instituição. Mas ele não é apenas um lugar físico, é também um lugar social; nele o historiador reúne pedaços do passado inspirado pelas questões do presente para realizar a ação historiográfica que significa, segundo sublinha Certeau (2002, p. 66):

Encarar a história como uma operação será tentar [...] compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. Nessa perspectiva [...] a operação se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita.

Desse modo, como atesta Verri (2012), a produção da escrita apesar de se destinar sobre um olhar ao passado, é pensada de forma a dar lugar a um futuro. Para Fraiz (1998), o ato de guardar, reunir, e preservar informações pessoais e profissionais é próprio de uma sociedade que compreende a brevidade da vida e demonstra a percepção de que preservando a memória, se lança para o futuro a possibilidade de continuar sendo lembrada.

O arquivo pessoal de Ademar Vidal é assim, tratado em sua dimensão informacional e memorialística, e os processos de institucionalização consideram a preservação e a lógica que prescindiu a organização do autor, levando em conta que:

Uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e

mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ, 1998, p. 67).

A preocupação de Ademar Vidal com a preservação da sua memória é nítida no decorrer da sua vida. O tempo vivido surge e abre caminhos importantes para compreender as prioridades e os critérios do que era de interesse guardar e preservar sua produção literária; suas preferências de leitura; sua rede de relacionamentos, enfim, todos os seus feitos, apontando tanto para o acervo como para a dimensão múltipla do autor em questão. Para Didi-Huberman (2017, p. 52), “a memória não requer apenas nossa capacidade de fornecer lembranças circunstanciadas”; “[...] pode também transmitir tanto afetos quanto representações, tanto impressões quanto fatos”.

No afã de preservar a memória, Ademar Vidal também se interessou em promover a Paraíba turisticamente. *O Guia da Paraíba* foi lançado em 1943, no Rio de Janeiro, com ilustrações de J. Wasth Rodrigues e tem como subtítulo *Roteiro das condições históricas, econômicas, geográficas e sociais do Estado*. É considerado um dos primeiros guias de turismo do Estado, ao lado da obra *Guia da Cidade de João Pessoa*, de Celso Mariz, editado pela *A União* em 1939.

O *Guia* de Ademar Vidal é composto de 72 breves capítulos e retrata a cidade de João Pessoa, com cerca de 40 mil habitantes. O autor inicia sua obra explicando aos leitores o significado de “Paraíba”, a origem da cidade de João Pessoa, para depois adentrar em tópicos sobre a economia e infraestrutura. Antes de começar suas descrições sobre os atrativos turísticos do Estado, Ademar Vidal se volta para os assuntos da sua região, ao se fazer porta-voz da sua terra e da sua gente. Ademar Vidal demonstra todo seu afeto e carinho¹⁴ pela capital paraibana ao descrevê-la de um modo bastante distinto do que se vê, atualmente, nos panfletos de promoção turística:

A capital mais se parece com um pomar, tanta a variedade de árvores frutíferas. É a mangueira, a bananeira, o sapotizeiro; é o cajueiro, a jaqueira e o abacateiro; é a cajazeira, a pitombeira, e a laranjeira; é a goiabeira e o araçá, o maracujá e a pinha, além do grande número de frutas silvestres de um sabor gostoso: ameixa, mangaba, massaranduba, graviola e guagiru. As espécies de manga e laranja são variadas e de uma riqueza por demais conhecida. [...]. Os pássaros vivem cantando nesse pomar (VIDAL, 1943, p. 27).

¹⁴ O sentimento de *paraibanidade* de Ademar Vidal pode ser bem exemplificado neste relato de sua filha Alice Vidal Trigueiro: “A Paraíba estava enraizada em suas veias, até quando, fazendo alguma refeição, pedíamos para passar o prato de aipim ou abóbora. Ele logo nos corrigia: “Macaxeira ou jerimum?” Queria manter e preservar os costumes e tudo que se relacionasse com a nossa terra: “Vocês esqueceram suas raízes?” (VIDAL, 2010, p. 49).

Outros temas abordados em *Guia da Paraíba* referem-se aos hábitos e costumes, ao folclore, à culinária, ao patrimônio arquitetônico, divertimentos, à pesca da baleia, inscrições rupestres, lendas e mitos, dentre outros, evidenciando o processo de escrita, muitas vezes circular. Como diria Foucault (1992), o que pode significar o retorno como momento decisivo na transformação de um campo discursivo. Isso constitui o momento crucial da individualização das ideias e dos conhecimentos, problematizando sobre as implicações e a representatividade da figura do autor na produção de um texto. Segundo atesta Foucault (1992, p. 36):

A escrita é o lugar onde o sujeito torna sua ausência singular e sacrifica a própria vida em troca da imortalidade. Essa morte que simboliza a ausência do autor permite ao leitor liberdade para interpretar o texto, sem que isso signifique que no discurso não estejam presentes as características que servem de diferencial entre cada indivíduo enquanto autor e imponha limites ao leitor.

Ademar Vidal confessa que a ideia para confecção do *Guia da Paraíba* partiu de seu amigo Epitácio Pessoa Cavalcanti. De início, conforme o próprio Ademar Vidal relata, houve hesitação de sua parte para empreender tal projeto. Mas resolveu aceitar o desafio por entender que “ia prestar mais um serviço à minha terra e, então, me deliberei a enfrentar o projeto com a energia e a resolução que felizmente jamais me abandonaram” (VIDAL, 1943, p. 72). O tempo necessário para realizá-lo foi, segundo o próprio autor, “uma semana de São João dentro do Engenho Novo”.

O Engenho Novo está localizado às margens do Rio Paraíba na cidade de São Miguel de Taipu. A casa grande fica em cima de uma elevação de terra como se fosse um mirante e as pessoas dali visualizavam, no passado, os seus domínios de terras, os escravos e a vista do rio Una.

De acordo com as informações de Cunha (2010), preserva-se ainda neste engenho um acervo histórico da sua fundação, como o sino que veio de Portugal, em 1864. Cunha ressalta que nas paredes da antiga senzala ainda existe uma renda bordada pelos negros, e na parede da casa grande uma espada, uma chapeleira com os chapéus que pertenceram aos senhores de engenho e os móveis, que ainda se encontram conservados.

O caráter testemunhal e informacional dos registros no Arquivo Pessoal de Ademar Vidal - de domínio público no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), instituição depositária das tradições, da memória e da produção intelectual na Paraíba - aponta processos de mediação envolvidos na produção, acumulação, transmissão e preservação dos

documentos. Por meio de seu arquivo privado pessoal, ele fomentou a construção de uma memória, e destacou a cultura como elemento propulsor do patrimônio cultural como fonte para a definição de produtos turísticos singulares, salientando, dessa forma, a diversidade cultural e a identidade da sociedade paraibana.

Os escritos de Ademar Vidal guardam muitas histórias, e as significações, dadas por ele ao patrimônio cultural na Paraíba, acabaram por garantir seu legado para gerações futuras. Seus trabalhos qualificam a presença do negro escravo no sertão da Paraíba, tema bastante discutido à sua época, tendo por base inventários e documentos cartoriais. Assim, Ademar Vidal buscou registrar o que viu e ouviu sobre a cultura do povo, enfatizando as peculiaridades de sua terra e sua gente, fosse através de observações *in loco* ou através de cartas, quando não podia fazer-se presente.

Em sua atuação literária, ele demonstrou interesse por variadas temáticas, como: etnografia, sociologia, antropologia, tendo sempre um olhar diferenciado, voltado para a cultura do povo, seus costumes e expressões, mantendo contato de perto com cantadores, recitadores, vaqueiros, cangaceiros e “mestres da escultura”, material ou simbólica, que ajudaram a modelar o Nordeste. Assim, não é de estranhar sua paixão por contos, lendas, provérbios e adivinhas, jogos e danças, ritos e mitos, manifestações simbólicas capazes de traduzir uma identidade regional.

Mello (1988), entre outros, já mencionou que por detrás das concepções que envolvem os escritos de Ademar Vidal está sua adesão às culturas populares e também a preocupação em situar temáticas regionais. Considerando o Nordeste carente de uma dimensão social, buscava por isso, abordar em seus escritos a peculiaridade da região, da sua gente, do seu povo: “ora denunciando o caráter ornamental da cultura nordestina, em que prevalece a tutela da elite sobre as manifestações populares, ora destacando os valores coletivamente nordestinos de cultura” (ROSA, 2012, p. 101).

Sobre uma análise historiográfica de Ademar Vidal, Rocha (2007) sublinha que ele não mostrou rigor em analisar alguns fatos sobre a escravidão, porém reconhece o “lugar social” de produção do seu discurso. A autora assegura que, como um homem da elite, Ademar Vidal foi o primeiro no IHGP, locus do saber da elite intelectual, a trazer informações sobre os negros, apresentando pesquisas sobre usos e costumes.

Rocha (2007) reconhece que Ademar Vidal trouxe um conjunto documental, com significativa importância para a memória cultural na Paraíba, o que ajuda a fortalecer as raízes locais, os costumes, a valorização de elementos populares, incluindo aí os valores que orientam a criação cultural. Portanto, “uma produção que se localiza entre a tradição e a

modernidade, uma espécie de fonte por meio da qual o autor se nutre”. Desse modo, como atesta Rocha (2007, p. 61):

Trabalhar com as fontes documentais, como fez Ademar Vidal, exige uma aproximação com temáticas ligadas a produção de identidades, e as relações entre memória individual e social. Utilizando uma variedade de fontes documentais, o autor inaugura alguns importantes temas de pesquisa, antecipando nas ciências sociais vários procedimentos de pesquisa e de análise além de sua atuação intelectual, principalmente na década de 1930.

Assim como Mello (1988), Rocha (2007, p. 61) também atesta que “as posições dos intelectuais de seu tempo e mesmo a leitura do então recém-publicado *Casa Grande & Senzala*, influíram Ademar Vidal nos seus escritos”. Para a autora, “esta influência se fez presente nas suas colocações a respeito das atitudes dos escravos em relação à sua libertação em 1888 e o entendimento de que tais mudanças provinham da generosidade dos senhores”.

Nesse sentido, Vidal (1988, p. 148-149) menciona que os negros estavam resignados à condição de oprimidos, pois ambicionavam muito pouco em suas vidas; e “indiferentes à sua sorte”. Nesse entendimento, Ademar Vidal assegura que sob a proteção dos ex-senhores, preferiam permanecer nas senzalas, pois “havia pegado um ritmo tal que dificilmente os escravos abandonariam a vida que levavam com raízes fincadas nos bisavós” (VIDAL, 1988, p. 149).

O autor sublinha ainda que o cativo achava “melhor ficar como estava, entendiam não só os senhores como os próprios filhos da África, adaptados ao meio e, pela riqueza de nobres sentimentos, extraordinariamente afeiçoados aos seus donos discricionários” (VIDAL, 1988, p. 149).

Para Ademar Vidal:

Os escravos se deixavam governar por instinto biológico, amansado maduramente por aqueles que, oprimidos, viveram e morreram dentro das senzalas, e nos anos próximos da abolição os escravos não queriam mais fugir por não ter para onde ir. Além de cansados, muitos [estavam] perfeitamente integrados na família do senhor. A Senzala era o limite irrecorrível de suas aspirações. (VIDAL, 1988, p. 151).

O autor reconhece que a abolição na província trouxe um “colapso na economia patriarcal, em vista do abandono súbito da agricultura por parte de escravaria”, que ambicionava se livrar do “jugo opressor”, imprimindo “modificação profunda nos hábitos de trabalho, refletindo-se, fortemente, na sociedade” (VIDAL, 1988, p. 151).

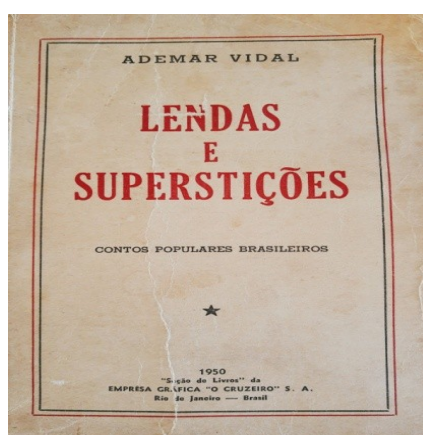
Ao realizar o registro das mais variadas manifestações culturais populares, Ademar Vidal acaba acreditando que estas apresentam características distintas da cultura dominante imposta, “uma memória marginal que corresponde a versões sobre o passado dos grupos

dominados de uma sociedade, memórias que geralmente só se expressam quando conflitos sociais as evocam” (ROCHA, 2007, p. 61).

Como pesquisador, fazendo uso do método biográfico e da história oral, Ademar Vidal criou as condições para que as histórias pudessem ser registradas e passassem então a fazer parte da memória coletiva da sociedade paraibana. Como mencionado anteriormente, suas narrativas abrangem o chamado sobrenatural, com descrições de histórias sobre crenças, fantasmas e almas do outro mundo. Tais narrativas são representativas da mentalidade coletiva do homem nordestino, assim como seus hábitos e modos de ver e entender o mundo. Assim, na essência do desconhecido ou inexplicável, o autor recupera histórias de assombrações, de lobisomens, de almas do outro mundo, ou seja, das “criações de uma cultura mestiça e híbrida” (CANCLINI, 1989, p. 121).

Salientamos que tal temática também se faz presente à literatura do imaginário sobre assombrações no Nordeste, principalmente quando Ademar Vidal escreve *Lendas e superstições*, vasculhando nas tradições populares o que houvesse de mais interessante sobre o assunto e cuja expressão vem sendo a mais intuitiva do que racional. Nela, o autor busca definir o objeto com que empaticamente se identifique; objeto que pode ser uma pessoa; pode também ser coisa, reunido fatos da história sobrenatural da Paraíba, arriscando-se a uma liberdade literária que consiste em não dar ouvidos aos preconceitos ideológicos dos contemporâneos.

Imagem 5 – Reprodução da capa de *Lendas e superstições*.



Fonte: Dado coletado a partir do acervo de Vidal, (2018).

Contêm em *Lendas e superstições*, cento e setenta narrativas a respeito do assunto, com descrições de casas mal-assombradas, denúncias contra ruídos de almas penadas e de feitores cruéis contra seus escravos, casos de assombrações e mistérios, e poderes invisíveis. Tais narrativas pertencem a uma Paraíba que apresenta, através destes relatos de fantasmas e assombrações, uma visão de mundo que busca compreender o maravilhoso através da crença popular.

Estas narrativas despertaram o interesse de Ademar Vidal em coletá-las e registrá-las para a posteridade, o que nos leva a entender que a obra *Lendas e superstições* é um objeto privilegiado de seus estudos literários. No seu conjunto, suscita a existência de uma vida para os mortos, e estes vagueiam escondendo-se nas casas velhas e sobrados, e nas torres das igrejas, para pedir orações que lhe garantam sossego no além. Essas temáticas mereceram do autor atenção especial, e como ele próprio anuncia:

É fabulário recolhido através de longo tempo de afetuosa continuidade de propósitos. Trabalho que somente pode tomar a orientação já indicada depois de escritas as histórias, uma a uma, lendo depoimentos, ouvindo-os (VIDAL, 1949, p. 23).

Trata-se de narrativas capazes de subverter “combinações hegemônicas” do que existe, divulgando fatos da memória cultural, como atesta Gramsci (1979). São fatos que refletem a mentalidade coletiva do homem nordestino, suas crenças, seus hábitos, seu modo de ser, o modo de sua cultura. Nisso ele expressa uma liberdade intelectual singular, que consiste em não temer os preconceitos ideológicos dos contemporâneos, valorizando a tradição sem negligenciar a modernidade.

Recorrer à memória do popular, como fez Ademar Vidal, para direcionar a leitura de uma obra que debruça sobre crenças e mitos, demonstra um esforço de aproximar as tradições culturais. Assim, a memória parece uma coisa presa ao passado, a lembrança de algo que aconteceu e ficou parado no tempo. No entanto, como observa Assmann (2011), a memória é dinâmica e conecta as três dimensões temporais, e ao ser evocada, no presente, remete ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro. É bom lembrar que Assmann prioriza a narrativa histórica contemporânea, concentrando-se nos processos mnemônicos ligados à constituição de novos estados nação.

Por certo, a memória cultural é constituída por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como faísca para acionar significados associados ao que passou. A memória cultural atua preservando a herança simbólica institucionalizada, à qual os

indivíduos recorrem para construir suas próprias identidades e para se afirmarem como parte de um grupo (ASSMANN, 2011).

Assmann (2011) chama atenção para a descrença na ideia de futuro e a emergência do passado como preocupação fundamental. Como assegura a autora, a confiança no futuro como promessa de dias melhores perdeu força e deu lugar à inquietação diante do passado. Nesse caso, a memória surge como um artifício para proteger o passado contra a ação corrosiva do tempo e para dar subsídios para que os indivíduos entendam o mundo e saibam o que esperar.

Como mencionado anteriormente, no início da década de 1930, Ademar Vidal publicou um texto de 47 páginas intitulado *Três séculos de escravidão na Parahyba*. Esse texto remete a fatos como o comércio negreiro, a resistência dos escravos (fugas e quilombos), até a abolição da escravidão pela Princesa Isabel.

Ademar Vidal escreveu um artigo intitulado *O movimento da abolição do Nordeste*, publicado em 1925. Tal artigo ganhou uma nova edição em 1988, na ocasião das comemorações do centenário da Abolição. Assim, ao se referir à abolição, registrou que as mudanças na “mercancia” dos africanos estavam vinculadas à Revolução Industrial e não à humanidade dos ingleses. Para ele, a libertação do escravo resultou da “mecânica”, “a indústria”, que “decuplicou e centuplicou o rendimento de um operário” europeu, e tais alterações repercutiram no contexto brasileiro (VIDAL, 1988, p. 147).

Nesse sentido, Rocha (2007, p. 62) chama atenção para o fato de que “na década de 1930, Ademar Vidal não era ingênuo de acreditar no difundido humanitarismo dos ingleses em defesa do fim da escravidão”.

No tocante à temática da escravidão, como uma história da dominação, Pinsky (2018, p. 7) assegura que:

A escravidão não é simplesmente um fato do passado. A herança escravista continua mediando nossas relações sociais quando estabelece distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial. Assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolvê-lo.

Em outra obra de Ademar Vidal, *Mário de Andrade e o Nordeste*, o autor cita como conheceu o autor de *Macunaíma*. Primeiramente, através do potiguar Antônio Bento de Araújo Lima, teve a oportunidade de corresponder-se com Mário de Andrade por cartas, chegando a receber, inclusive, livros com dedicatória do renomado escritor paulista. Porém, foi apenas em fins de 1928, quando Mário de Andrade visitou o Nordeste pela segunda vez, que se conheceram pessoalmente. Vindo de Natal para a Paraíba em companhia de Luís da

Câmara Cascudo e Antônio Bento de Araújo Lima, Mário de Andrade foi apresentado a Ademar Vidal, que o recebeu em sua residência na Rua das Trincheiras, nº 554, por quinze dias. Nesse período foi organizado um roteiro de visitas pela Paraíba:

Organizamos um programa de visitas a conventos e igrejas coloniais, ruas pitorescas, sítios e lugares dulcificados pela natureza. De uma feita, fomos assistir à demonstração que os ‘índios tabajaras’ promoveram na Ilha do Bispo em honra de Mário de Andrade. Este ficou alarmado com as danças que vira com tantos movimentos de vivacidade. [...] Os ‘índios’ ensaiavam para exibição do carnaval que se aproximava. O visitante tomou suas notas, interrogou muitos, pediu repetição das danças, desenhou passos, tudo fazendo com meticulosidade paciente (VIDAL, 1967, p. 12).

É explícita a admiração de Ademar Vidal por Mário de Andrade, por “sua força de originalidade”, de ser alguém que buscava “aquilo denominado de autêntico”, destacando em sua obra a “sensibilidade aguda no meio nacional das letras, mas ainda como destaque de qualidades sem igual no apurado gosto e, sobretudo, no sentido folclórico”. Destaca também o encantamento de Mário de Andrade pela praia de Tambaú onde “se deitava rolando na areia como uma criança enorme, bebendo água de côco verde ou cantando, ou recitando, eufórico, feliz e comunicativo”. Em virtude dessa alegria, “reservei para ele um recanto em que lá um dia construiria sua casa residencial. Ele mesmo foi escolher comigo” (VIDAL, 1967, p. 12-13).

Em sua visita ao Nordeste, Mário de Andrade buscou conhecer a região através de suas peculiaridades, percebendo relações íntimas desta região com outras partes do Brasil: “O que o deixa suficientemente à vontade para compreender o povo nordestino, esboçar um momento vivenciado, marcado pela busca de um registro poético que não ignore a poetização da natureza” (ROSA, 2012, p. 79).

A admiração entre ambos os escritores surge através do amigo de infância de Ademar Vidal, Mário Pedrosa, que admirava Mário de Andrade, e muito em função do movimento modernista que ocorria em São Paulo e que teve reflexos no Nordeste. Mário e Ademar tiveram grande participação no movimento, e caminhavam na mesma direção, o que levou Rosa (2012, p. 83) a afirmar que há indícios de que as concepções de Mário de Andrade acerca de sua atividade literária levavam em conta “a realidade tradicional da região, não omitindo sequer uma interpretação histórica do passado, mas oferecendo outras interpretações”. Isto influenciou a atividade literária de Ademar Vidal, no que diz respeito ao modo de ver a tradição como uma coisa viva, como diria Azevedo Netto (2007).

Em carta endereçada a Ademar Vidal em 06 de março de 1929, Mário de Andrade agradece o período em que foi hóspede do escritor paraibano: “Tomei posse da casa de você,

do piano, da mesa, da tinta e até do “papé de assentá”. Mandava vir café quando queria. Tudo isso você sabe, por que viu e deixou”, para emendar, em seguida:

Agora tem que ouvir e tem que deixar mais esta coisa: é que eu fiquei amigo de você. Não sei fazer falsidades [...]. Achei você mesmo a alma boa coberta pela inteligência viva que o Antônio Bento me contava e gostei (VIDAL, 1967, p. 25).

Essa amizade perdurou durante a Revolução de 1930, em encontros em São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1944, encontraram-se pela última vez em uma exposição de quadros na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Quando Mário de Andrade faleceu em São Paulo, no dia 25 de fevereiro de 1945, vítima de um ataque cardíaco, Ademar Vidal tomou conhecimento da partida de seu amigo através da Embaixada do Brasil. Apenas dois anos antes, Mário escrevera a Ademar confessando não esquecer os passeios na praia de Tambaú e no Cabo Branco, onde sonhava passar seus últimos dias.

Publicado em 1944, *Terra de Homens*, prefaciado por Afonso Arinos de Melo Franco¹⁵ trata sobre a terra e o homem do cangaço, explicitando sua problemática e apontando as diferenças entre cangaceiros, jagunços e caudilhos, que, na visão de Ademar Vidal são:

Irmãos gêmeos na maneira exata de proceder na sociedade. Não furtam, não saqueiam, não desonram. Respeitam o lar mais humilde e pela mulher guardam entrada admiração submissa. Não lhe fazem mal algum, antes punem aquele que se meter a desrespeitá-la. Distinguem-se completamente do bandido que rouba, mata sem escrúpulo e, somente por instinto de malvadez, estupra mulheres, assalta e toca fogo nos paiós de alimentação. Também maltrata crianças (VIDAL, 1944, p. 21).

Em *O Estado de São Paulo*, o jornalista e redator Antonio Constantino compreendeu o interesse de Ademar Vidal em explicar o surgimento do cangaceiro, realizando uma “história de cangaço, nas origens desde a era colonial, até o epílogo da aventura de Lampião [...] mostra o que é o cangaço e o que é o banditismo” (CONSTANTINO, 1944). Nessa perspectiva, *Terra de Homens* encontra-se umbilicalmente vinculada à temática do regionalismo, que, segundo atesta Batista (2008, n.p) é:

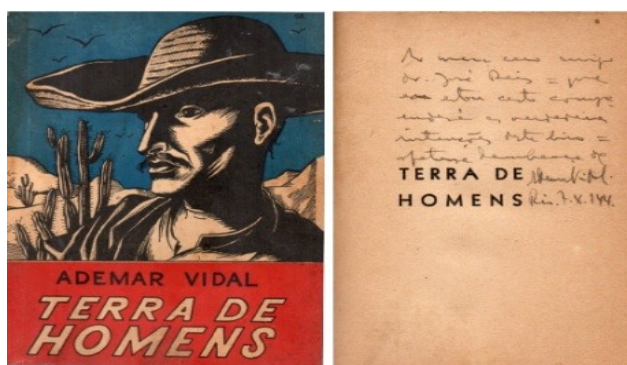
Um dos termos usados para o grupo de escritores do nordeste que se destacaram na década de 1930. Terminologicamente também denominado de ‘Romance de 30 do Nordeste’, este termo recebeu designações geográficas (Norte/Nordeste), cronológicas (romance de 30, década do romance de 30, ciclo de 30, ficção de 30, o romance brasileiro de 30), literárias (regionalismo, modernismo, neo-realismo, ciclo nordestino do romance modernista) e temáticas (literatura das secas, ciclo da cana-de-açúcar, do

¹⁵ Afonso Arinos de Melo Franco, mineiro de Belo Horizonte, nasceu em 1905, foi um jurista, político, historiador, professor, ensaísta e crítico brasileiro. Destaca-se pela autoria da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial em 1951. Ocupou a Cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras, onde foi eleito em 23 de janeiro de 1958. Afonso Arinos faleceu em agosto de 1990 no Rio de Janeiro. (CPDOC, 2009).

cacau, romance de testemunho). Daí a ênfase a escritores ideologicamente semelhantes como José Américo de Almeida (A bagaceira - 1928), Raquel de Queiroz (O Quinze - 1930), José Lins do Rego (Menino de Engenho - 1932), Jorge Amado (Cacau - 1933) e Graciliano Ramos (São Bernardo - 1934).

Entre os temas mais trabalhados pelo regionalismo, encontravam-se a seca, o êxodo rural, a decadência da sociedade patriarcal do Nordeste, a crítica social, os problemas do homem nordestino, a renovação da linguagem, das técnicas e suas consequências mais conhecidas. Assim, conforme enfatiza Batista (2008, não paginado), as obras nordestinas produzidas nos anos 1930 estão inseridas “na linha do Realismo crítico, tão em voga nessa década e, mais ainda, na literatura contemporânea”, identificando “fatos, traços, temas, personagens que descrevem e torna em evidência uma região. Neste caso a região em foco é a região Nordeste com seu povo, sua linguagem, sua cultura e seus dramas” (BATISTA, 2008, n.p), assim como encontramos nessa obra de Ademar Vidal:

Imagem 6 – Capa de exemplar de *Terra de Homens* com dedicatória do autor.



Fonte: Vidal (1944)

Consideramos *Terra de Homens* obra-síntese das intenções do autor, que também antecipa ao conhecimento do leitor a experiência já considerada fundamental do memorialista. Assim, ele se amplia com outros detalhes em páginas de *Estudos de história social do Nordeste* (S/d), demonstrando a persistência da memória com idas e vindas, gerando muitas vezes repetições frequentes na obra¹⁶. Nesse sentido ressaltamos depoimentos ou evocações

¹⁶ Como o inédito, *Estudos de história social do Nordeste* não foi datado, não se sabe qual foi escrito primeiro, se este ou *Terra de homens*. Podemos inferir que Terra de homens foi escrito primeiro, uma vez que após a publicação dessa obra, o autor começa a produzir uma série de textos, os quais são denominados de “inéditos”, pela Coordenação CEOARQ – Centro de Organização de Arquivo da UFPB, em 1995. Esse trabalho é chamado de “Inventário do arquivo Dr. Ademar Vidal – [Victor de Menezes] - 1996”.

de tipos, situações e paisagens entrevistados na fase de vida do autor, focado na revolução social e humana do povo nordestino, como “a terra e o homem do cangaço”. Tomada de páginas esparsas, como em *Estudos de história social do Nordeste* (S/d), impõem-se de qualquer modo, ambos os escritos, pelo valor autobiográfico e os documentam, aprisionado pela memória. “São suas reminiscências misturadas de histórias que ouvia quando criança, uma combinação de julgamento intelectual com julgamento popular”, nas palavras de Afonso Arinos de Melo Franco, ao prefaciar *Terra de homens*.

Portanto, visitar o passado, com o olhar carregado das perguntas do nosso presente nos faz ver que, lembrar é também remexer os arquivos; é buscar o que eles são capazes de produzir, gerar, provocar, principalmente, porque, é uma ação de arquivar a própria vida.

4.3 ARQUIVANDO A PRÓPRIA VIDA

Derrida (2001, p. 47) assegura que “dispor de um conceito, ter segurança sobre o seu tema é supor uma herança fechada e a garantia selada de alguma maneira por essa herança”. E complementa dizendo que “[...] nada mais perturbante e perturbado hoje que o conceito arquivado na palavra arquivo” (DERRIDA, 2001, p. 118).

No sentido de arquivar a própria vida, Artières (1998) discorre sobre aqueles que não têm papéis que os identifiquem, e afiança que “o anormal é o sem-papéis”. Para o autor:

O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto, nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento 'arquivarás tua vida' - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade (ARTIÈRES, 1998, p. 3)

Na perspectiva que apresenta Artières (1998), se o arquivo abriga a memória, é também o lugar onde a esquecemos; é o lugar, ao mesmo tempo instituidor e conservador; revolucionário e tradicional, assim o lugar de fala do arquivista mistura-se ao passado, e o presente é o tema do encontro. Nesse sentido, Artières (1998, p. 4) propõe a imaginar “por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os ante-textos das nossas existências”. Nele encontraríamos “passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amareladas” (ARTIÈRES, 1998, p. 9). Para o autor:

Estudar a constituição pessoal de arquivos de vida equivale a exumar as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e manipuladora dos grupos ou dos indivíduos presos doravante nas malhas da vigilância. A rede de uma anti-disciplina (ARTIÈRES, 1998, p. 9).

Arquiva-se a vida mantendo cotidianamente o arquivo, construindo a identidade, redigindo a autobiografia, além de fazer um acordo com a realidade, manipulando a existência, omitindo, rasurando, riscando, sublinhando, dando destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998), como fazia Ademar Vidal, em seus escritos (exemplificados através da **Imagem 1 e 2** neste trabalho).

Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento não é só escolher alguns acontecimentos, como os ordenados numa narrativa, mas também a escolha e a classificação dos acontecimentos, que determinam o sentido que se deseja dar à vida arquivada. Para Artières (1998), arquivar a própria vida, é se contrapor à imagem social, à imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.

Nesse sentido, Ademar Vidal bem soube retratar em seus escritos a sua vida, amalgamada à cultura do povo, ao cotidiano do homem sertanejo, lendas e brincadeiras, peculiaridades do Nordeste, usos, costumes e crenças onde a escrita e a memória se cruzam, nos limites do erudito e do popular. Os registros de pesquisa feitos pelo autor são o resultado do trabalho de recolhimento e de transmissão da experiência social e oportunidade para retomada dos modos de ser e de pensar desse povo.

Tomando por base a concepção de preservação da cultura, aventada por Azevedo Netto (2015), entendemos que a obra de Ademar Vidal resguarda uma memória, compreendida como o encadeamento de elementos que remetem a um passado:

Real ou fantástico, e que são dados a partir da esfera da consciência individual e, através de um processo de fragmentação e intersubjetivação, é construída a partir da esfera coletiva, referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados (AZEVEDO NETTO, 2015, p. 157).

É nesse contexto que vemos a obra de Ademar Vidal, comprometida em oferecer a possibilidade para a organização de vivência em formas práticas sociais. Ele parecia acreditar como Foucault (1990), que a palavra é o campo partilhado pelo escritor e pelo leitor, este como um produtor ativo de significados. As narrativas produzidas pelo autor, e sua permanência e transmissão ao longo do tempo são sustentadas em uma relação que une vida às histórias. Ao se aproximar de narradores populares, Ademar Vidal bem soube coletar histórias populares que transitam entre o real e o imaginário. Era a própria voz que ele

gostaria que o precedesse, o convidasse a falar e habitasse seu próprio discurso. Parafraseando Foucault (1996, p. 79), “o que havia de tão temível em tomar a palavra, pois eu a tomava neste lugar de onde o ouvi e onde ele não mais está para escutar-me”.

Assim, Ademar Vidal segue com a convicção de que o material do conhecimento informacional não pode ser outro senão aquele recolhido das experiências do dia a dia, de sentido valorativo, que na sociedade brasileira se caracterizam como valores culturais (VERRI, 2012). Reforçar esses valores parece cuidar para que não ocupem “o menor lugar entre o pensamento e a palavra”, cuidando para que o pensamento seja “revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido” (FOUCAULT, 1996, p. 46).

O caráter testemunhal e informacional dos registros no Arquivo Pessoal de Ademar Vidal - de domínio público no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), instituição depositária das tradições, da memória e da produção intelectual na Paraíba - aponta processos de mediação envolvidos na produção, acumulação, transmissão e preservação dos documentos. Por meio de seu arquivo privado pessoal, ele fomentou a construção de uma memória da história, e destacou a cultura como elemento propulsor do patrimônio cultural, salientando, dessa forma, a diversidade cultural e a identidade da sociedade paraibana.

Os inéditos sobre a escravidão, escritos na expressão de uma cultura nacional, revelam um desejo de memória. Ademar Vidal gostava de escrever sobre o escravo numa sociedade e numa cultura de senhores e escravos, uma cultura miscigenada.

Realizando um paralelo com Assmann (2011, p. 18-19), que expõe sobre uma crise da *memória experiencial*, consistindo “no fato de que, rumo à próxima geração, as testemunhas que sobreviveram à maior catástrofe deste século, a *shoah* (holocausto), terão morrido uma a uma”, situamos os estudos de Ademar Vidal sobre o negro escravo na Paraíba. Para Assmann (2011, p. 19), o evento do holocausto “não ficou pálido e descolorido com o passar dos anos, mas, paradoxalmente, está mais próximo e vivo do que se imaginaria”. É nesta perspectiva que compreendemos a questão da escravidão no Brasil, concordando com Assmann, que “a memória exponencial das testemunhas da época, caso não se deva perder no futuro, deve traduzir-se em uma memória cultural da posteridade” (ASSMANN, 2011, p. 19).

Tomando por base a discussão das memórias populares, e utilizando documentos e a evidência oral, foi que Ademar Vidal organizou e relacionou informações, com efeito, criou, imaginou e fabulou sobre o negro escravo na Paraíba. Tudo isso se deu na busca de “revelar uma verdade que está por trás do registro oficial [...] propiciando pistas essenciais para a interpretação verdadeira” (THOMPSON, 1992, p. 327).

A memória registrada no acervo de Ademar Vidal pode ser compreendida como um instrumento que tem uma importante função para a sociedade, visto que ela é capaz de acessar o passado. O IHGP como instituição que mantém e preserva acervos, pode ser classificado como uma Unidade de Informação que desenvolve uma função de ressignificação da memória ou recuperação da informação.

Como atesta Thiesen (2013, p. 108), “toda instituição tem suas formas de organização, sem as quais não poderia exercer sua prática, que é coletiva e social. A prática é primeira e se impõe no processo de institucionalização”. Assim, “o importante é conhecermos o modo de funcionamento dessas instituições e como se comunicam dentro das redes sociais de poder, assegurando com isso certo ordenamento nas formações sociais” (THIESEN, 2013, p. 101).

Portanto, todo e qualquer arquivo pessoal possui uma função social no espaço que ocupa, constituindo-se em fonte inesgotável para pesquisa. Pelas referências que ele mantém, é atribuído à noção de guarda cultural, que está diretamente ligada a uma busca pela comprovação identitária, que é construída pela manutenção da tradição no passado. Por sua constituição, o IHGP constitui em espaço de memória não apenas de seu proprietário, mas das pessoas que tiveram contato e deixaram resquícios em sua vida, seja por meio de produções próprias ou recebidas. Desse modo, o arquivo de Ademar Vidal no IHGP se insere:

Num contexto muito específico que possibilita vislumbrar aquilo que, de alguma forma, foi selecionado como documento importante de ser lembrado, podendo-se verificar o processo histórico relacionado à memória e ao esquecimento (KARPINSKI, 2015, n.p).

Consideramos os registros de suas pesquisas o resultado do trabalho de recolhimento e de transmissão da experiência social e oportunidade para retomada dos modos de ser e de pensar de um povo diante de um mundo mais abrangente. “Uma produção comprometida em oferecer a possibilidade para a organização de vivência em formas práticas sociais” (MARTELETO, 1995, p. 5).

Entendemos ser arbitrário julgar a veracidade dos dados descritos por Ademar Vidal, em sua pesquisa sobre negro escravo na Paraíba, adquiridos segundo uma escala de valores absolutos. Por isso, optamos pelo uso da interpretação, extremamente significativa para nosso estudo, considerando o momento histórico dentro do qual agiu o autor, bem como a prática cotidiana que o inspirou e, ao mesmo tempo, o condicionou.

Neste ponto, reconhecemos a importância que devemos atribuir aos seus escritos, constituídos de estudos, reflexões, anotações, relatos informais de campo, e de rascunhos que nos dão conta da indagação em horizontes culturais e sociais. Certamente esses escritos

documentam uma maior atenção em relação ao negro escravo na Paraíba, buscando uma recuperação histórico-cultural, pois desde as primeiras décadas do século vinte o autor foi construtivamente problematizando a herança cultural do negro escravo, ao mesmo tempo constituindo seu arquivo pessoal.

Como atesta Venâncio (2003), todo e qualquer arquivo privado pessoal possui uma função social no espaço que ocupa, constituindo-se em fonte inesgotável para pesquisa. Na esteira do pensamento de Venâncio (2003), podemos dizer pelas referências que o arquivo mantém é atribuído a ele à noção de “guarda cultural”, que está diretamente ligada a uma busca pela comprovação identitária, que é construída pela manutenção da tradição no passado. Assim, por sua constituição o IHGP constitui em espaço de memória das pessoas que tiveram contato e deixaram resquícios em sua vida, seja por meio de produções próprias ou recebidas. Essa função é comum a muitos arquivos de vida.

Dessa forma, Ademar Vidal opera uma reorganização interna dos acontecimentos que pontuaram sua vida e reconstrói um destino para si mesmo mostrando a coerência da própria existência em vista dos fatos que a compõem. É como se, desejoso de inscrever sua produção, quisesse dizer ao leitor o que fez, o que buscou registrar, e desse modo, arquivando a própria vida. Historicamente, não podemos ignorar da parte do autor, contraposições iniciais, indispensáveis mesmo para a interpretação sociológica da realidade brasileira e da mais legítima valorização das nossas tradições. Certamente sua obra se prende ao pensamento crítico e às reflexões sobre compromissos com o Nordeste, mais especificamente a Paraíba, expostos em páginas de livros, de crônicas, de artigos.

Nessa tentativa de sistematização com base nas interpretações propostas, reiteramos nosso ponto de partida, isto é, a escravidão e o negro escravo na Paraíba, momento que buscamos fundamentar e estimular a produção de Ademar Vidal, caminho que leva à interpretação e valorização do autor sob o jugo da memória.

Portanto, dentro dos limites que nos propusemos, segue o próximo capítulo, com um aprofundamento em direção aos inéditos de Ademar Vidal, fundamental para compreensão de sua produção. Um exame mais detido de sua obra poderá ser revelador no âmbito da informação e da memória.

5 ADEUS EM SILÊNCIO OU A ESCRAVIDÃO SILENCIADA: os inéditos em questão

"Sem dúvida que a partilha histórica deu à nossa vontade de saber a sua forma geral. Não deixou, porém de deslocar-se: as grandes mutações científicas podem talvez ler-se, por vezes, enquanto consequências de uma descoberta, mas podem ler-se também como aparecimentos de novas formas da vontade de verdade. Há sem dúvida uma vontade de verdade no século XIX, que não coincide com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica, nem pelas formas que põe em jogo, nem pelos domínios de objetos aos quais se dirige, nem pelas técnicas em que se apoia" (FOUCAULT, 1996, p. 16).

A palavra, no campo científico, tem um valor instrumental, de não turvar a percepção do discurso lógico. Na literatura, a palavra vale por si, tem consistência e beleza própria. Acreditamos que Ademar Vidal tenha feito mais uso da palavra na literatura, com incursões reunidas nos seus escritos, buscando dar certa transparência para a realidade social e cultural, que sempre pleiteou disseminar.

Como atesta Foucault (1968, p. 154), "a literatura [...] é uma linguagem transgressiva, mortal, repetitiva, reduplicada: a linguagem do próprio livro". Considerada, conforme lugar "exterior a si e de si" (FOUCAULT, 1990), é também uma multiplicidade de lugares e de subjetividade. Para Foucault (1990, p. 20), "o ser da linguagem não aparece por si mesmo mais do que no desaparecimento do sujeito".

Na esteira do pensamento de Foucault (1990), Fernandes (1999, p. 2) sublinha que a noção de exterioridade, proposta pelo filósofo francês, liga-se à noção de autor, que pode ser compreendido como "aquele que reúne um conjunto de vozes históricas, sociais e ideológicas na produção de um texto". Nessa ótica, a abertura de um espaço produzido pela obra está sempre a desaparecer, porque não se fixa um sujeito numa linguagem ou o exalta pelo gesto de escrever. Desse modo, Foucault (1990, p. 21) entende que "o lugar literário, focalizado na sua exterioridade, converge para o apagamento do sujeito como ser de linguagem". Assim compreendido, "as relações entre o fictício, o real e o imaginário possibilitam novas leituras do lugar literário, permitindo discutir questões históricas de um lugar ou de um discurso configurado no próprio imaginário desse lugar" (FERNANDES, 1999, p. 10).

Portanto, o texto cria a realidade por meio da palavra, esta é a própria realidade, intermediando os homens e as coisas. Como atesta Foucault (1996, p. 22), "o lugar que permite a formação do ser, também permite a linguagem", agora cabe ao escritor apoderar-se

dela e criar a realidade que se encontra além da existência das coisas. Desse modo, acreditamos que a produção vidaliana exprime esse movimento da palavra, criando a realidade na qual insere o leitor.

Para Foucault (1996), “a função do autor não cessou de se reforçar”, de modo que as narrativas articulam com sua vida pessoal e suas experiências, com a história real, prestando conta da unidade do texto posta sob seu nome. Nesse caminho, reconhecemos que Ademar Vidal deixou obra numerosa e diversificada, que vão de ensaios, biografias, guias de turismo, estudos de folclore e do direito à temática de estudos afro-brasileiros, cumprindo sua função de autor e apresentando sua relação com a escrita e com o discurso. Depreende-se daí que essa noção do autor:

Constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia, e das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, acredito que não se deixa de considerar tais unidades como escansões relativamente fracas, secundárias e sobrepostas em relação à primeira unidade, sólida e fundamental que é a do autor e da obra (FOUCAULT, 1996, p. 267).

Sobre a escrita, a obra e a autoria, Brunn (2001) assegura que elas fundamentam uma "mitologia autoral", considerando que “a obra de um escritor, melhor ainda, suas obras (completas), é o resultado de seu trabalho marcado por seu nome; mas esse resultado parece desfrutar de um modo de existência particular, ligado ao modo de existência do nome do autor ele mesmo” (BRUNN, 2001, *apud* ALMEIDA, 2008, p. 226).

Sobre um desaparecimento do autor, no ato da escrita, Foucault (1968) chama isso de “a morte do autor”, assegurando que o sujeito que escreve apaga-se em sua singularidade existencial, para que o seu nome tome lugar. Desse modo:

[...] o autor deve se apagar ou ser apagado em proveito das formas próprias ao discurso. Isto posto, a pergunta que eu me fazia era a seguinte: o que essa regra do desaparecimento do escritor ou do autor permite descobrir? Ela permite descobrir o jogo da função autor (FOUCAULT, 1968, p. 294).

Como sublinha Almeida (2008), o escritor é aquele que marca a posição do sujeito no ato da escrita e o autor tem seu nome imortalizado, tendo propriedades peculiares no jogo dos discursos. O nome do autor é então o que resta do jogo de vida e morte no cerne da escrita. Para Almeida (2008, p. 223), “a função-autor seria o ponto de balizamento que o nome do autor apresenta na ordem dos discursos – para usar aqui a expressão foucaultiana. Ele faz função – função de delimitação discursiva”.

De nossa parte, estudamos a realidade da escravidão no Brasil a partir da produção vidaliana, considerando que esses escritos revelam um desejo consciente de memória arquivada pelo próprio autor. Consideramos que Ademar Vidal escreveu bastante sobre o escravo numa sociedade e numa cultura de senhores e escravos; uma cultura miscigenada e brasileira. Assim, podemos assegurar como Almeida (2008, p. 224), que “a relação da autoria com o discurso aponta para esse modo particular de existência que a obra toma no espaço aberto pelos jogos de linguagem”.

Diante do exposto, as narrativas de Ademar Vidal servirão como documentos para nossa análise sobre como as memórias ganham significado, como foram registradas e interpretadas pelo autor, ou quem sabe, silenciadas. A discussão e interpretação dos itens a seguir, fazem parte dos inéditos do autor selecionados para compor este trabalho, que versam sobre a escravidão e o negro escravo na Paraíba.

No entender de Baptist (2003, p. 11), a passagem do século dezoito para o dezenove “deveria ter marcado a passagem para uma era de esclarecimento, emancipação e progresso racional”. Mas, o que se teve foi “capitalismo e nacionalismo, além de escravidão, que parecia fadada ao desaparecimento em várias partes do mundo Atlântico, mas que floresceu durante a maior parte do século dezenove como plantas venenosas de um novo tipo” (BAPTIST, 2013, p. 11). Os oitocentos, portanto, foram um século de expansão da escravidão.

5.1 RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO

No Brasil, a expansão da escravidão se deu através do persistente tráfico transatlântico de escravos. Uma escravidão que produzia mercadorias como o algodão, “a principal de todas antes da transição para o carvão mineral como fonte energética a partir dos anos 1840, para os mercados industriais”, que, segundo atesta Baptist (2013), “cresciam tão rapidamente, e com um impacto histórico tão grande, que a Revolução Industrial permanece sendo vista como a fronteira entre o mundo moderno e tudo que veio antes” (BAPTIST, 2013, p. 12).

Em se tratando da colheita do algodão, os escravos odiavam essa tarefa. Por isso mesmo, os escravistas desenvolveram um sistema de cotas em que eram forçados a atingir seu nível máximo de colheita ao longo do dia. No caso de escravos punidos nas fazendas de café brasileiras, por não colherem grãos de café o suficiente em um dia, passavam por um brutal açoitamento (MOURA, 1988; QUEIROZ, 1990; SCHWARCZ, 1993; entre outros).

Baptist (2013, p. 12) tem afirmado que a produção agrícola de escravos era menos eficiente que a produção de trabalhadores livres, o que transforma as relações em dois

sentidos: “um de poder sobre o espaço, o outro sobre o tempo”. Para ele, as decisões eram transferidas “do poder sobre eventos de um grupo para outro dentro de comunidades mais amplas”, ligadas através de dívidas e da mercantilização dos corpos dos escravos na produção de vários itens.

Essa é a narrativa de Ademar Vidal acerca do capitalismo, encontrando uma causalidade entre as crenças religiosas e a motivação de capitalistas a acumularem infinitamente seus bens, o que se constitui em fontes informativas para compreensão desse passado. Um passado tão dinâmico em possibilidades que se transformam nas mãos dos que dele se utilizam para novas perspectivas.

Mais do que registrar estas memórias, nosso intuito é apresentá-las como conhecimento, como lembranças que se formam numa trama em que cada fio aqui, pode ressignificar a memória da história dos sujeitos envolvidos.

Está claro que as lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas por determinado grupo, ao que Halbwachs (1990) denomina de memória afetiva, e dificilmente lembramos fora desse quadro de referências. Nesse sentido Pinheiro (2015, n.p) ressalta que:

Tanto nos processos de produção da memória como na memorização, o outro tem um papel relevante, pois a memória do grupo contribui para um sentimento de pertinência a um grupo de passado comum que compartilha memórias. Este processo ampara o sentimento de identidade do indivíduo sopeado em uma memória compartilhada não só no campo do real, mas, também no campo simbólico.

Assim:

A memória é construída através da interação social do indivíduo, e as trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio da linguagem que é o elemento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima o mesmo espaço histórico (PINHEIRO, 2015, n.p).

Portanto, ressignificar significa dizer que as experiências vividas pelas pessoas podem ser vistas e entendidas por outra perspectiva (SIGNIFICADOS, 2011-2019, on-line). Neste sentido, Reis (2006) discorre sobre a ressignificação dos conhecimentos intelectuais e técnicos do negro escravo no Brasil. Para ele:

Ressignificar implica dar novo sentido às palavras, relações, coisas, práticas e rituais. Em suma, os africanos tiveram de ressignificar a vida de escravo na Terra de Santa Cruz, adaptando seus saberes e cultura aos vários ambientes históricos neste país continental, para que pudessem sobreviver culturalmente (REIS, 2006, p. 12).

Dessa forma, o negro, retirado à força de seu lugar de origem, escravizado e levado para lugares distantes, necessitou criar elementos que lhe permitissem ressignificar, em sua nova realidade, os laços ancestrais perdidos. Como atesta Reis (2006, p. 42), foi criada a figura simbólica do ‘parente de nação’ ou o ‘parentesco fictício’, o que consiste:

Num mecanismo integrador do escravo recém-chegado ao novo ambiente. Escravos já aculturados recebiam o africano como a um parente de sangue e lhe ensinavam a adaptar-se ao contexto histórico colonial: novas tarefas, novos hábitos, novos valores religiosos, nova língua. Algumas nações eram mais resistentes ao aprendizado da língua portuguesa, como a dos Tapas, africanos islamizados provenientes da região do Sudão. Daí o termo “tapado” para designar o indivíduo bronco ou que tem dificuldade de aprender. Se havia interesse do senhor nessa aculturação, o “parentesco fictício” significava, para o recém-chegado, criar uma coesão, ainda que frágil ou provisória, que lhe permitia adaptar-se e movimentar-se no novo ambiente sociocultural.

O sincretismo religioso foi uma forma dos negros escravos reinventarem suas crenças com o objetivo de “manter os rituais religiosos de origem e o culto de suas divindades camufladas sob os nomes de santos portugueses” (REIS, 2006, p. 18). Sobre este ponto, Moura (1992) atesta que a Igreja Católica considerava as religiões africanas ‘exóticas’ e ‘perigosas’, pois reivindicava para si o monopólio da explicação do sobrenatural e do natural, o que a levou a incentivar o sincretismo religioso, uma vez que buscava:

Penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado, usando o método catequista, batizando-o coercitivamente [...]. Era um sincretismo de uma só via [...] jamais permitindo a *contaminação* de seus princípios teológicos pelas posições *animistas*, *fetichistas*, e por isso mesmo primitivas, das religiões dominadas (MOURA, 1992, p. 34, *Grifos do autor*).

Gomes chama atenção para duas características que distinguem a escravidão na América de outras formas mais antigas de cativeiro. A primeira, diz ele, é sobre o regime de trabalho, onde a escravidão:

Tornou-se sinônimo de trabalho intensivo em grandes plantações de cana-de-açúcar, algodão, arroz, tabaco e, mais tarde, café. Escravos eram usados também na mineração de ouro, prata e diamantes. Estavam, portanto, em condição equivalente à das máquinas agrícolas industriais de hoje, como os tratores, os arados, as colhedoras e as plantadeiras nas modernas fazendas do interior do Brasil. Nos engenhos de açúcar, trabalhavam em jornadas exaustivas. Em turnos e regime de trabalho, organizados de forma muito semelhante às linhas de produção que, a partir do século XVIII, caracterizariam as fábricas da Revolução Industrial (GOMES, 2019, p. 72-73).

Gomes (2019, p. 73) assegura que a segunda característica é o surgimento de “uma ideologia racista, que passou a associar a cor de pele à condição de escravo”, sendo este

racismo utilizado como justificativa para o comércio e a exploração da força de trabalho do cativo africano, que o rotulou como “naturalmente selvagem, bárbaro, preguiçoso, idólatra, de inteligência curta, canibal, promíscuo”, e que só poderia “ascender à plena humanidade pelo aprendizado na servidão”. Nesta perspectiva, explica o africanista Alberto da Costa e Silva (GOMES, 2019), a ideologia racista compreendia o cativo como a vocação natural do negro cativo, onde “viveria sob a tutela dos brancos, podendo, dessa forma, alçar eventualmente um novo e mais avançado estágio civilizatório” (GOMES, 2019, p. 73).

Neste estudo, ressignificar a escravidão significa encará-la sob a perspectiva dos escritos de Ademar Vidal, em um olhar diferenciado sobre a Paraíba, permitindo nova interpretação. Como atesta Ferreira (2018, n.p):

É importante ressignificar a escravidão como um modelo heterogêneo e diversificado em todo o Brasil colonial e imperial, diferentemente do que alguns livros costumam exibir, tendencialmente demonstram o modelo escravista do centro-sul como padrão implícito para o restante do país, ou o escravo na lavoura de cana-de-açúcar do Nordeste, ou o escravo nas plantações de café, o que no mínimo, mostra uma visão descontextualizada do todo que foi o processo de escravidão. Que se adaptou a contextos locais e temporais, possuindo não só diferenciações em relação aos espaços inseridos, como da temporalidade, assim como nas especificidades laborais dos afrodescendentes. Evidentemente há dificuldade para generalizações, e estas simplesmente têm sido em muito ignoradas, provocando a prevalência de um modelo regional de escravidão sobre os outros.

Os escritos de Ademar Vidal sobre a temática do negro escravo não devem ser tomados de forma isolada, pois este é um autor que retoma ideias desenvolvidas em escritos anteriores, onde volta aos mesmos temas e questões, revisitando-as e atualizando-as, como exemplificamos através da imagem 1 e 2. Assim, no processo de comunicação, o sujeito comunicante encontra-se imerso numa realidade social particular, na qual onde “elaborar uma mensagem (conjunto de dados, quer seja manuscritos ou através de imagens, ícones, sons, gestos etc.) tem como ponto de partida seu próprio contexto social, sua gama de conhecimentos individuais e coletivos” (DUARTE, 2009, p. 62). Porém, a autora ressalta que não é apenas a partir desta vivência que é elaborado o discurso portador de sua mensagem, levando-se em consideração ainda:

O receptor (sujeito interpretante) que deseja atingir: qual é a sua realidade psico-socio-cultural (*sic*) quais são os seus conhecimentos prévios, de que modo ele provavelmente irá re-figurar a mensagem recebida. O objetivo do sujeito comunicante é que a mensagem produza a informação desejada no sujeito interpretante a quem ela se destina. Portanto, a mensagem deve gerar um processo de informação capaz de alterar o estado de conhecimento do receptor (DUARTE, 2009, p. 62-63).

Entendemos que alterar o estado de conhecimento do receptor é ressignificar a informação transmitida pelo autor “analisando-a, dentro de uma nova perspectiva, onde os conhecimentos podem ser adquiridos pelo processo de comunicação”. Ou podem ser “resultado da interação dos parceiros com o mundo que os cerca, adquiridos de modo subjetivo, inexprimíveis através de símbolos” (DUARTE, 2009, p. 64).

Nessa perspectiva, asseguramos que a Ciência da Informação é capaz de contribuir para que a informação se torne cada vez mais, um elemento de inclusão social, promovendo desenvolvimento para as pessoas e nações (FREIRE, 2010). Isso contribui para a possibilidade de descobrir:

Novas formas de pensar e agir de maneira ativa nos diversos processos de comunicação na sociedade. Sociedade onde existem, cada vez mais, pessoas que precisam ter acesso à informação, nas mais diversas fontes e através dos mais variados canais (FREIRE, 2010, p. 76-77).

Como informado anteriormente, em *Três séculos de escravidão na Paraíba* Ademar Vidal utiliza-se da historiografia e da memória para repelir a força do colonialismo. Expõe a ideologia dos senhores com o objetivo de “mergulhar nas marcas do tempo para extrair as relações, os contrastes e as diferentes temporalidades que mantêm essa memória” (ROSA, 2004, p. 179). Assim, ele reúne acontecimentos e personagens humanas em um jogo mimético articulado entre o mandonismo e a submissão, entre a força e a impotência, fazendo de sua representação uma herança importante de definição e expectativas marcadas pela tradição (ROSA, 2004, p. 179).

Escrever sobre a Paraíba pode ser considerado uma das marcas de Ademar Vidal. Sobre esta característica, Marques (2019), explica:

Registrar, vivenciar e narrar versões sobre a Paraíba esteve além da máquina de escrever para Ademar Vidal. Como uma forma de permanecer interligado à terra natal, resguardou-a através dos hábitos, construindo para si e expandindo aos familiares o zelo com a identidade paraibana. Essa foi também uma forma para dar continuidade à projeção intelectual construída enquanto um representante, autorizando seu discurso enquanto escritor e figura “política” desse espaço. Desta forma, os elementos elencados em sua obra evidenciam essa relação identitária, ressaltando sujeitos, vivências, características, contextos políticos e sociais que foram consagrados e fixaram visões e versões que, apesar do tempo, ainda são associados e legitimados (MARQUES, 2019, p. 43).

Apesar de não ser, de ofício, um folclorista, as pesquisas realizadas por Ademar Vidal registraram várias práticas e costumes do povo paraibano, incluindo as dos negros escravos que viveram e trabalharam em território paraibano. Ao se voltar para o folclore, observando o

movimento folclorista no Brasil, ele começa a se interessar pelos estudos sobre as tradições populares. Como atesta Benjamin (2002), tema habitualmente pouco valorizado pelos cientistas sociais, ainda mais no contexto da institucionalização das ciências sociais na década de 1950.

Parece-nos que o que instigou nosso autor a entrar nessa seara foi o desejo de conhecer, registrar, preservar e proteger a cultura popular, marcada por sua oralidade e reatualização constante através do tempo. Essa tendência também parece ter vindo da sua infância, onde ouvia histórias repletas de crendices, superstições, lendas, brincadeiras de roda, negros bons e senhores malvados. Se assim o é, isso faz parte de um imaginário rico e fascinante, que tanto o ajudou a documentar tudo que diz respeito à cultura popular. Parece mesmo que a riqueza da infância vivida por Ademar Vidal ficou guardada em sua memória, e o resultado disso pode ser conferido em muitos de seus escritos.

Em *Práticas e costumes afro-brasileiros*, Ademar Vidal traz informações acerca do Maracatu, Cambinda, o negro sertanejo, jogo de capoeira, adivinhas do tempo da escravidão, palmatória, como exemplos do que foi a contribuição do negro escravo para a cultura paraibana, situação em que busca uma convergência para sua ideia central do papel do negro na tradição cultural do Nordeste, destacando a Paraíba. Sobre esta obra, o historiador José Octávio de Arruda Mello (2001, p. 08-09) recomenda-a à reedição:

Antes antropológico que sociológico, daí porque recaindo mais sobre o negro-escravo (sic) que a escravidão, amplifica seu mais festejado livro – LENDAS E SUPERSTIÇÕES. Nele, reaparece a tese de que o negro escravo - “alavanca sem a qual o senhor nada podia fazer” - avulta com mais peso que o índio e o português na formação cultural brasileira. [...] Para Ademar Vidal, o Nordeste representava o mais completo repositório da autêntica cultura brasileira. Esta a razão porque PRÁTICAS E COSTUMES também ressalta as cantigas de cambiteiros, cortadores de capim, padeiros, pedreiros, carregadores de piano – estes enfatizados pelo pernambucano Mário Sette, citado no texto – e ainda medicina popular e lapinhas.

Nessa perspectiva, é possível perceber como a obra vidaliana contribui, em diferentes aspectos, à literatura na Paraíba, ao abordar tanto os modos de vida do negro escravo, suas tradições cantadas e dançadas, onde buscou enfatizar a força da narrativa através de histórias populares presentes, assim como a história do folclore e mitos registrados em *Lendas e superstições*, através de contos sobre almas penadas, casas assombradas, denúncias de senhores cruéis com seus escravos, mistérios indecifráveis e poderes invisíveis.

5.2 O NEGRO ESCRAVO NA PARAÍBA

No Brasil, a escravidão foi marcada pela exploração da mão de obra de negros trazidos da África e transformados em escravos pelos europeus colonizadores do país. Os escravos que aqui chegavam eram levados para trabalhar principalmente nas plantações de café, na mineração, na atividade algodoeira e açucareira, destacando o caso particular da capitania/província da Parahyba, não aparecendo como grande porto de entrada de africanos, contudo importava escravos.

A Paraíba vivenciou altos e baixos em suas relações com a África e pouco se articulou diretamente com os portos africanos, sendo essa relação, na maior parte das vezes mediada por Recife (GUIMARÃES, 2017). Como atesta o autor, a Paraíba sofreu forte impacto em suas relações com o mundo atlântico e o monopólio exercido pela Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba dificultou fortemente a entrada de africanos. A esse respeito, Mello (1998) assegura que a Companhia também falhava no fornecimento de escravos, não se esforçando na venda de escravizados para esta capitania, pois a demanda era baixa.

Guimarães (2017, p. 159) atenta para o fato de que o contrabando sempre foi uma marca constante desse comércio, “dificultando identificar ao certo quantos africanos chegaram diretamente à Paraíba, parte deles desembarcava nos portos desta província e não eram taxados na mesma, sendo esse trabalho feito em Pernambuco”.

De acordo com Guedes (2015), em uma sociedade racista como a brasileira, que desde o período colonial possui a marca de vários preconceitos contra o negro, como por exemplo, a não aceitação dos conhecimentos culturais, religiosos, filosófico e social desse povo:

O negro busca garantir seu patrimônio cultural a fim de viver o/do conhecimento que produz. Por consequência, é possível, a partir do conhecimento dessas práticas, conhecer o lugar de pertencimento (social, religioso, racial...), o lugar na hierarquia social e a estrutura básica das personalidades (GONÇALVES, 2003, p. 15). A ritualização, a performatividade e as identidades negras são fatores que possibilitam a resistência de tradições negras, como o Congado (GUEDES, 2015, p. 8).

Nesse sentido, houve também uma resistência do negro não apenas aos maus tratos, mas também no tocante à preservação de sua identidade, memória, tradição e cultura, o que pode ser percebido nas análises de Ademar Vidal nos temas pesquisados em *Práticas e costumes afro-brasileiros*. Em relação ao **Maracatu**, este afirma que “Desde que o Brasil é Brasil que se tem notícia dele. Praticado a rigor, obedecendo aos estilos clássicos, existem organizações que funcionam como sociedades, havendo até diretoria, gerência – tudo

organizado como se fora empresa comercial” (VIDAL, [s.d.], p. 67). Informa ainda que os negros praticantes de Maracatu ou qualquer outra tradição eram obedientes a um ritmo de organização tão exato que a disciplina com a qual realizavam a prática era bastante natural, “uma consequência imposta pelo gênio do próprio afro-brasileiro: rebelde a todas as formas de expressão social, porém singularmente e religiosamente apegados aos ensinamentos de seus maiores” (VIDAL, [s.d.], p. 67).

Ademar Vidal destaca: “as tradições do negro seguiam uma linha que não se distanciava do seu passado, porém elas sofreram o que chama ‘imposições naturais’, ‘interferências’ em formas de enxertos inseridas em repentes que nem sempre conseguem agradar”. Entretanto, “os ‘repentes’ prosseguem até que alguns deles pegam e ficam”, referindo-se à ressignificação da tradição, que tem como resultado “não encontrar mais o Maracatu “com a pureza de outrora” (VIDAL, [s.d.], p. 67-68).

Sobre as tradições do negro, nos deparamos com seu processo de ressignificação quando o autor diz que não se encontra mais, por exemplo, o “Maracatu com a pureza de outrora”. Isto expresso em seus escritos, conta do modo como poderão ser reconstruídos alguns significados ao longo do tempo. As evidências encontram-se nas relações afetivas que cada narrativa traz quanto às recordações, pois como atesta Bosi (1994 p. 447), “as lembranças estão impregnadas destas memórias afetivas que são acionadas quando nos são relatadas em suas ressignificações”.

Assim, ele relata que o Maracatu era muito praticado “na cidade que agora tem o nome de João Pessoa” por volta do ano de 1918, tendo assistido a exibições dessa prática, ainda criança, na porta da Igreja da Misericórdia, outras vezes na rua Direita (atualmente denominada rua Duque de Caxias) e em frente à Igreja do Rosário, local onde os participantes homenageavam “à Nossa Senhora que protegia os pretos”. Relata também a existência de “perturbações da ordem” durante a manifestação, fato que levou o delegado Santos Coelho, “um homem gordo e respeitado, eterna autoridade policial com prestígio sempre crescente”, resolver:

Acabar com o Maracatu e outras tradições do paraibano tão apegado ao passado. As exigências da ordem pública determinaram a morte de notáveis representações de folguedos populares admiráveis de beleza e significação folclórica (VIDAL, [s.d.], p. 68-69).

Ainda sobre as tradições que estavam sumindo com o passar do tempo, Ademar Vidal recomendou a leitura do livro *Maxabombas e Maracatus*¹⁷ de Mário Sette, que “encerram tudo

¹⁷ Mais informações sobre esta obra de 1935 podem ser obtidas no site “Mário Sette”, mantido por seu filho Hilton Sette. (SETTE, [1999?])

quanto de bom pode existir nas tradições do povo nordestino. [...] Merece a leitura de quantos se preocupam com o destino das tradições populares no Brasil”. Em seguida, destaca os estudos realizados por autores como Geraldo Magalhães, Jorge Torres e Guerra Peixe sobre o Maracatu e que “reclama divulgação em livro”.

A respeito das origens do Maracatu, ele cita as explicações de Pereira da Costa no *Folclore Pernambucano* (1909), como nascido em 1711, e destaca também a existência de documentos relacionados a 1674 e a 1622, revelando que:

O negro Henrique Dias fora alvo de atenções, por parte de Felipe IV, com o agraciamento de governador dos crioulos e dos homens pardos do Nordeste pelos seus feitos na luta contra os flamengos (VIDAL, [s.d.], p. 75).

Para Ademar Vidal, tais estudos servem como um ponto de referência, visto que a chegada dos africanos ao Nordeste:

Trouxeram consigo tradições e costumes, logo misturados com os ocupantes da terra sul-americana. Sobre o ‘trouxe’, é que se está precisando de provas maiores [questionando-se sobre], onde encontrar as provas documentais que comprovem que o negro trouxe ao Brasil um Maracatu que já existia (ou não) na África (VIDAL, [s.d.], p. 75).

Sobre o **Congo**, Ademar Vidal registra que a última apresentação a qual a população assistiu na capital ocorreu no ano de 1907¹⁸, não havendo realizações posteriores, saindo do litoral para fixar-se no interior do Estado. Para ele, o Congo trata-se de “festejo não propriamente urbano, festejo mais de fazenda, talvez porque aí sempre esteve reunido maior número de negros escravos”, apontando-o como originário da abolição, quando “os africanos abandonaram as propriedades rurais e concentraram-se em núcleos urbanos. Continuaram assim por algum tempo. Depois voltavam às senzalas. É como se explica talvez não mais se realizar a festa do Congo na faixa litorânea?” (VIDAL, [s.d.], p. 77).

Ademar Vidal cita também a influência católica sobre o Congo, ao relatar que, em Pombal:

A festa do rei africano se realiza no dia de Nossa Senhora do Rosário. [...]. Em determinada hora, os dançarinos vão buscar o padre na Igreja, em frente da qual dançam e, depois da novena, acompanham-no à casa paroquial. Marcha o padre puxando a procissão, enquanto o pessoal vai atrás dançando com uma alegria que, no entanto, não se manifesta nos semblantes. Parece mais influência de outro rito religioso pela sua seriedade notável. Ninguém ri (VIDAL, [s.d.], p. 77).

¹⁸ Em nota de rodapé acerca deste fato, Ademar Vidal afirma que nos festejos do carnaval de 1938, surgiu, “com surpresa pública, um modesto “rei de Congo” com sua humilde Corte que, nos anos posteriores, vem melhorando consideravelmente a exibição tradicionalista” (VIDAL, [s.d.], p. 77).

Silva (2016, p. 15) aponta para a grande variedade de estudos existentes sobre o Congo, “com variadas abordagens em várias áreas, como as ciências sociais, antropologia, história e, mais recentemente, trabalhos científicos ligados à área da etnomusicologia”. De acordo com Silva (2016), foi Mário de Andrade o autor de um dos primeiros registros sobre o Congo. No primeiro capítulo de *Danças dramáticas do Brasil*, escreveu:

Os *congos* são uma dança-dramática de origem africana, rememorando costumes e fatos da vida tribal. Na sua manifestação mais primitiva e generalizada, não passam dum simples cortejo real, desfilando com danças cantadas. Ainda hoje certos *Congados* primários ou muito decadentes, do Centro do Brasil, nada mais são do que isso. E no Nordeste, onde os *Congos* se desenvolveram muito e adquiriram entredo dramático, os *Maracatus* atuais parecem representar o que foram lá os *Congos* primitivos. Porém, mesmo na manifestação mais primária de um simples cortejo dum rei negro, os textos das danças e, em parte mais vaga as coreografias, sempre aludem a práticas religiosas, trabalhos, guerras e festas da coletividade. [...] A origem dos *Congos* é bem africana, derivando o bailado de antigos costumes de celebrar a entronização do rei novo. (ANDRADE, 1982, p. 17).

Benjamin (1977) - estudioso da cultura popular, indo da literatura de cordel às lendas urbanas para pensar o folclore frente às tecnologias da comunicação e a globalização -, relaciona o fato do surgimento da cidade de Pombal estar ligada com a prática da criação de gado e cultivo de algodão, para onde vieram os escravos com sua mão de obra e costumes, incorporando na cidade a devoção e festividade em torno do Rosário de Nossa Senhora. Explica ainda, que existe uma controvérsia sobre o surgimento do Congo: ora está relacionado a uma origem portuguesa, “filiada às “reinages” da Idade Média européia, [...] ora se filia à tradição de reis e conflitos de dinastias africanas, algumas das quais estimuladas pelos colonizadores” (BENJAMIN, 1977, p. 3).

O Congo ainda faz parte da Festa do Rosário de Pombal, cuja primeira realização ocorreu em 1895 e obedece aos dispositivos dos mandamentos diocesanos, com encerramento na primeira semana do mês de outubro, mais precisamente, no primeiro domingo. Além do Congo, há a presença de outros dois grupos de dança: os Pontões e o Reisado. Os três grupos são conhecidos pela expressão “negros do Rosário” e atuam na festa desde sua fundação (FIGUEREDO, 2014, p. 23-24).

O texto sobre os *Cambindas* é assinado por Francisco de Assis Vidal Filho, irmão de Ademar Vidal, que coletara informações sobre esta manifestação e as enviara por carta datada de 01 de fevereiro de 1946. Francisco Vidal relata as apresentações dos cambindas africanos, no começo do século, “no círculo do Natal” e também nos dias carnavalescos, enfatizando, porém, que era nas festividades de fim de ano que os cambindas “davam mais sentido às suas

manifestações: de preferência cultivavam bailados e cantorias de cor religiosa, enquanto que, no Carnaval, as expansões se desenvolviam de outra forma” (VIDAL, F., [s.d.], p. 98).

De acordo com Francisco Vidal, àquela altura (1938) não se encontravam referências aos cambindas nos demais estados que não a Paraíba, o que o levou a questionar se “eles não pisaram outro solo e aqui fincaram pé, neste passo atingindo a extinção. Lembro-me que por volta de 1914, ainda eram os cambindas notados [...] na rua Direita, com suas danças parecidas com as dos índios em geral: cócoras, raramente se levantando de corpo inteiro”. Para Francisco Vidal:

À época acreditava-se que isto ocorria em consequência de uma sobrevivência tabajara ou de outra espécie, por exemplo, potiguara, que tinha comum raiz tapuia. Mas o engano se desfez, ficando mesmo provado que se ligavam os cambindas diretamente a uma nação africana. E apareciam como negro numa reafirmação de raça (VIDAL, F., [s.d.], p. 98).

Registra também os versos que obteve com uma “tia velha”, Herclides de Menezes Pontes, falecida aos 97 anos e que lhe foram fornecidos a pedido: *Cambinda negra / Estréia teu pavilhão / Nossa bandeira / cambinda / Causa inveja a outra nação. / Vamos cambinda negra / Voltar para nossa terra / Que terra de branco / É terra de guerra.*

Para Francisco Vidal ([s.d.], p. 100), tais versos significavam a dor “que ia à alma dos mais velhos por haverem sido obrigados a emigrar para o desconhecido”. Ao encerrar a carta endereçada a seu irmão Ademar Vidal, Francisco Vidal conta que obteve informações sobre os Cambindas com o patriarca Deodato: “Negro de alma leve que eu ia suportando, creia que já meio tonto com a fumaça de seu horroroso cachimbo roncando o sarro” (VIDAL, F., [s.d.], p. 103).

Mais recentes, Trigueiro e Benjamin (1978) atestam que a palavra *Cambinda* origina-se da adaptação popular do topônimo *Cabinda*, região do Norte de Angola de “onde vieram, em meados do século XVI, vários negros para o trabalho escravo no Brasil. A mesma dominação servia para nomear os cativos que desembarcaram em terras brasileiras, muitas vezes confundidos com os angolanos” (OLIVEIRA, 2015, p. 120).

Melo (2006) destaca que a Cambinda de Taperoá teve início na passagem do funileiro pernambucano João Melquíades pelo povoado de Batalhão, ocasião na qual fez amizade com a família de negros Levino e lhes ensinado uma dança de seus ascendentes, e, segundo atesta Alves (2013, p. 24), dando a João Levino a missão de liderar o cortejo e que ele não poderia entregá-la para outras pessoas de fora, só da família mesmo.

Há ainda uma tese, que carece de confirmação, sobre a proximidade entre a manifestação Cambindas e o Maracatu, conforme especulam Trigueiro e Benjamin (1978, p. 4):

Segundo a tradição do grupo, o folgado Cambinda Nova de Taperoá foi introduzido naquela localidade por um funileiro conhecido com João Melquíades, que migrava de Taquaritinga (Pernambuco) iniciado a brincadeira juntamente com o pai de Delmiro Levino, o mestre do folgado, falecido em 1977.

Desse modo, é possível levar em consideração a proximidade geográfica e econômica entre Paraíba e Pernambuco, e as trocas culturais oriundas dessas relações entre os atores envolvidos com essas manifestações.

Em *O negro sertanejo*, é informado por Ademar Vidal que o negro que chegou à Paraíba através do litoral, veio em barcas pertencentes a mercadores portugueses e posteriormente pelos próprios afro-brasileiros, levando alguns a ganharem a alcunha de “negreiros”, dentre eles, Vidal de Negreiros. No entanto, o irmão de Vidal de Negreiros, assim como seu pai, não ganhou o apelido: “Coisa originária mesmo de quem pratica uma profissão” (VIDAL, [s.d.], p. 211).

Relata Ademar Vidal que o negro que entrou na Paraíba por Cabedelo, foi levado para a Várzea e arredores, fixando-se por lá. Na Zona do Açúcar, apegou-se à terra e “adaptou-se logo aos costumes vigentes de uma agricultura nova, ou seja, a lavoura da cana, fabricação do mel e do álcool, o açúcar bruto e a rapadura” (VIDAL, [s.d.], p. 211).

Ainda sobre os negros do litoral, vindos diretamente da Costa, “encontravam-se em número considerável, ao comparar-se com os negros que habitavam o sertão”, como consequência de:

Chegar sem dono ainda, pois que se desgarrara da luta do grande aglomerado de fugitivos como os Palmares. Com a destruição do famoso quilombo ocorreu a dispersão – e o que se constatou conseqüentemente foi a invasão de ex-escravos pelas portas de Pombal, Souza e adjacências (VIDAL, [s.d.], p. 211).

Afirma Ademar Vidal que o núcleo forte desses negros estabeleceu-se mais em Pombal e Patos, e possivelmente “de uma forte contribuição de muçulmanos”, que apresentavam “acentuada disposição político-social” (VIDAL, [s.d.], p. 212).

O autor trata também do que denominou *jogo da capoeira*, e traz reflexões sobre sua origem e significado da palavra, sem entender ao certo porque era empregada no sentido de “jogo perigoso bem manobrado”. Cita ainda que no séc. XIX, nas primeiras décadas no Rio

de Janeiro, houve “saliência até criminoso”¹⁹, pois que nem a polícia pode com ele”. Aponta a prática da capoeira pela “vagabundagem organizada, diferenciando conforme a região, como no Nordeste, onde sofreu influência muito descaracterizada em confronto com a maneira de ação carioca”. Antes de entrar nos pormenores acerca da descrição da capoeira, Ademar Vidal relembra o batismo do nome pela história, que aponta a capoeira “como “cesto de galinhas”, como “galinheiro”, ou “buraco tapado” com disfarces, uma espécie de alçapão – e por aí vai uma série de conotações à primitiva designação” (VIDAL, [s.d.], p. 221).

Sobre a origem da capoeira, Ademar Vidal afirma que ‘outras notícias’ davam conta de sua origem tupi, o que demonstraria certa desconfiança em relação à possibilidade de haver sido o negro que trouxe o jogo para o Brasil, sob a argumentação de que, *mato*, “na língua selvagem quer dizer *caa* e *puera* o local onde o mato não mais existe, foi eliminado pelas queimaduras. Daí o campo. Ou senão de mato rasteiro” (VIDAL, [s.d.], p. 221). Conclui, com base nessas informações, que a palavra *capoeira* tem mais ascendência indígena do que africana:

Diante do contraste do índio ante o africano como dono da capoeira introduzida dificilmente por volta do convencionado Descobrimento, venceu o selvícola, embora na realidade o negro seja aquele que apareceu aos olhos dos civilizados como manipulador da capoeiragem. A origem das palavras *capanga* ou *capenga* estariam relacionadas à palavra *capoeira*: “será?” (VIDAL, [s.d.], p. 221).

Apesar de atribuir a origem da capoeira aos indígenas, Ademar Vidal diz ser curioso o fato de o negro aparecer “com maiores habilidades no desempenho das exhibições das danças, músicas e trejeitos combinados com o ritmo, o que o branco também faz, mas sem aquela elegância e agilidade inerentes ao africano” (VIDAL, [s.d.], p. 222). Destaca que vale a pena conhecer e apreciar o jogo da capoeira, uma vez que havia se distanciado das práticas que tanto preocuparam as autoridades da segurança pública, e que levaram o próprio Regente Imperial a tomar medidas severas, com fortes castigos, “de vez que o jogo era aplicado para o assalto e a violência em plena luz do dia” (VIDAL, [s.d.], p. 222).

Por certo, a capoeira é uma expressão cultural brasileira que compreende os elementos esporte, cultura popular, dança e música. Tem origem com os fugitivos da escravidão, os quais utilizavam a vegetação rasteira para fugirem do encalço dos capitães do mato, por isso esses podem ser considerados os primeiros capoeiristas. Ainda no período colonial, os negros

¹⁹ A este respeito, afirma o *site* UOL Educação: “No início do século 19, no Rio de Janeiro, bandidos e malfeitores eram chamados de **capoeiras**, como registrou o escritor Manuel Antônio de Almeida, em “Memórias de um Sargento de Milícias”. Em 1888, a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil. Muitos negros libertos não tinham como sobreviver e acabaram na marginalidade. Em Salvador, chegaram a organizar gangues e provocar rebeliões. Durante muito tempo a capoeira foi proibida”. (STRECKER, 1996-2020, on-line, Grifo nosso).

disfarçaram a capoeira introduzindo-lhe mímicas, danças e músicas, tudo isso servia para resistir à repressão da Polícia Imperial e da Milícia Republicana. A capoeira foi criada no século XVII pelos escravos da etnia banto e hoje é considerada um dos maiores símbolos da cultura brasileira, como atesta Aidar (2019), arte-educadora e pesquisadora no assunto.

Ademar Vidal salienta a diferença da prática no Nordeste, de “aplicação moderada, não se destinando à violência, praticada e condenada na capital da República. Generalizou-se a ponto de figurar nos programas festivos como exibição de beleza nos movimentos” (VIDAL, [s.d.], p. 222).

Em relação à Paraíba, ele atesta que a capoeira só era vista “quando a Banda de Música da Força Policial desfilava nas ruas da cidade com um garbo de dar orgulho” (VIDAL, [s.d.], p. 222).

Em *adivinhas do tempo da escravidão*, Ademar Vidal resgata adivinhações que eram feitas pelos negros escravos nos momentos de folga, principalmente à noite, porque, se fizessem durante o dia, “criava rabo” (VIDAL, [s.d.], p. 224). Eis algumas das várias adivinhas selecionadas pelo autor:

O que é, o que é?

Quatro na cama e quatro na lama,
Dois parafusos e dois abanos?

- Vaca (quatro tetas, quatro patas, duas pontas e duas orelhas).

O que é, o que é?

Enche uma casa e não enche uma mão?

- Botão.

O que é, o que é?

Três irmãos com um nome só,
desigual no parecer, dois se come e a um se dá comer?
- Lima, limão e lima de amolar enxada.

O que é, o que é?

Uma ave sem ser de pena?
- Ave Maria.

O que é, o que é?

Dois irmãos gêmeos, come-se um cru e outro assado?
- Caju e castanha.

De todo modo, é possível identificar na obra de Ademar Vidal valores culturais permanentes e atemporais, ao voltar-se para a leitura do homem nordestino através de aspectos peculiares de sua cultura. Ele expõe a cultura como “uma forma comum de atividade humana [...] por meio da qual, homens e mulheres fazem a história, envolvendo os sentidos e

valores que nascem entre grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas” (VIDAL, [s.d.], p. 224).

O que o levou a recuperar uma memória *da tradição* (grifo meu), que nada mais é, a memória coletiva de cada sociedade, tomando como seu campo de referência as comunidades do sertão da Paraíba estendendo-se ao litoral paraibano e inclui as práticas e costumes do afro-brasileiro e suas expressões de cultura no período da escravidão, até as formas mediadas pela imagem e formas mais modernas, o que demonstra, na prática, que essas expressões de cultura por ele estudadas não passaram incólumes a serem ressignificadas, ganhando novos elementos de práticas e experiências cotidianas vivenciadas por pessoas comuns e que leva à sobrevivência dessa cultura popular (ROSA, 2012).

Assim o autor foi reconstruindo a continuidade da tradição, indicada de forma simbólica pela presença das manifestações culturais populares. Como atesta Thompson (2001), essas manifestações possibilitam identificar os movimentos como ciclo de um processo histórico de resistência, tão necessário à compreensão do processo histórico, mesmo quando aferrados às práticas tradicionais, transmutando o significado. Portanto, preservar a memória de uma sociedade não significa atrelá-la ao passado e impedir o seu desenvolvimento, mas sim conservar sua base, a fim de não perder conhecimentos e identidades, como atesta Candau (2006).

Podemos, então, realizar um paralelo da obra de Ademar Vidal sobre o período da escravidão na Paraíba com Assmann (2011, p. 53), para quem “a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade”, ao possibilitar que historiadores e pesquisadores da ciência da informação possam ressignificar esse período escravocrata, analisando-o sob novas perspectivas, possibilitando a “construção de uma memória coletiva que se apresenta como busca do passado perdido nesse abismo” (ASSMANN, 2011, p. 59).

Ricoeur (2007, p. 48) atenta para “o dever de memória”, que consiste em dever de não esquecer. Para o autor, há casos em que precisamos lembrar sempre, mesmo que essa evocação seja penosa. A memória como ponto de ligação social proporciona reconhecimento, significado, sentido e, dessa forma, podemos lembrar ou esquecer, ainda assim continuamos presos à memória. Ela está presente nos dias atuais, tão subjetiva, ao mesmo tempo, tão imprescindível a nossa sobrevivência.

Por fim, as informações registradas por Ademar Vidal podem estabelecer o diálogo em relação às memórias de tempos longínquos e as possibilidades de, nesta trama de memórias,

ir delineando as informações sobre a escravidão no Brasil. Neste contexto os escritos de Ademar Vidal poderão trazer através de seus registros memórias valiosas.

Com o intuito de lançar luz sobre a questão de negro escravo na Paraíba, Ademar Vidal inicia uma pesquisa historiográfica vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), em Livros de Notas e também em publicações nos jornais da cidade, registrando posteriormente em seus livros e artigos o material coletado, e como se sabe, boa parte desse material encontra-se inédita.

O escravo sob o regime econômico: etnografia e patriarcalismo provavelmente é a obra que Ademar Vidal mais se dedicou a escrever. Pelo menos, é o que se depreende em virtude do grande número de rasuras e correções feitas à mão nos originais datilografados, onde aborda temas como a seca e o escravo, as primeiras iniciativas para a libertação do negro, divertimento e contestação (aqui aborda os hábitos individuais, vida doméstica, festejos etc), o censo da escravatura, epidemias, propaganda abolicionista, dentre tantas outras, o que demonstra seu destacado interesse pela temática. Neste inédito, o autor destaca o duro estilo de trabalho ao qual os negros escravos eram submetidos, despertando cedo demais, antes mesmo de o sol nascer e sob os gritos do feitor, armado com um cipó de boi, com direito a palavrões e chicotadas. Dessa forma, já iniciava o dia no campo, trabalhando “sem nada ter de sólido no estômago” (VIDAL, [s.d.], p. 148).

Assim, ele assegura que alguns dos escravos conseguiam levar escondidos para o trabalho forçado, “um pouco de farinha de mandioca e carne seca. Eram os mais prevenidos ou talvez aqueles que sofriam de fome permanente, a tal da “fome canina”, alguma “solitária de longa metragem”, nunca saciada sua voracidade” (VIDAL, [s.d.], p. 148).

Pinsky (2018, p. 48) destaca que apesar do interesse em manter o negro saudável e apto para o trabalho, não havia a preocupação com sua longevidade. “Em fazendas mais pobres, a comida com frequência se limitava ao feijão com gordura e um pouco de farinha de mandioca, o que acabava provocando seu definhamento precoce”. Tal tratamento ocorria em função da “contraditória condição de humano e de “coisa” - ter vontade própria e não poder executá-la, tendo de executar, por outro lado, vontades que não eram suas, mas do senhor” (PINSKY, 2018, p. 47).

Curiosamente, Ademar Vidal considerava que os negros escravos passavam “relativamente bem” quando em serviço, pois “não sofriam fome, tinha o seu horário de bóia, preparada por forma coletiva”. Reconhece, entretanto, o que chamou de “exceções notórias”, que eram aquelas situações onde “a comida às vezes se atirava no chão como se fora para porcos e os escravos caíam em cima dela, vorazes, numa disputa de bichos famintos”

(VIDAL, [s.d.], p. 148). E sobre a violência praticada contra os escravos, ele relata que “bastava um pedaço de cana cortada, chupando-se às ocultas, depois enterrando o bagaço, era motivo para ir bater no tronco; e valentes chicotadas de tirar sangue recebiam se arrancasse um pé de inhame ou uma espiga de milho verde” (VIDAL, [s.d.], p. 149). Levando em consideração essas violências sofridas, o autor assegura que:

A vida do escravo se apresentava apertada na melancolia dos sofrimentos sem apelação, vida que se tornou célebre pelo seu clássico martírio suportado pacientemente e sem destacadas reações pessoais (VIDAL, [s.d.], p. 149).

Pensar que algumas práticas terríveis, bárbaras, que foram utilizadas durante o período da escravidão no Brasil, nos chocam ainda hoje, pois além de serem obrigados a trabalhar em condições insólitas, os escravos eram diariamente punidos de maneira cruel. Como exemplo, bebês eram arrancados dos braços dos pais para serem vendidos; correntes de ferro eram colocadas no pescoço com o objetivo de evitar fugas. Além de conviver com os olhos atentos dos feitores, eles ainda corriam o risco de serem pegos e dilacerados pelos diversos cachorros que cuidavam das propriedades. Também com ferro quente, eram marcados em diferentes partes do corpo, como palma da mão, nádegas e abdômen.

Grinberg (2018, p. 44) considera que falar em escravidão no Brasil, é relembrar imediatamente as imagens de castigos e sevícias aos quais os negros escravos encontravam-se submetidos. Por exemplo, o uso da máscara de flandres, uma máscara de zinco, trancada a cadeado, que cobria todo o rosto, com minúsculos orifícios na boca e nariz. Os anjinhos, como são chamados os anéis de ferro, eram aparafusados a uma tábua para prender os polegares. Os colares de ferro e madeira impressionaram artistas e viajantes tanto pelo grau de atrocidade quanto pela regularidade com que eram utilizados. Tais castigos, associados ao controle das ações dos escravos faziam parte da escravidão no Brasil, como se pode ver na imagem a seguir:

Imagem 7 – A máscara de flandres (Pintura de J. Etienne V. Arago intitulada “Castigo de Escravos”, de 1839).



Fonte: Máscara... (2019)

Como atesta Lara (1988), as máscaras eram usadas nos escravos que furtavam cana ou rapadura nos engenhos. Esse instrumento “cobria todo o rosto dos escravos, e eram presas no occiput 10 por alguns prolongamentos que se fechavam com um cadeado. Uns poucos orifícios à altura do nariz permitiam a respiração”. O escravo em uso da máscara “não podia comer nem beber sem permissão e ficava submetido a essa tortura e sofrimento muitas vezes por dias seguidos” (LARA, 1988, p. 73).

Os castigos eram considerados um espetáculo e eram feitos muitas vezes publicamente. “Uma espécie de ‘teatro do medo’, que fora bastante comum em Portugal na transição do medievo para a época moderna. Por cima da desobediência do escravo, o senhor exibia sua força invencível” (LARA, 1988, p. 73). Nesse sentido, a autora atesta que “o reconhecimento social da prática dos castigos de escravos esbarrava na questão da justiça e da moderação, pois somente aplicado nessas condições corresponderia ao que dele se esperava: a disciplina e a educação”. Punir o escravo que houvesse cometido uma falta, “não só era um direito, mas uma obrigação do senhor. Por intermédio dos castigos, caberia a tarefa de educar seus cativos para o trabalho e para a sociedade” (LARA, 1988, p. 116).

O medo pode ser entendido como um sinal que aponta para as relações de força que se desenvolveram naquele momento, tornando-se objeto na medida em que se volta para um sentido coercitivo, mantenedor de hábitos e hierarquias (FOUCAULT, 1996). Sendo assim, o medo legitima ações reativas e dá embasamento à contra discursividade cujo foco é manter a ordem, a disciplina e o bom funcionamento da sociedade. Como assegura Foucault (1996, p. 36), “a disciplina é um princípio de controle do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras”.

No entender de Foucault (1996), se o medo gera contra discursos, o discurso da retomada da ordem, da conservação do patrimônio e dos privilégios, dos lugares de hierarquia e poder, é porque ele próprio é fruto de uma discursividade. E nesse sentido, o medo aparece como uma pista possível para o estudo das relações de força nas relações escravistas, e no interior da própria elite política. Através do efeito do medo, que sinaliza para a ameaça da ordem e das relações de força constituídas, está o poder em sua expansão, em seu caráter local e específico.

Foucault (1996) afirma que os discursos devem ser tratados como conjuntos de acontecimentos discursivos, e atenta para o fato de que se devem tratar esses discursos como “séries regulares e distintas de acontecimentos”. Assim, o discurso é entendido como um acontecimento, “capaz de introduzir na raiz mesma do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 34).

O medo, como efeito das relações de poder que se construíram durante a escravidão no Brasil, também produz saberes, discursos e leituras sobre tais acontecimentos. cremos que foi através das discussões publicadas principalmente nos jornais da cidade que Ademar Vidal buscou ver essas relações, identificando o que se passava na esfera social e política. Quanto ao papel dos meios de difusão dos medos (seja através da imprensa, do teatro religioso, entre outros), Delumeau (1989) assegura que há uma relação direta entre as ondas de difusão e as campanhas de repressão e perseguição, e mostra como o impulso do medo pode gerar reações agressivas e de descontrole:

Essas evocações da fisiologia individual sem dúvida não são inúteis para compreender os fenômenos coletivos. Como as agressões sofridas pelos grupos poderiam deixar de provocar, sobretudo se se somam ou se repetem com demasiada intensidade, mobilizações de energia? E estas devem logicamente traduzir-se ou por pânico, ou por revoltas, ou, se não resultam em exteriorizações imediatas, pela instalação de um clima de ansiedade (DELUMEAU, 1989, p. 78).

O grande medo de levantes negros pode ter sido um agente de ruptura da tensão entre os temores negros e senhoriais, o que provocou alguns abalos na dinâmica que sustentava o sistema escravista, gerando intensos atos de violência e repressão. Isso levou a determinação de medidas legais e projetos políticos que visavam aumentar o controle não só sobre os escravos, mas sobre todos os “homens de cor”, num processo de racialização do discurso da ordem (GOMES, 2019; MOURA, 1992; QUEIROZ 1990; REIS 2018). Portanto, o medo das revoltas e da desordem acabou abalando a elite política, levando-a a exigir maior atuação repressiva da força policial contra os negros.

Na sua condição de propriedade, o escravo era uma “coisa, uma propriedade de seu senhor, o que não o despojava de sua condição humana e muito menos o impediria de reagir e resistir à condição de escravizado e de atuar enquanto um sujeito histórico”, como entende Gorender (1992, p. 49). Depreendemos daí que, o sistema escravocrata constituiu um dos mais perversos objetos de castigo, e com esses maus tratos os senhores objetivavam propagar “o temor entre seus escravos, na esperança de produzir ‘obediência e sujeição” (GRINBERG, 2018, p. 144).

Imagem 8 – Escravo sofrendo açoites.



Fonte: Westin (2020).

Mais impactante é perceber que os castigos corporais eram permitidos por lei e com anuência da Igreja Católica. Segundo um regimento escrito em 1633, o castigo era realizado por etapas: “depois de bem açoitado, o senhor mandará picar o escravo com navalha ou faca que corte bem e dar-lhe com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente, e sendo fêmea, será açoitada à guisa de baioneta dentro de casa com o mesmo açoite” (LARA, 1988, p. 74-75).

A figura emblemática do major Ursulino, descrita por Ademar Vidal em *Três séculos de escravidão na Paraíba*, ao que tudo indica, esse senhor de escravos seguiu à risca tal regimento escrito em 1633, aplicando perversos métodos contra os seus escravos:

Conta-se que a sua maldade chegava ao limite de pregar na parede, e pelas orelhas, os escravos, e depois chamá-los. Fazia essa malvadeza com evidente sadismo, rindo-se e prometendo novos, tremendos castigos os quais punha sempre em prática. Daquele modo o escravo quando chamado tinha de movimentar-se. Tinha de ir em procura do major Ursulino aonde ele estivesse. Acrescentam os mais antigos que muito pedaço de orelha ficou agarrado na taipa do seu engenho (VIDAL, 1934, p. 121).

Convém lembrar que fatos como acima narrados, são histórias ligadas ao imaginário coletivo e surgem a partir das representações afetivas que se guardam na memória, prevalecendo a imaginação e as fantasias construídas, principalmente na infância. Como atesta Rosa (2012), na maioria das histórias descritas por Ademar Vidal, os limites da memória coletiva encontram, na individualização, contornos de um passado diluído na consciência individual do autor, e não é simples produto da imaginação, pois contém

elementos do passado vivido por ele; elementos na sua exata expressão, de uma cultura brasileira. Sobre as fontes utilizadas para sua produção inédita sobre o negro escravo na Paraíba, afirma Ademar Vidal:

[...] Para o assunto a desenvolver não havia material à mostra: obras clássicas não bastavam. Teria de recorrer a jornais antigos, depoimentos pessoais e manuscritos de cartórios, surpreendendo generoso auxílio de amigos que me facilitaram a tarefa, além de animar uma conclusão que agora se concretiza. [...] Ver-se-á, afinal, que não foram apenas livros e jornais, mas outras fontes onde fui buscar notas. E, de passagem, saliente-se: a tradição oral teve influência neste livro em que figuram documentos originais. [...] Todos os quadros sobre o movimento de libertação e censo da escravatura foram retirados de relatórios ou mensagens de governos provinciais. [...] Além de 28 depoimentos pessoais colhidos entre pessoas septuagenárias, entre as quais se destacam o Dr. Antônio Massa, Epaminondas Montezuma de Menezes, João de Souza Cavalcanti, João Batista Pequeno, Dr. Idalino Montezuma de Menezes, Antônio Uchoa e Manuel Joaquim de Araújo. (VIDAL, [s.d.], p. 245-250).

Quanto ao castigo imposto ao escravo infrator, Lara (1988) assegura que se apresentava como parte do “governo econômico dos senhores”, aliado ao trabalho excessivo e à alimentação precária. Para ela, “o poder do senhor sobre o escravo visava estabelecer sua produção econômica e diminuir sua força de reação contra o sistema dominante”. A autora considera que “é justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse um agente político, manifestando-se e se reativando na punição do escravo faltoso” (LARA, 1988, p. 116).

De acordo com Pinsky (2018, p. 68), “a legislação, antes portuguesa, depois Imperial, teve sempre presente a preocupação de “evitar excessos” que impedissem o escravo de realizar suas tarefas. Assim, foram decretadas leis, portarias e recomendações de que os castigos aos quais os escravos eram submetidos não fossem “desproporcionais às irregularidades por eles cometidas. Todas elas devidamente desobedecidas” (PINSKY, 2018, p. 68). Segundo atesta o autor, essa desobediência por parte dos senhores estava atrelada à concepção de que os escravos nada mais eram que mercadorias, propriedade, em vez de seres humanos, o que os levavam a ignorar leis que considerassem atentatórias à sua condição de donos. Desse modo, como sublinha Pinsky (2018, p. 68), não reconheciam na Coroa Portuguesa autoridade para limitar aquilo que consideravam seus direitos, tais como: “propriedade absoluta sobre o escravo, condições de vendê-lo, trocá-lo ou até libertá-lo e, principalmente, de puni-lo até a morte, se não estivesse rendendo tudo aquilo que dele era esperado”.

No entendimento de Grinberg (2018), a preocupação por parte da Coroa portuguesa com os castigos compreendidos como excessivos aos escravos, devia-se a:

Mais que humanidade, medidas como essa revelavam preocupação com as ‘perturbações’ que os castigos excessivos pudessem provocar na sociedade colonial. Assim, por exemplo, em 1698 o rei recomendou ao governador do Rio de Janeiro que os senhores não prendessem seus escravos com algemas e argolas de ferro, e que utilizassem formas ‘mais prudentes e eficazes, procurando que estes não causem alvoroço nos povos, e que se consiga o fim que se pretende sem ruído ou alteração dos mesmos escravos’. Regulando o excesso nos castigos e rebeldia que causavam, a Coroa demonstrava estar preocupada tanto com a estabilidade social quanto com o controle da escravidão, revelando aos senhores que a autoridade deles era limitada pelo exercício do poder real (GRINBERG, 2018, p. 146).

Sobre o censo dos escravos na Paraíba, Ademar Vidal informa a respeito de um recenseamento realizado em 1811, que apontou o número de “73.854 pessoas da raça negra, procedentes de vários pontos da África”. Para ele, esses números cresciam em toda a província, o que levou a um novo recenseamento no ano seguinte, demonstrando uma “notável diminuição”, que o autor teoriza haver ocorrido:

Em consequência de fugas, vendas para os mercados do Sul [Rio de Janeiro e São Paulo] e mesmo por causa de emigração para as províncias vizinhas do Rio Grande do Norte, Ceará e principalmente Pernambuco. Os senhores andaram uns tempos o que tinham num animado surto mercantil, que teve como consequência uma redução para o número de 55.859 (VIDAL, [s.d.], p. 159).

O autor assegura que a retirada de escravos em 1812, para outros lugares, fez o número baixar ainda mais, para 12.998, porém esse número foi contestado por Robert Southay²⁰ que considerava haver “pessimismo e mesmo erro sobre esse número, que teria sido de 17.000”. Ademar Vidal, porém, considerou que os números apresentados por Southay “foram realizados de palpite, sem bases fixas. Não se assentavam em nenhuma prova assegurada” (VIDAL, [s.d.], p. 162).

Robert Southay, poeta e escritor inglês, se tornou conhecido no Brasil, principalmente por sua obra *História do Brasil*. Sobre a obra de Southay, Dias (1974) entende que, em se tratando de uma obra elaborada na Inglaterra:

[Por] Um poeta romântico marginalizado e profundamente imbuído dos valores da ideologia conservadora da contrarrevolução, possibilitou que a história colonial brasileira fosse integrada pela primeira vez na civilização europeia moderna, dentro da perspectiva da superioridade das tradições e instituições europeias, que deveriam ser introduzidas nos trópicos. (SOUZA, 2019, on-line)

²⁰ Nascido em 12 de agosto de 1774, Bristol, Gloucestershire, Eng., morreu em 21 de março de 1843, Keswick, Cumberland. (BRITANNICA, 2020)

O certo é que não existem fontes seriais que demonstrem a entrada de africanos na Paraíba, contudo, como assegura Guimarães (2017), existe uma relação direta entre a província e a África. O autor, em consulta ao Relatório Ministério da Fazenda (CRL, 1821-23), em 1820 atesta que “Brigue Cabragante desembarcou em terras da Paraíba com 46 africanos, vindo da região sudeste da África, em especial de Quilimane. Essa área se tornou um porto fundamental para o tráfico de escravos no século XIX”, como assegura Guimarães (2017, p. 169). Para ele, a proximidade econômica e geográfica da Paraíba com Pernambuco faz levar a acreditar que:

Em um desses desembarques, alguns dos africanos – incluindo possíveis parceiros de Baquaqua – tenham sido vendidos na Paraíba. Após serem vendidas, essas pessoas eram enviadas aos seus donos que, em alguns casos, ficavam em outras províncias. Nesse caso, montavam-se caravanas com o objetivo de transportar os escravizados (GUIMARÃES, 2017, p.169).

Como atesta Guimarães (2017), apesar de todas as estratégias e sucesso na continuidade do comércio ilegal de escravos, havia recomendações oficiais para a repressão. No caso da Paraíba, o chefe de polícia e autoridades policiais do litoral estavam vigilantes, caso qualquer tentativa de desembarque ilegal fosse feita, pois já havia ocorrido casos de desembarques ilegais, e com a ilegalidade, houve mudanças na estrutura de desembarques, os portos grandes não eram mais aptos para receber embarcações ilegais. Assim, pequenos barcos e jangadas iam até eles e desembarcavam os africanos.

Conforme atesta Guimarães (2017), os desembarques ocorreram na praia de Lucena (1842), e posteriormente em Pitimbu (1845). A polícia tentou impedir a ação, apreendendo a carga e a embarcação, mas não obteve êxito. “Quarenta e dois dos africanos desembarcados foram levados à cidade da Parahyba do Norte. Pitimbu fica na divisa entre Pernambuco e Paraíba e, provavelmente, os traficantes tinham por objetivo atender demandas das duas províncias” (GUIMARÃES, 2017, p. 170).

Sobre a dificuldade do governo em realizar censos, Ademar Vidal destacou que a própria população colocava dificuldades aos interesses da administração pública, havendo até mesmo pequenas insurreições, pois consideravam que:

Tratava-se de uma cilada para conhecimento exato dos seus nomes e paradeiros, no intuito de oportunamente apoderar-se de suas vidas anônimas e tão distantes das graças do poder. Havia motivo para que se desconfiasse de alguma ‘traição’ - no caso o aliciamento para a guerra do Paraguai (VIDAL, [s.d.], p.164).

Doenças que assolaram o negro escravo também foram abordadas por Ademar Vidal, verdadeiras epidemias como o cólera, sífilis, tuberculose, disenteria, bicho de pé, sarampo, escorbuto, dentre tantas outras. A sífilis, por exemplo, “assolava de preferência as senzalas – porque aí a higiene, se podia dizer, que era nenhuma. Lugar de sujeira, isto sim – em abundância” (VIDAL, [s.d.], p. 172).

Relata ainda que os senhores de engenho nem ligavam para nada, não prestavam a menor atenção para esse problema, apenas quando se encontravam a ponto de perder os valiosos braços dos negros, fizeram “certo dispêndio de carinho” (VIDAL, [s.d.], p. 173), pois não abriam mão das rendas provenientes do trabalho africano, passando, então, a “cuidar de sua saúde”.

Um exemplo citado pelo autor é o tratamento do escorbuto, ocasião em que faziam os escravos doentes chuparem roletes de cana, considerado um remédio eficiente em razão dos resultados apresentados. Desta forma, os cativos passavam dias chupando rolete, até se restabelecerem completamente da boca e dos dentes, “mal que misturava saliva com sangue e pus” (VIDAL, [s.d.], p. 173). Em quadros de assistência insuficiente, a única opção que restava aos negros escravos era “recorrer às graças divinas [...] Promoviam procissões, cantavam ladainhas em favor de São Sebastião, louvor a um santo milagreiro querido ainda hoje, muito popular e em cujo poder sagrado se confiava cegamente” (VIDAL, [s.d.], p. 174).

O autor relata que o governo sequer se preocupava com os clamores do povo assolado pela peste. O resultado era a inexistência de qualquer tipo de assistência oficial, limitando-se a historiar os fatos em relatórios que deveria levar ao conhecimento das Assembleias Provinciais: “Não fosse a iniciativa particular, era certo que as pestes fariam sulcos ainda mais terríveis. Não fosse a piedade religiosa dos sofredores, sem dúvida a dor proporcionaria resultados maiores” (VIDAL, [s.d.], p. 174).

Pimenta (2018, p. 195) afirma que identificar as doenças sofridas pelos cativos, a exemplo da tuberculose, varíola, sarampo, disenteria e a coqueluche, ajuda a compreender o mundo em que os negros escravos e sua descendência viviam, uma vez que estas eram:

Agravadas por carências nutricionais, assim como pelo trabalho extenuante e pelos castigos aos quais eles poderiam estar submetidos. Portanto, sua incidência em escravos, quando comparados a populações livres, ou em africanos comparados a crioulos, por exemplo – podem indicar as condições – a que cada grupo estava sujeito em diferentes regiões e períodos. A epidemia de cólera de 1855-56, no Rio de Janeiro, ilustra bem essa questão, com os africanos morrendo mais que os brasileiros (PIMENTA, 2018, p. 195-196).

Ademar Vidal traz o caso da “epidemia das bexigas²¹”, que ocorreu “na segunda metade do século passado” (XIX) e alastrou-se pelo Nordeste, obrigando o Governo Imperial “a dar sinais de sua graça”:

Mexeu-se. Pasmem como foi que se mexeu? Mandou dinheiro e drogas²²? Mandou médicos e enfermeiros? Nada disso, coisa alguma. Limitou-se a fazer recomendações aos seus representantes provinciais no sentido de que se “fizesse o possível para minorar o mal nos seus efeitos. Ainda assim houve publicidade depois que a população e especialmente os negros [...] apresentassem o rosto picado pela varíola maligna. Nada se fez de prático. A imprensa falou naquelas “recomendações especiais”, no propósito que animava o “benemérito governo”; falou em tudo, nada ficando por tratar, mas no plano objetivo, naquilo que significava assistência imediata e eficiente – o silêncio da moita. O povo sofria calado as visitas pestilentas, sem nada ter que fazer para evitá-las. Desconhecia hábitos de higiene, vivia na sujeira, cumprindo à administração pública facilitar-lhe os meios convenientes ou aconselháveis. O governo não significa elite? Dele que viesse o exemplo, que os ensinamentos fossem ministrados em tempo, sem demora, chegassem quanto antes (VIDAL, [s.d.], p. 174).

Informa ainda o autor que, uma mensagem redigida pelo presidente da província da Paraíba, Silva Nunes, ao transmitir o cargo do governo provincial para o Barão de Mamanguape, possa ser o primeiro documento público que prestou contas com estatísticas a respeito do tratamento dispensado aos doentes, o que iniciou “um pouco de atividade em prol da saúde da população”, apesar da assistência prestada à população negra ter deixado “sempre a desejar, porque quase nenhuma, tanta e tamanha a insuficiência material” (VIDAL, [s.d.], p. 175). Não foi apenas a varíola que causou preocupação: o cólera-morbus²³ deixou seu nome na história, com dois grandes surtos que assolaram o Nordeste, de acordo com Vidal:

²¹A Varíola ou “Bexiga”, é causada por um *Orthopoxvirus* e afetou a humanidade de forma significativa por mais de 1000 anos. As páginas da história que nos relatam essa terrível calamidade importada pelos conquistadores no Novo Mundo, nos trazem relatos de pavor, como o grito de “Merebahyba”, palavra cujo significado próximo seria “as chagas más”, que levantaram todas as tribos, e foi o sinal para a sua dispersão; os índios desamparavam as suas aldeias e fugiam alucinados, porém, contaminados do mal, levavam por toda a parte a desolação e a morte, deixando os lugares de sua passagem juncados de cadáveres, uma vez que sua transmissão ocorre pelo contato com pessoas doentes ou objetos que entraram em contato com a saliva ou secreções destes indivíduos. Adaptado do site “Só Biologia” – (VARÍOLA, 2018-2020), e do artigo “Para uma história da vacina no Brasil: um manuscrito inédito de Norberto e Macedo”, de autoria de Myriam Bahia Lopes e Ronald Polito. (LOPES; POLITO, 2007).

²²Neste caso, remédios.

²³Em 1855, uma epidemia de cólera morbus assolou o Império do Brasil. Até a primeira metade daquele século, as grandes epidemias que assolaram o mundo europeu e parte das Américas eram consideradas pelos médicos brasileiros ainda pouco frequentes, senão inexistentes no país. A cólera alterou a situação, causando até o final do século sete pandemias. Antes mesmo de chegar às grandes capitais europeias, a moléstia já chamava a atenção pela rapidez, virulência e grau de mortalidade do seu ataque. Por onde passava, deixava um rastro de dez a quarenta por cento de mortos. A terceira pandemia da doença, identificada entre 1840 e 1860 e considerada a mais mortífera de todas, trouxe a doença para o Brasil. Esse foi o primeiro grande enfrentamento da Saúde Pública brasileira [...] O elevado número de mortos que provocou representou a redefinição do papel público no que diz respeito à saúde, a procura de legitimação da medicina frente a práticas alternativas de cura e mudanças na legislação no que se refere ao combate à insalubridade. (PRIORE, 2008, p. 137).

O primeiro veio em 1856, matando só na Paraíba, em poucos dias, 2.982 escravos, número este quase restrito à capital e à Várzea. O convento de São Bento perdeu 52 homens de cor, encarregados dos serviços domésticos. Os padres também se aproveitavam fortemente da ajuda escrava e como que viviam assentados na constância obediente de sua assistência, devem ter ficado aperreados com a falta, assim de repente, dos braços que lhe serviam, sem nada lhes pedir. [...] Talvez não fossem tão rigorosos quanto os outros [...] mas sempre havia no meio deles, alguns de sentimento menos cristão que se excediam, faziam das suas, tendo batido até os costados em prisões perpétuas, já que não souberam evitar o crime e nele se meteram para a perdição. Durante o ano todo, isto é: 1856, a estatística acusa uma mortandade de 25.390 pessoas, somente na Paraíba, dando para os escravos lugar destacado – centenas e mais centenas de vítimas. Então o cólera fez uma verdadeira devastação. Principalmente nas senzalas úmidas, cheias de morcegos, escuras e fedorentas (VIDAL, [s.d.], p. 176).

Em virtude dessa falta de assistência por parte do governo, no Nordeste realizavam-se procissões exaltando São Sebastião, em uma crença que o Santo livraria a todos da peste. As promessas realizadas para esse santo eram consideradas como recursos seguros para a obtenção de “milagres do céu”, o que leva Ademar Vidal a criticar o governo que nada fazia, obrigando a população a pedir ajuda mística. Para ele, a pouca assistência efetiva que se fez ao combate das pestes, foi devido à ação da iniciativa privada, uma vez que o governo ficou um tanto imóvel, não tomando nenhuma providência prática. Apenas vacinou contra a bexiga cerca de “500 indivíduos, inclusive 186 escravos residentes na capital paraibana – ou devido à incapacidade administrativa ou, então, por causa de ausência absoluta de meios materiais, hipótese esta, que tudo indica, inteiramente afastada” (VIDAL, [s.d.], p. 176).

Pimenta, acerca deste descaso para com o tratamento das doenças contraídas pelo negro escravo, relata sobre a assistência oferecida a estes:

Serem cuidados por uma rede de solidariedade horizontal – representada por curandeiros, barbeiros-sangradores, curiosos, feiticeiros – ou por médicos, cirurgiões e boticários de formação acadêmica. Embora, formalmente, os agentes oficiais de cura fossem mais reconhecidos e valorizados, a população atendida não entendia a eficácia dessa forma. Boa parte dos doentes, tivessem sido atravessados pela experiência da escravidão ou não, preferiam ser assistidos por curandeiros. [...] Em geral, os curandeiros se destacavam por tratarem de doenças que os médicos acadêmicos não conseguiam curar, e por usarem plantas medicinais. Por vezes, alegavam que teriam o conhecimento para tirar espíritos malignos que estariam causando as enfermidades (PIMENTA, 2018, p. 196).

Indignado com o descaso do governo imperial em prestar assistência efetiva no combate das pestes, Ademar Vidal registrou a eficiência desse mesmo governo em cobrar os impostos no ano seguinte – 1857 –, “na defesa dos interesses públicos”. O fisco não perdoava ninguém, evitava “dar mole”, cobrava tudo com dureza, “inflexível, de mochila na mão,

cobrando vinténs, exigindo a camisa de um povo já de pernas bambas, mal saído dos rigores da peste” (VIDAL, [s.d.], p. 176).

A campanha abolicionista foi registrada por Ademar Vidal, que repercute, já em 1880, a circulação de jornais na província dedicados exclusivamente à causa abolicionista, destacando que esta temática não era de interesse apenas da imprensa, mas também debatida em “fundação de clubes e juntas libertadoras, nos discursos políticos, até nos brindes de aniversários ou almoços de casamento. Não havia mais segredos, fazia-se tudo às claras” (VIDAL, [s.d.], p. 182). Informa ainda sobre o posicionamento político de Henrique de Beaurepaire Rohan²⁴, então à frente do governo provincial, que se manifestou publicamente em artigo para a imprensa, onde abordava os múltiplos aspectos dessa questão, demonstrando a necessidade de resolver o problema abolicionista, “como também do urgente estabelecimento da pequena propriedade. Reforma agrária que aguardava juntamente com a abolição” (VIDAL, [s.d.], p. 182).

A reação das autoridades, conforme atesta Ademar Vidal manifestou-se através de represálias violentas, com a polícia distribuindo “muita surra no interior”. Verdadeiras “pisas mortais”, que não prosseguiram por mais tempo devido ao clamor e “pedido geral de socorro” que chegou a ser proferido em orações no Senado do Império, “proferidas com aflição e voz trêmula”, o que levou às autoridades a afrouxarem os propósitos repressivos. Porém, apesar desse quadro, o autor destaca que muitas ações repressivas foram feitas às escondidas, não sendo possível evitar que senhores ricos castigassem seus negros escravos com castigos como uma “orelha cortada ou cicatriz vermelha na face negra de cativo” (VIDAL, [s.d.], p. 182).

A campanha abolicionista na Paraíba avançava fazendo com que as fugas de negros escravos aumentassem de forma considerável nos engenhos e fazendas, afetando as condições da economia açucareira na Várzea. O autor registra a fundação, na capital paraibana, do “Clube Abolicionista”, que agia constantemente, realizando sessões em lugares públicos, como edifícios do governo e no Teatro Santa Cruz, objetivando “fundar um clube de propaganda contra a escravidão” (VIDAL, [s.d.], p. 182). Os jornais dedicavam colunas ao tema da propaganda abolicionista e um deles (cujo nome não foi citado por Ademar Vidal) criou um “Livro de Ouro”, onde apontavam os nomes de senhores que, de forma espontânea e gratuita, davam cartas de alforria aos seus escravos. As colunas abolicionistas visavam:

²⁴ Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan foi um nobre, militar e político brasileiro. Nasceu em Niterói no dia 12 de maio de 1812 e faleceu no Rio de Janeiro em 19 de julho de 1894. Foi presidente da Parahyba, nomeado por carta imperial de 3 de setembro de 1857, de 9 de dezembro de 1857 a 4 de junho de 1859. Foi ministro da Guerra, nomeado em 1864. Escreveu a *Corografia da Província da Paraíba do Norte*, publicada na *Revista do Instituto Histórico da Paraíba* (IHGP) em 1911. (MELLO, 1889, on-line).

Incutir nos ânimos mais fracos e mais tímidos, porém sanguinários em castigar o cativo, a certeza de que o abolicionismo marchava a passos largos para se tornar fatalmente triunfante. Questão de tempo. Não se podia evitar a correnteza na sua fúria em levar tudo de vencida. E os próprios senhores já estavam sentindo que o “amanhã estava perto” (VIDAL, [s.d.], p. 183).

Ademar Vidal reproduz partes do relatório apresentado pelo presidente Venâncio José de Oliveira à Assembleia Legislativa provincial em 02 de outubro de 1869, que tratava da libertação de escravos:

A execução da lei nº 311 de 10 de dezembro do ano passado depende de certas providências indispensáveis, que não podem ser decretadas em regulamento, por importarem prescrições de competência legislativa. Por isso tenho deixado de executá-las. Para que a idéia humanitária dessa lei consiga seu fim, é preciso completá-la com providências que garantam a necessidade da alforria. Libertar crianças de 3 anos, sem proporcionar-lhes ao mesmo tempo o sustento, vestuário e educação, é colocá-las em pior condição; nada ganharia uma criança saindo do poder de seu senhor, onde ao menos teria sustento e vestuário, para ser entregue pela alforria à caridade pública ou talvez à miséria. É preciso, pois, “criar um hospício em que sejam recebidos”, e decretar apenas para esse fim; ou providenciar de qualquer outro modo a fim de evitar o mal apontado. Há senhores que conservariam em suas casas as crianças assim libertadas; a “brandura dos costumes tem suavizado o rigor dos senhores, muito deles tratam suas crias como verdadeiros filhos. Mas infelizmente isso não é geral”. Qual seria a sorte daqueles cujos senhores não os quisessem mais cuidar e tratar? (VIDAL, [s.d.], p. 184).

Essa preocupação com os filhos dos escravos não era exclusiva da província da Paraíba. Adolpho Bezerra de Menezes²⁵, médico por formação que posteriormente ingressou na carreira política e se tornou deputado-geral (o equivalente, hoje, a deputado federal) pelo Rio de Janeiro em 1867, defendeu, na obra *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a Nação*, de 1869, que as crianças filhas de escravos após a Lei do Ventre Livre fossem educadas e criadas pelo Estado, “para obviar os efeitos da barbaridade dos senhores de escravos”, buscando fazer dessas crianças “homens e mulheres de sentimentos morais e de costumes puros”, colocando-se contrário à criação das crianças libertadas “na casa dos senhores de suas mães, quer por interesse de vida dessas crianças, quer e principalmente por interesse de seu futuro e de sua educação moral” (MENEZES, 1869, p. 21-22).

Compactuando com esse pensamento, Ademar Vidal registra o crescimento em defesa da abolição não apenas na capital, mas alastrando-se “por todas as camadas sociais,

²⁵ Foi um médico, militar, escritor, jornalista, político, filantropo e expoente da Doutrina Espírita. Nasceu no dia 29 de agosto de 1831, em Jaguaratama, Ceará e faleceu em 11 de abril de 1900, Rio de Janeiro. Embora Bezerra de Menezes seja mais reconhecido face sua atuação religiosa como espírita, o trazemos neste trabalho em função de sua atuação política e de sua posição acerca do negro escravo recém-liberto através da Lei Áurea.

francamente simpatizantes da ideia libertadora. Também pelo interior da província se fazia propaganda aberta, mesmo antes de entrar em vigor alguma lei mais avançada (desde 1870) relacionando-se ao amparo dos escravos” (VIDAL, [s.d.], p. 185), o que acarretou em grandes embates entre as classes dos senhores e de políticos liberais, fazendo-se a ideia da libertação dos escravos em vários municípios, como Pilar, Pedras de Fogo, Souza, Mamanguape, Campina Grande e Bananeiras (VIDAL, [s.d.], p. 185-186).

É nítido seu entusiasmo com o movimento emancipador na Paraíba: “empolgando toda a província, muito tempo antes de contar a vitória nacional. Senzalas de engenho e algumas fazendas se transformaram em habitações de operários livres, com salário e terreno para sua cultura particular”, apontando também para uma forte influência da Maçonaria nesse sentido, em virtude de “seus inesgotáveis meios secretos de ação” (VIDAL, [s.d.], p. 187).

Como causa principal do combate à escravidão pela Inglaterra, o autor alega que foram assinados 28 tratados contra o tráfico de africanos. A oposição entre “o velho comércio baseado sobre o produto da terra explorada pela mão de obra e a indústria nascente que, tendo-se valido das descobertas dos sábios, oferecia ao mundo produtos novos e abundantes obtidos pela máquina” (VIDAL, [s.d.], p. 187).

A este respeito, Rocha (2007) entende que:

Ademar Vidal não deixou de registrar que as mudanças na “mercancia” dos africanos estavam vinculadas à Revolução Industrial e não à humanidade dos ingleses. Informa, então, que a libertação do escravo resultou da ‘mecânica’, ‘a indústria’, que ‘decuplicou e centuplicou’ o rendimento de um operário” europeu, e tais alterações repercutiram no contexto brasileiro. Em resumo, na década de 1930, Vidal não era ingênuo de acreditar no difundido humanitarismo dos ingleses em defesa do fim da escravidão (ROCHA, 2007, p. 61).

A abolição trouxe um grande dilema aos negros, reconhece Ademar Vidal: “ir para onde? Fazer o quê?”, ele se perguntava. Em seu ponto de vista, a grande massa de trabalhadores negros teria preferido talvez ficar onde estava:

Não abandonar o calor da Casa-Grande do Engenho, habituada à intimidade do lar branco (os filhos do senhor tratando a ama negra pela alcunha carinhosa de Bá, onde já a mulata se considerava “docemente protegida”) acostumada também ao aconchego das senzalas sujas e escuras, onde o sol não penetrava fácil, onde havia, contudo um gostinho mal-travoso e adocicado de viver (VIDAL, [s.d.], p. 210).

Visão diferente e menos romantizada possui Fraga (2018), ao dizer que após a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, “os libertos passaram a expressar a nova condição numa linguagem franca, que aos ouvidos dos ex-senhores e feitores soou como

“insolente” e “insubordinada”. Não são poucos os senhores e senhoras que guardaram daquele dia lembranças terríveis de “ingratidão” e desobediência” (FRAGA, 2018, p. 355). Fraga registra também a insatisfação, no decorrer de 1888 e 1889, dos representantes dos fazendeiros que foram ao Parlamento cobrar indenização em decorrência das perdas financeiras ocorridas pelo fim do cativeiro. Como nada conseguiram, deixaram de apoiar a Monarquia e embarcaram, de cabeça, no projeto de República pouco mais de um ano após o treze de maio (FRAGA, 2018, p. 356).

O negro escravo, a partir do momento de sua captura como *mercadoria*, passa a alimentar um perverso sistema econômico de exploração de um ser humano pelo outro, sendo assim, “aceita” recomeçar sua vida em um país de cultura, língua e costumes diferentes. Sofrendo das mais diversas humilhações e castigos físicos em função de sua força de trabalho, está incluído entre as pessoas que Bauman (2005) chama de ‘subclasse’. “Exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade – fora daquele conjunto no interior no qual as identidades (e assim também o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas e, uma vez, reivindicadas, supostamente respeitadas” (BAUMAN, 2005, p. 45).

Como exemplo desta visão de *subclasse* do negro escravo, basta a realidade destes após a decretação da Lei Áurea, onde muitos optaram por continuar no regime de servidão para não morrer de fome; outros, abandonados nas ruas sem possuir absolutamente nada para seu sustento; as ofertas de trabalho lhe eram negadas, pois seus antigos senhores optavam pelos imigrantes europeus que chegavam ao Brasil a partir de 1870, fechando-lhes as portas. Como consequência, muitos ex-escravos entraram na criminalidade em busca de sustento, dando origem, na periferia, o que viria a ser chamado de “favela” (SILVA, 2018, p. 20).

Mais recente, o sociólogo Jessé Souza aproxima-se das ideias de Bauman (1998) ao trabalhar o conceito do que denomina *ralé*, que nada mais é do que uma “classe de infelizes e desesperados, num país que nega, esconde e eufemiza todos seus conflitos e problemas” (SOUZA, 2011, n.p), explicando que estas pessoas que formam a *ralé* jamais foram entendidas como uma classe social, mas que são (ou não) percebidas cotidianamente em cenários como a luta entre bandidos e polícia, criminalidade em geral, a falta de assistência a serviços como saúde e escola pública etc, realidade esta na qual podemos traçar um paralelo com o período pós-abolição do negro escravo após a decretação da Lei Áurea, dada a sua verossimilhança com o cenário registrado por Ademar Vidal de abandono dos escravos à sua própria sorte, sem nenhum tipo de preocupação em incluí-los na sociedade e que originou uma realidade cruel e excludente que perdura até os dias atuais.

Sucedem-se no tópico seguinte, alguns fatos, alguns acontecimentos, juntando história com enredo romanesco, se compararmos, nesse sentido, os escritos de Ademar Vidal com a história oficial sobre o período da escravidão no Brasil. Mas, como escritor que concebeu ser possível conciliar o regional com o universal, a tradição com a modernidade, o real com a ficção, ele buscou as raízes da história. Não se satisfazendo, porém, com esse esboço histórico, ele se permitiu a busca social e cultural, mesmo que estejam aí imbricados. É nesses termos que recomporemos a próxima seção - considerando o pensamento do sociólogo Robert King Merton²⁶ - com o rigor próprio das ciências humanas, que não consiste na exatidão, porque as realidades e, sobretudo as humanas, são inexatas.

5.3 A SOCIEDADE QUE A ESCRAVIDÃO CRIOU: retorno à paisagem nordestina

Os escritos de Ademar Vidal sobre a questão da escravidão na Paraíba possuem, por característica do próprio autor, uma elaboração em que buscava a fidedignidade através de uma reescritura de fatos históricos. De um modo mais qualificado, preocupou-se em contextualizá-las regionalmente, onde intentava mostrar o lugar do negro na tradição da cultura nordestina, compreendendo sua história, sua luta social e imaginário, e como estes percebiam:

O mundo dos brancos, através de imagens e descrições oriundas de uma literatura oral transmitida pelo povo através do tempo, de geração em geração, sob o ponto de vista cultural e ideológico de sua comunidade. Isso possibilita que permaneçam na memória as experiências vividas e neste caso específico nos permitem a compreensão da realidade vivenciada pelo negro escravo, através da preocupação do autor em evidenciar uma realidade histórica (VIDAL; ROSA; LIMA; 2018, p. 374).

Silva (2007) considera que, ao buscar recuperar um passado individual e coletivo, utilizando-se da memória como metodologia de análise, Ademar Vidal configura "um dos caminhos possíveis para a descoberta dos processos de desenraizamento social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam passado, presente e futuro" (SILVA, 2007, p. 295).

A memória faz-se importante elemento de pesquisa, uma vez que através da “preservação da memória e a disseminação da experiência coletiva na sociedade visa [é possível] garantir a perenidade do patrimônio documental para permitir que gerações futuras conheçam o

²⁶ Em 1938 o sociólogo americano Robert King Merton deu sua contribuição fundamental para a teoria da anomia. Criando muitas linhas de pesquisa, Merton (2004) surgiu com a teoria de que quando os membros de uma sociedade eram incapazes de alcançar os próprios objetivos que sua sociedade projetava, a anomia era provável.

passado” (GOMES; OLIVEIRA JÚNIOR; ARAÚJO, 2014, p. 12). Nesse sentido, Ademar Vidal busca recuperar o passado, através de “uma memória da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade” (ROSA, 2012, p. 108).

Candau (2006) entende que cada memória está associada ao que denomina “nível de evocabilidade”, podendo ser representada como marcos de uma trajetória individual ou coletiva que resulta de um processo de “seleção mnemônica e simbólica” onde certos fatos, reais ou imaginários, compõem “a identidade narrativa do sujeito e asseguram a estrutura dessa identidade” (CANDAU, 2006, p. 98-99). Portanto, a identidade e a memória “convergem para a ideia de um sujeito social, consciente de sua trajetória de vida, da sua história que certamente produz nele um aspecto consciente” (MELO FILHO, 2016, p. 124).

A memória dos negros em nosso país sofreu uma tentativa de silenciamento, “sendo muito mais lembrada a memória vinculada com a religião, a dança, as artes, entre outros, praticadas pelos escravos e sucessivamente pelos negros libertos” (CARDOSO, 2013, p. 74). Sobre este ponto, o autor assegura que a memória não é neutra, está subordinada a relações de poder onde a classe dominante, na busca de expandir e perpetuar seu poder passou a produzir memórias homogêneas, como o discurso da miscigenação harmoniosa entre brancos, negros e índios no Brasil.

A respeito da abolição, Cardoso (2013) afiança que o racismo veio atrelado ao escravismo, sendo impossível sua superação “com uma simples abolição legal da escravidão” (CARDOSO, 2013, p. 74). E Ademar Vidal entendia bem desse cenário, pois evidenciava sempre em seus escritos, que toda estrutura é feita de tensões e movimentos, como é intrinsecamente histórica, da mesma forma que, por outra parte, a história sempre o é de uma estrutura social (VIDAL, [s.d]), n.p).

O cenário da escravidão, tão bem representado nos inéditos de Ademar Vidal, deu origem a um filme documentário baseado na obra *Três séculos de escravidão na Paraíba*, de 1935, deste autor paraibano, intitulado *Cumbe*²⁷ – *Justiça, Honra e Liberdade*, produzido em 2016, pelo diretor e roteirista Joshua Luna Alves, cujo enredo conta “a história de um líder quilombola ficcional, Balogum Baba, responsável por comandar a resistência negra no Século XVIII contra os ataques dos latifundiários paraibanos e da coroa portuguesa na busca por liberdade” (RESENDE, 2016).

²⁷ O nome Cumbe remete à ancestralidade africana, ao lugar dos engenhos. Os documentos do Cumbe são de 1760 e ajudam a contar a história da escravidão no lugar, marcada, por exemplo, pela produção de farinha. A Carta Ultramar é a primeira fonte documental a mencionar a existência do Cumbe. Importante dizer que o Cumbe foi um dos quilombos mais importantes na narrativa da resistência negra no Brasil do século XVIII. (SAM-PAIO, 2020).

O filme, financiado pelo Governo Federal, contava para o papel principal com o ator Itamar Gonçalves, da Rede Globo, que atuou na novela *Velho Chico* (2016) e envolveu mais de 120 pessoas, com cerca de 70% de seus atores paraibanos, e outros de fora do país, como Portugal, França e países da África. O filme, que nunca foi lançado oficialmente, contou com canal no YouTube (ainda disponível), onde concedeu dois *teasers trailers* com cenas fortes, apresentando as sevícias aos quais os escravos eram submetidos (RESENDE, 2016, n.p).

A proposta do produtor nesse filme é recuperar a história de quilombos, símbolo de resistência negra, mostrando capítulo de história da Paraíba do século XVIII, onde evidencia a história, reforçando o combate ao racismo. Segue-se a **Imagem 9**, onde se pode ver representada uma das cenas do filme:

Imagem 9 – Cena do filme “Cumbe – Justiça, Honra e Liberdade” de Joshua Luna Alves



Fonte: G1 Paraíba, 2016. Acesso em: 20 de fev., 2020.

Um dos grandes focos nos escritos de Ademar Vidal é que “a Abolição destruiu o Império. Destruiu um sistema econômico sem edificar outro”. Para o autor:

O negro tinha capacidade de luta sem compreender bem o benefício obtido, e na liberdade via o máximo que poderia alcançar. E o Império, por seu turno, não encontrou mais os alicerces: a força conservadora tinha sido derrubada por ela mesma (VIDAL, [s.d.], p. 228-229).

Segundo afirma Rocha (2007, p. 61), a Abolição na província da Paraíba na ótica de Ademar Vidal, trouxe:

Um colapso na economia patriarcal, em vista do abandono súbito da agricultura por parte de escravaria, que ansiava por se livrar do ‘jugo opressor’, determinando ‘modificação profunda nos hábitos de trabalho’, refletindo-se, fortemente, na sociedade (VIDAL, 1988, p. 151).

Os movimentos ocorridos depois da Abolição são os que melhor explicam a luta dos indivíduos por liberdade, respeito, dignidade e direitos no Brasil. Com a extinção da instituição escravocrata, impõe-se aos ex-escravos a necessidade de lutar contra o preconceito racial e pelo reconhecimento de direitos relacionados à cidadania, durante séculos negados. Como atesta a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)²⁸, Irina Bokova, “a memória sobre o tráfico de escravos e a escravidão é importante para a luta contra novas formas de servidão, racismo, preconceito, discriminação racial e injustiça social”. Para ela, “a revolta foi um ponto de mudança na história da humanidade, afetando fortemente o estabelecimento de direitos humanos universais, para os quais estamos todos em dívida”. Bokova diz procurar encontrar na memória coletiva a força para construir um mundo melhor e para mostrar as relações históricas e morais que unem os diferentes povos.

Como assegura Pereira (2012) o Brasil, apesar de ser um dos países mais miscigenados do mundo, carrega em sua essência a cruel máscara da invisibilidade racial. Persiste o velho discurso da negação do racismo apoiado em pré-conceitos enraizados que insistem em afastar, mesmo que de maneira sutil, aqueles que são diferentes. Para isso, “basta um tipo diferente de cabelo, a posição social ou a cor da pele, para que as consequências da escravidão permaneçam maculando a trajetória de todos os homens que não aprenderam a conviver com a diferença” (PEREIRA, 2012, p. 01).

De acordo com Pereira (2012), ainda hoje se tem a percepção de uma escravidão silenciada, que se manifesta cotidianamente em cenários como os descritos a seguir:

A significativa ausência de negros em instituições de ensino e os reduzidos “cargos de chefia”²⁹ por eles exercidos nas grandes empresas e indústrias brasileiras. Nas instituições de ensino a realidade é a mesma: um número relativamente baixo de alunos negros, se comparados com os alunos brancos, além da evasão escolar/universitária relativamente alta entre os negros que lá se encontram somada aos raros casos de êxito acadêmico. Porém, é importante afirmar que não é a dificuldade cognitiva que falta para esses alunos e, sim, a imutabilidade de uma realidade social que, ao menosprezar a

²⁸Representação da UNESCO no Brasil. **Portal de Transparência da UNESCO**. (UNESCO, 2020)

²⁹A autora explica que pôs a expressão “cargos de chefia” entre aspas com o objetivo de “diferenciar a grande maioria de negros que se encontram nesses espaços assumindo apenas os trabalhos braçais” (PEREIRA, 2012, p. 02).

educação como direito, naturaliza a dificuldade financeira da maioria dos negros em nosso país gerando as mais perversas desigualdades entre pessoas (PEREIRA, 2012, p. 02).

Com a exclusão do negro, ex-escravo, do mercado de trabalho, em seu lugar foram trazidos imigrantes europeus para o trabalho agrícola que satisfizeram o *branqueamento* objetivado pelas elites, enquanto ao negro restaria ser “marginalizado e estigmatizado” (MOURA, 1992, p. 62). Nesse sentido, como atestam Cação e Cyro Filho (2011, p. 09), dois fatores são apontados pela preferência aos imigrantes europeus em detrimento do negro: primeiro, o preconceito de cor; em segundo, “além da raça, trazia consigo, embora nem todos, a experiência da mão de obra técnica nas indústrias já em franco desenvolvimento no Brasil”. Além disso, os fazendeiros “temiam dos negros, reações rancorosas de tempos anteriores, debruçadas na violência” e também por considerar que, ao não empregá-los, “seria uma forma de eliminá-los, branqueando a sociedade e estimulando a migração européia como compensação da ausência de mão de obra” (CAÇÃO; CYRO FILHO, 2011, p. 09), pois, para atingir o nível elevado de outras nações, o Brasil “deveria eliminar seu lado africano e negro” (SOUZA, 2005, p. 122).

Sob este aspecto, Ademar Vidal começou a superar a visão que muitos homens de sua época já haviam alimentado, a de ver o negro escravo como “coisa”, a vê-lo como vida. Assim ele queria crer que o tempo da escravidão já havia passado, e muito, mesmo percebendo o fracasso da razão abstrata no conhecimento humano, isto é, “o abandono da razão” e sua substituição por dados estatísticos, para compreender a tão cruel realidade do tempo da escravidão no Brasil.

Ademar Vidal ia além dessa realidade, porém convicto de que não poderia amputar a história. Daí, a escolha de lidar com o mundo e, sobretudo, a possibilidade de criar laços mais fortes com a cultura popular e suas formas de invenção do real. Para ele, contar e recontar a história constituía verdadeira luta travada pela memória, contra o esquecimento: “o caçador malvado agora pode largar a profissão. Não fará mais nada” (VIDAL, [s.d.], p. 288).

Dessa forma, como atesta Moura (1992, p. 63), o negro, “ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje”.

Todo esse processo visava à mudança da organização do trabalho para substituir o negro por trabalhador branco, “para que a condição do negro permanecesse inalterada, ou seja, continuasse”, como afirma Silva Filho ([s.d.], p. 12). Nesse processo, era usado “não como

propriedade, mas como classe dominada, obrigado a se sujeitar aos caprichos dos mais abastados”. Como consequência, os negros, “libertos” de seus antigos senhores, dão origem a novos bairros onde mais ninguém queria morar, os chamados “bairros africanos que deram lugar posteriormente às favelas e dali saía a mão de obra barata para trabalhar nas mesmas atividades” (SILVA FILHO, [s.d.], p. 13).

Gomes (2019, p. 30) chama atenção para o pensamento em voga no período pós-abolição de que “o número e a influência dos africanos no Brasil [...] seria excessivo e comprometeria o futuro do país”. Nesse sentido, surgiram publicações como *A literatura brasileira e a crítica moderna*, de 1880 e assinada pelo crítico literário, promotor, juiz e deputado sergipano Sílvio Romero. Ele defendia o ponto de vista segundo o qual “a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir ao branco” (GOMES, 2019, p. 30) desde que, com essa finalidade, fosse extinto o tráfico africano, o desaparecimento dos índios e a imigração europeia para o país.

Em 1877, o médico cearense Domingos José Nogueira, assustado com a maior quantidade de negros do que de brancos na população brasileira (3,8 milhões de brancos contra mais de 6 milhões de índios, negros e mestiços), realizava cálculos que o fizeram concluir que: “através do processo de miscigenação das raças, o Brasil se tornaria branco e, portanto, livre de seus traços africanos em cinco gerações”(GOMES, 2019, p. 30).

Rodrigues (1933)³⁰, um dos pioneiros no estudo da África brasileira, afirmara que, embora os negros tivessem prestado incontestáveis serviços ao país, “há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo, considerando a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade” (GOMES, 2019, p. 30).

Segundo Gomes (2019), o Brasil jamais se empenhou na resolução do “problema do negro”, expressão utilizada por Nina Rodrigues. A liberdade advinda através da Lei Áurea em nenhum momento significou:

Para os ex-escravos e seus descendentes, oportunidade de mobilidade social ou melhoria de vida. Nunca tiveram acesso a terras, bons empregos, moradias decentes, educação, assistência de saúde e outras oportunidades disponíveis para os brancos. Nunca foram tratados como cidadãos (GOMES, 2019, p. 31).

Lucena e Marinho (2018) apontam para o fato de que o preconceito em relação à descendência e cor da pele “ascendiam de estigma social para estigma material. Há uma transformação do estigma, que se torna coisa objetiva, percebida como algo implantado pelos

³⁰ Gomes (2019) informa que esta citação consta do livro *Os africanos no Brasil*, escrito entre os anos de 1890 e 1905, mas publicado postumamente no ano de 1933.

deuses”, ou seja, o grupo estigmatizador exime-se de sua responsabilidade ao justificar que tal atitude é responsabilidade das “forças que criaram o mundo”, ao colocar os brancos em condição de superioridade ao negro (LUCENA; MARINHO, 2018, p. 138).

Não à toa, no ano de 2018, no mês em que a Lei Áurea completava 130 anos, o Brasil apresentava dados alarmantes que revelam o tamanho do fosso que separa brancos e negros. Os dados do IBGE demonstram que a população negra:

Tem menor escolaridade, apresenta taxas de analfabetismo duas vezes superiores ao registrado entre o restante dos habitantes, tem os menores salários, é a mais afetada pelo desemprego, tem menor acesso ao sistema de saúde e é a que morre mais cedo. Apesar de serem mais da metade da população brasileira (53,6%), negros e negras são 76% dos 10% mais pobres (MACHADO, 2018, n.p).

Conforme atesta Pereira (2012), a decantada Lei Áurea nada mais foi que uma “peça teatral” que, ao invés de oferecer a sonhada liberdade, gerou “novos mecanismos de anulação e de desrespeito ao homem negro”, levando à elaboração de uma “nova escravidão não menos branda que a dos açoites. [...] O negro, apesar sua carta de alforria, não consegue derrubar o muro da invisibilidade construído pelo branco do período escravocrata” (PEREIRA, 2012, p. 05). Afirma ainda que hoje o negro e seus descendentes, encontram-se face a “uma nova senzala que persiste em não reconhecê-los”, através de um círculo vicioso de “um racismo às avessas [...] servindo para naturalizar novas formas de destratar o negro”(PEREIRA, 2012, p. 06).

Bauman (2005) a partir da percepção de um mundo líquido e de grande fluidez tenta explicar as transformações ocorridas na realidade contemporânea, aventando que a vida social, econômica, política e afetiva não pode mais ser amparada por modelos anteriores, cruéis muitas das vezes. Desse modo, interpreta a realidade a partir de uma concepção de que o mundo é um mundo moderno; não uma modernidade sólida, como em tempos anteriores, e sim um mundo de modernidade líquida. Nesta visão o autor tenta apresentar a realidade contemporânea como uma realidade em constante construção.

No entender de Bauman (1999, p. 29), a marca da modernidade sólida é o projeto moderno de controle do mundo através da união entre Estado e ciência. Cabia ao Estado, através de seu projeto “fornecer os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Estes critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninha a serem removidas e arrancadas”. Para Bauman (1999, p. 48), igualmente importante era a função da ciência, que nasceu “da esmagadora ambição de conquistar a natureza e subordiná-la às necessidades humanas”.

Na busca pelo branqueamento da raça e purificação da raça superior, a ciência exerceu interferência na elaboração de um projeto social. A ação do Estado aliado à ciência foi uma ação de combate ao ‘estranho’. Bauman (1999, p. 23) entende que o Estado protetor é o responsável:

Pelo infortúnio dos seus súditos, e suas políticas são transformadas na causa óbvia do sofrimento. O mercado de consumo, sua principal criação, é também o seu pior veneno. Os produtos do mercado são excludentes, ambivalentes. A tolerância promovida pelo mercado fragmenta, ao invés de unir, e, a solidariedade anunciada por ele se desfaz. A sua mais representativa criação é também a maior fraqueza.

Portanto, numa sociedade que se europeizava, embranquecer significa compartilhar valores dominantes dessa cultura. Como sustenta Souza (2017, p. 71), “preconceito nesse sentido, é a presunção de que alguém de origem africana é ‘primitivo’, incapaz de exercer as atividades que se esperava de um membro de uma sociedade que se ‘civilizava’ segundo o padrão europeu e ocidental”. É por conta disso que a crítica das ideias dominantes é tão importante. “Combate-las”, como afirma o autor, “é iniciar um aprendizado para nos libertarmos da situação de imbecilidade na qual fomos, todos nós, levados pela estratégia de legitimação do poder real no nosso país” (SOUZA, 2017, p. 13).

A realidade, como atesta Bauman (2008, p. 8), “é sempre um vir a ser; é uma impressão da realidade, algo que aconteceu e não mais se repetirá da mesma forma, sempre alcançando formatos diferentes”, pois “os líquidos, diferente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo” (BAUMAN, 2008, p. 8).

Mudar esse quadro se faz urgente para que tenhamos a construção de um país onde todos os membros componentes de nossa sociedade possam ter acesso às mesmas condições de crescimento socioeconômico e sem as vergonhosas chagas do preconceito racial e de classe. Esse ponto não nos parece um aspecto isolado da reflexão vidaliana. Ao contrário, indica relações sociais concretas que produzem a semente social do Brasil que herdamos sob forma modificada até hoje: a perversidade e o mandonismo transformados em autoritarismo.

É certamente possível descrever toda uma sociologia do negro africano no Brasil e seus descendentes. Como sugere Souza (2017, p. 58), é “a transformação social de largas proporções implicando novos hábitos, novos papéis sociais, novas profissões, e, ao fim e ao cabo, a construção de uma nova hierarquia social”.

6 TESSITURAS FINAIS: unindo ideias e fechando questões

"A humanidade se divide em duas: os senhores e os escravos; aqueles que têm o direito de mando, e os que nasceram para obedecer." (ARISTÓTELES, 2019, p .64).

Este trabalho buscou apresentar a obra de Ademar Vidal em seu aspecto informacional e memorialístico. Assim estudamos nessa trajetória a obra do autor, presente principalmente nos seus inéditos, cujo ponto principal foi mostrar como esses escritos contribuem para a ressignificação da escravidão no Brasil, auxiliando no entendimento de uma sociedade atroz, perversa e desumana, engendrada principalmente na escravidão.

Estudar esse período no Brasil significou imergir não apenas em um momento histórico cujo estudo e conhecimento de suas particularidades se faz mister para a cultura do país, mas principalmente por suas consequências, quais sejam, entender a significação da chegada do negro para trabalhos forçados em um país em formação, dominado por uma elite branca, europeizada, preconceituosa, imbuída do conceito de *eugenia*, onde o branco é superior ao negro e, por isso, tem a premissa de escravizá-lo.

A obra de Ademar Vidal descreve bem o período escravocrata e o quanto esse período influenciou na formação da sociedade que temos hoje: os negros, em sua maioria, são excluídos do mercado de trabalho em função de uma baixa escolaridade, e assim permanecendo distantes de conquistarem espaços hierarquicamente mais elevados e com melhores salários. Vimos que o autor, com o objetivo de assegurar a existência dos valores culturais do Nordeste por meio de histórias de vida contadas por pessoas que possuem saberes populares, conhecimentos tradicionais e culturais, coletou e escreveu sobre o assunto que, em muito, contribui para a preservação da cultura na Paraíba.

Seus escritos apontam para informações sobre o passado, tão nefasto quanto a própria escravidão. Neles o autor avança para o plano do interesse social; um vai e vem que domina o seu cotidiano literário, onde a reminiscência constante produz recriações, eivadas muitas vezes por princípios que não se fixaram completamente nos inéditos.

Ao transitar mais profundamente as obras de Ademar Vidal relativas à Abolição e os inéditos representativos da escravidão negra no Brasil, temos aí o traçado dos aspectos principais que configuram a complexidade da paisagem física e humana no Nordeste. O autor escreveu outras obras ambientadas na região, porém sem as características predominantes do tema escravidão. Nelas pudemos ver o problema de identidade da nação, que foram os

primeiros passos da construção da memória brasileira, e que, como atesta Ademar Vidal, carregam a imagem excludente e depreciativa do “outro”, no caso “o negro escravo”. Isso nos leva a crer que a construção e a transmissão da memória se tornam possíveis dentro das condições sociais e dos anseios do presente (HALBWACHS, 1990), pois que, a escrita da história é um processo de rememoração em que a memória é um espaço de lutas e disputas, do qual o próprio historiador faz parte.

Assim, a memória de negro escravo na obra vidaliana nos permitiu reviver experiências que possibilitam um novo olhar da história, servindo para a construção e/ou conscientização desse período histórico, onde demonstra que a memória não se limita apenas a ser entendida como um armazenamento ou registro de informações. Ela é capaz de reconstruir e ressignificar a informação e o conhecimento que dela advém. Nesse sentido, entendemos que a obra vidaliana permite a atualização e ressignificação deste passado ao possibilitar a criação de uma nova consciência acerca deste período para os dias atuais e, ao mesmo tempo, demonstrar a importância deste contexto escravocrata para as áreas da informação e da memória.

Ao evocar a produção vidaliana a respeito do negro escravo, consideramos que ela é significativa dentro de um contexto sociocultural onde o autor extrapola seus contemporâneos ao dar para essa temática o destaque e importância merecidos. Essa história foi muitas vezes silenciada e minimizada em outros escritos, conforme nos relata o historiador José Octávio de Arruda Mello em sua obra *A escravidão na Paraíba – Historiografia e História* (1988). No entanto, o acervo de Ademar Vidal, disponível para consulta na sede do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, é capaz de causar provocações, inquietações e ainda a construção de novos olhares e saberes acerca de temas como: a escravidão, o homem nordestino, a cultura, o folclore, mitos e superstições através de uma visão de mundo diferenciada.

É importante perceber que a questão da escravidão no Brasil pode também ser compreendida como uma tragédia humanitária comparável ao Holocausto de judeus na Segunda Guerra Mundial. Isso devido ao grande número de escravizados trazidos e que, apesar de toda a exploração e humilhações, foram responsáveis pela construção do país, impactando de forma definitiva a história, a política e cultura, sendo desse modo, essencial para a compreensão da formação da identidade nacional e das origens do preconceito racial em solo brasileiro. Dada essa importância, existem várias publicações acerca da escravidão, tratada e estudada em diversas áreas e sob diferentes prismas, como na Ciência da Informação. Não há como estudá-la sem ter empatia pelo tema, manifestando sentimentos diversos, como revolta e indignação, percebidos nitidamente nos inéditos de Ademar Vidal.

Em seus inéditos sobre a condição do negro escravo na Paraíba, Ademar Vidal procurou modificar o estágio de conhecimento dessa questão, ao envolver emoção e intencionalidade. Ele busca não apenas a perpetuação desse momento, mas também a produção de conteúdo através da organização de informações no sentido de preservar o conhecimento e constituir memórias que garantissem nosso ser e estar no mundo, dando-nos a percepção de pertencimento e existência.

Ademar Vidal, influenciado pelas ideias de Gilberto Freyre e Mário de Andrade mostrou em seus inéditos aspectos do período escravocrata pouco trabalhados quando não totalmente ignorados por autores de sua época, como as crenças, cultura e religiosidade dos negros escravizados, com seus jogos, adivinhações, danças, cantorias e outros saberes que acabaram sendo transmitidos oralmente e absorvidos pela cultura popular, demonstrando uma preocupação com a preservação da memória ao qualificar a presença do negro na Paraíba através da cultura popular, documentos cartoriais e inventários que lhe possibilitaram preservar muitas histórias e significações desse período em território paraibano. Essa fonte de pesquisa foi muito importante para Ademar Vidal e por ele valorizada para registro de uma memória já um tanto distante em termos temporais, mas o que é a vida senão algo que pode ser narrado, realidade rigorosamente temporal, unicamente acessível à razão vital e histórica. Portanto, seus inéditos sobre o período escravocrata na Paraíba fortalecem as raízes, costumes, elementos populares, a tradição e a modernidade dessa temática, preservando-as para as gerações futuras sob um olhar diferenciado de uma memória cultural capaz de agregar significado(s) ao que já passou.

Dessa forma, Ademar Vidal explora não apenas o sofrimento do negro escravo desde sua captura na África e transporte para o Brasil, mas valoriza sua contribuição para a formação sociocultural do Brasil. Na Paraíba, ele registra os bastidores dos maus tratos, do completo abandono do escravo em quadros epidêmicos, onde este deveria recorrer às divindades para se curar, já que o governo imperial pouco se importava em preservar sua saúde, mesmo sendo sua mão de obra fundamental para a economia da época. Registra ainda o processo abolicionista na imprensa e a reação das autoridades. Em uma elaboração textual, buscava fidelidade aos fatos e, ao mesmo tempo ressignificava fatos históricos ao utilizar-se da memória como metodologia de análise, recuperando a memória coletiva da sociedade paraibana, indo de encontro à(s) tentativa(s) de silenciamento desta temática tão importante para compreendermos, nos dias atuais, a permanência de pré-conceitos sobre o negro através do racismo.

Depois desse percurso, vimos que o racismo contra negros ainda perdura, mas não apenas no Brasil. De forma frequente, tem-se registrado inúmeros casos também no exterior, nos chamados *países de primeiro mundo*, seja em partidas de futebol, onde os atletas sofrem com ofensas morais e até mesmo com arremesso de objetos contra si; o racismo institucional, em casos onde a polícia aborda “suspeitos” apenas por serem negros; o racismo estrutural, que se encontra, por assim dizer, “enraizado” na cultura de um povo e que tem como consequência a constatação de que poucos negros chegam a ocupar o topo de cargos de chefia ou acadêmicos. Cenas cotidianas como essas estão intrinsecamente ligadas a uma relação de poder onde a classe oprimida é constantemente atacada por uma classe dominante e opressora. Quando não atacados pela cor da sua pele, os negros são atacados por sua fé, como acontece com os adeptos da Umbanda, e por sua cultura.

Em face da premissa proposta neste trabalho, consideramos que os escritos de Ademar Vidal são representativos da escravidão negra no Brasil, além de nos dar a dimensão dos aspectos principais que configuram a complexidade da paisagem física e humana no Nordeste, mais especificamente, na Paraíba. As informações registradas nos inéditos nos permitem dizer que são documentos com capacidade de ressignificação do contexto escravocrata em território paraibano.

Consideramos o panorama atual como espaço destinado ao esvaziamento da memória, porém a narrativa histórica, depositada em arquivos é um dos mecanismos de verificação das diversas versões existentes sobre determinados fatos, especialmente se postos à luz das críticas como possibilidades de descoberta da verdade, na expressão da construção histórica. Destacamos a importância das instituições arquivísticas e o reconhecimento dos arquivos como centros irradiadores de pesquisa social e como forma de conscientização de um porvir democrático. Desse modo, os inéditos de Ademar Vidal depositados no IHGP trazem um olhar sobre a questão da escravidão de negros no Brasil além de destacarem a trajetória desses povos e os grandes esforços por eles imprimidos para mudar a sua condição de escravizados. Assim, da memória de negro escravo, narrada por Ademar Vidal, poderá surgir um saber sobre o futuro, como projeto de liberdade que envolve a existência humana. Recordar essa memória é promessa de entendimento e de liberdade para todos.

Reafirmamos que os problemas levantados aqui foram escolhidos de forma a discutir sobre esses desafios hoje, sem pendermos para um saudosismo idealista, nem um otimismo ingênuo frente às exigências do momento atual. O momento parece ser ainda de um contexto marcado pela amnésia cultural.

Asseguramos que esta pesquisa foi a primeira em Ciência da Informação que assumiu o interesse de focalizar a escravidão no Brasil e o negro escravo na Paraíba, através da produção de Ademar Vidal, construindo por meio da informação e da memória, possibilidades de articulação necessária à iluminação dessa literatura. Como asseguram alguns pesquisadores da área, tais como: Marteleto (1995); Dodebei (2016), dentre outros, a Ciência da Informação é reconhecida por sua interdisciplinaridade, ou seja, apresenta uma convergência disciplinar com outras áreas do conhecimento científico, que suscita uma multiplicidade de abordagens em diferentes elementos teórico-metodológicos. E neste sentido, este trabalho é um ponto de chegada que pode servir como ponto de partida para uma discussão mais apurada sobre o tema aqui tratado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Escravidão no Brasil**: tráfico de escravos pelo Atlântico. 2016?. Interior de um navio negreiro, pintura do artista alemão Johann Moritz Rugendas - 1830. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/escravidao-no-brasil/>. Acesso em: 29 fev. 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AIDAR, Laura. **Capoeira**. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/capoeira/>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- ALMEIDA, Leonardo Pinto de. A função-autor: examinando o papel do nome do autor na trama discursiva. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 221-236, jan./jun. 2008.
- ALVES, Érika Catarina de Melo. **“Ela já vem pronta para se apresentar”**: Uma etnografia sobre as práticas e disputas em torno das Cambindas Novas de Taperoá. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal de Campina Grande, 2013.
- ANDRADE, Mário. **Danças dramáticas do Brasil**. ALVARENGA, O. (Org). 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, t 2, 1982.
- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. **Do patrimônio cultural e seus significados**. Transinformação, Campinas, p. 111-122, maio/ago. 2004.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.1, p.145-159, jan./abr. 2012.
- ARAUJO, Emanuel. **Viva cultura**. Viva o povo brasileiro. Museu Nacional: São Paulo, 2007.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**: vol. 1 n. 2 – UFGD – Dourados, jul/dez 2007. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/412/302>. Acesso em: 03. Jun. 2018.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. A cultura material vista a partir da relação informação, patrimônio e memória: o patrimônio arqueológico em sua função social. *In*: AZEVEDO

NETTO, Carlos Xavier de (org). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2015.

BAPTIST, Edward E. A segunda escravidão e a Primeira República americana. Tradução de Leonardo Marques. **Almanack**. Guarulhos, n.05, p.5-41, 1º semestre de 2013 (Fórum). 41p.

BARRETO, Aldo. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. (org). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BATISTA, Evanise Ferreira Magalhães. Regionalismo em Vidas Secas. **Diário do Nordeste**. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/regionalismo-em-vidas-secas-1.707656>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. RJ: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, Roberto. **Congos da Paraíba**. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, 1977.

BENJAMIN, Roberto. Devoções populares não-canônicas na América Latina: uma proposta de pesquisa. **Alaic**. VI CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIAS DE LA COMUNICACIÓN. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 12 a 15 de junio, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/470>. Acesso em: 12 de jan.2020.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

BRITANNICA, Encyclopaedia. **Robert Southey**. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/magazine-publishing>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BRITO, Casimiro de. **Arte da respiração**. São Paulo: Ática, 1988.

BRUNN, Alain. **L'imagination de l'auteur**. Paris: GF Flammarion, 2001. (Tradução livre).

BUCKLAND, Michael Keeble. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991. (Tradução livre).

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAÇÃO, Felipe Quartim Barbosa. FILHO, Cyro de Barros Rezende. Papel de escravos negros após a abolição. **Revista Semina V9 - n 2 – 2010**, publicada no 1º sem. 2011. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4425/2926>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1989.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte, 2003. Anais... Belo Horizonte: Escola de Ciência da informação da UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 25 nov. 2016.

CAPURRO, Rafaela; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: Acesso em: 23 nov. 2016.

CARDOSO, Francilene. Memória e luta política do movimento negro no Brasil. **Libertas: R. Fac. Serv. Soc.**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 73 - 94, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18256/9497>. Acesso em: 20 fev, 2020.

CARTA de Monteiro Lobato para Ademar Vidal, datada em 7-2-1920. Arquivo de Ademar Vidal no IHGP.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.

CONSTANTINO, Antonio. História do cangaço. **O Estado de São Paulo**, 22 de outubro de 1944.

COSTA, Icléia Thiesen. **Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro**, 2006. Disponível em: <http://www.brapi.inf.br/index.php/article/view/0000006907/913ebabe823a7b2c98c744af2b97e804>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CPDOC | FGV CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **JOSE JOFFILY BEZERRA DE MELO**. 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joffily-bezerra-de-melo>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CUNHA, Fernando Targino da. **São Miguel de Taipu conta a sua história**. João Pessoa: Sal da Terra Editora, 2010.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente - 1300-1800**. São Paulo: Companhia da Letras. 1989.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil** (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (Portugal). **Escravo**. 2003-2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/escravo>. Acesso em: 12 nov. 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017.

DIEHL, Astor Antônio. Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.368-394, jul/dez 2006.

DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus (UNIRIO. Online)**, v. 9, p.227-244, 2016.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Ciclo informacional: a informação e o processo de comunicação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 57 - 72, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/15958/14205>. Acesso em: 01 fev. 2020.

ECO, Umberto. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v.

ENTREVISTA com Zygmunt Bauman a Marcelo Lins. “A fluidez do mundo líquido”. **Milênio / Globo News**, 29.04.2016. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/a-fluidez-do-mundo-liquido-de-zygmunt-bauman>. Acesso em: 22 dez. 2019.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Linguagem e exterioridade: a escrita como efeito sujeito. **Anais do III SEAD**, out.-nov. 1999. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/CleudemarAlvesFernandes.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FERNANDES, João Azevedo. Navegando com tubarões: a máquina e os homens que fizeram o tráfico. **Seculum. Revista de História** João Pessoa, n. 25, p. 229-234, jul/dez, 2011..

FERNANDES, T. Marques; CORDULA, Ana Cruz; SILVA JÚNIOR, Josemar Elias da. Informação e memória: na trilha do arquivo pessoal. **Biblionline**, João pessoa, v. 13, n. 1, p. 57-66, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/37462/20688>. Acesso em: 01 jan. 2019.

FERREIRA, Luciano dos Santos. **Retângulos, balões e negritude em HQ online: escravidão entre África e Sergipe no século XIX**. 2018. Disponível em: <http://etnogensimpohis2018.blogspot.com/p/retangulos-baloos-e-negritude-em-qh.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FIGUEREDO, Mércia Maria da Silva. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**: Pombal-PB. Artigo. Graduação em Geografia EAD. Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, 1968.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705/71285>. Acesso em: maio 2016.

FOUCAULT, Michel. **O pensamento do exterior**. São Paulo: Princípios, 1990.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. 2. ed. Lisboa: Passagens, 1992.

FRAGA, Walter. Pós-abolição: o dia seguinte. In: **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, v.11, n.21, Rio de Janeiro, 1998.

FREIRE, Diego José Fernandes. O (des) encontro entre história e memória. In: **História da Historiografia**. Ouro Preto: Edufop, 2016, 163 p. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1020/641>. Acesso em: 15 set. 2019.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 34. Ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Considerações sobre a pesquisa científica**: em busca de caminhos para a pesquisa científica, 2001. Disponível em: http://www.fct.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/AlbertoGomes/aula_consideracoes-sobre-a-pesquisa.pdf. Acesso em: 22 nov.2016.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio ... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

GOMES, Angela Maria de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEA, Maria de Fátima S. **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005. p. 21-44.

GOMES, F. S.; SCHWARCZ, Lilia M. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de Quilombos. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 367.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Marcos Aurélio; OLIVEIRA JÚNIOR, José; ARAUJO, Nelma Camêlo de. Memória: construção social, lugares e competência. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 1, n. 2, p. 9-19, oct. 2014. ISSN 2358-0763. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1365>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GÓMEZ, Maria Nelida Gonzales de. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. Datagramazero. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.1 n.6 dez, 2000.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a formação da cultura**. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Lila Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História: Espaço Plural**. São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.

GUEDES, Victor. **Memórias e resistência negra em grupos tradicionais de matriz africana**. Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas – parte 1. NEABI – UFOP - Mariana/MG. Vol. 01 N. 02 – jul/dez 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas/article/viewFile/1149/1075>. Acesso em: 19 fev. 2020.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - Clio (Recife)**, ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 154-174, jan/jun, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.08> 170. Acesso em: 17 jan. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILL, Pascoe Grenfell. **Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro**. Tradução de Marisa Murray. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia ET Labor. 1988.

JENSEN, Tina Gudrun. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: Da desafricanização para a reafricanização. **Revista de Estudos da Religião**, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

JESUS, M. Lívio Monteiro; SOLEDADE, Pablo de A. Santos; TOUTAIN, Lídia. M. B. Brandão. **A informação como substrato da vida: memória e contra-esquecimento**. XIX encontro nacional de pesquisa em ciência da informação - Enancib, Londrina, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xixenancib/xixenancib/paper/viewfile/1159/1781>. Acesso em: 03 jan. 2019.

KARPISNKI, Cezar. **“Memória arquivada”**: reflexões sobre documentos e arquivos a partir de Paul Ricoeur. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2015. ISSN 2177-3688. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2838>. Acesso em: 07 set. 2019.

LARA, Silvia Hunold. **O castigo exemplar em campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Ano X, Nº XIX, ago. 2017.

LIMA Telma C. Sasso de; MIOTO, Regina C. Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004/5742>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LIMA, Miguel. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro**, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_monografia.pdf. Acesso em: 08 jan. 2019.

LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. "Para uma história da vacina no Brasil": um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, [s.l.], v. 14, n. 2, p.595-605, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702007000200011>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000200011&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jan. 2020.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo; MARINHO, Nilene M. Trigueiro. **A força do estigma da escravidão no Brasil oitocentista**. Identidade! São Leopoldo, v.23 n.2 p.131-148 jul.-dez. 2018. Disponível em: <http://ism.edu.br/periodicos/index.php/identidade/article/download/3353/3127>. Acesso em: 06 set. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MACHADO, Katia. **O racismo em três séculos de escravidão**. 2018. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-racismo-em-tres-seculos-de-escravidao>. Acesso em 18 fev. 2020.

MARQUES, Maria Joedna Rodrigues. **Ademar Vidal e a produção de uma paraibanidade cultural a partir dos estudos folclóricos (1941-1949)**. Monografia. Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Cajazeiras, 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, vol 24, número 1, 1995 – Artigos. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615>. Acesso em: jun. 2019.

MARTINS, Paulo Henrique. “As redes sociais, a dádiva e o paradoxo sociológico”, in P. H. Martins; B. Fontes (orgs.). **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.

MÁSCARA de Flandres. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1scara_de_Flandres. Acesso em: 05 fev. 2020.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELO, Paula Regina Alves de. **O Centenário grupo Cambindas Novas de Taperoá: a dança construindo identidades**. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual da Paraíba, 2006.

MELLO, Barão Homem de. Biografia de Visconde de Beaurepaire Rohan. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1889. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2020.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A escravidão na Paraíba: historiografia e história; preconceitos e racismo numa produção cultural**. João Pessoa: A União, 1988.

MELLO, José Octávio de Arruda. Ademar Vidal: diversidade, erudição e “entusiasmo” em seus inéditos. **Revista do IHGP**. Col. Historiadores Paraibanos), v.6, 2001.

MELO FILHO, Edilson Targino. Relações teórico-conceituais entre identidade e memória na perspectiva da Ciência da Informação. **Inf. Pauta**. ISSN 2525-3468 Fortaleza, CE v. 1 n. 2 jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/4428>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo de. Os paradoxos da memória. In **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. Danilo Santos de Miranda (Org.). São Paulo: Edições SESC SP. 2007.

MENEZES, Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti. **A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a Nação** (1869). Rio de Janeiro: Editora Progresso, 1869.

MERTON, Robert K. **Teoria y estrutura sociales**. México: FCE, 2004.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NAU – Núcleo de Antropologia Urbana. Disponível em: <http://www.nau.org/pontuurbe02/goncalves2008.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10. São Paulo, 1993.

O QUE é quilombo e quilombola? 2010. **Em Geledés - Instituto da mulher negra**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-quilombo-e-quilombola/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. **Simeão Leal: o editor público brasileiro**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

OLIVEIRA, B. L. **A escrita de si: genealogia**. RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 07, nº 01, jan/jul, 2015. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/253.pdf>. Acesso em 07 set. 2019.

OLIVEIRA, Izabelle Mayara Ramos. **A cidade de Taperoá e a higienização social: Liberdade, um bairro marcado pela segregação e marginalização (1930-1970)**. Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://ppgh.ufcg.edu.br/index.php/processo-seletivo/category/8-dissertacoes-2015?download=32:izabelle-mayara-ramos-de-oliveira-a-cidade-de-taperoa-e-o-processo-de-higienizacao-social-liberdade-um-bairro-marcado-pela-segregacao-e-marginalizacao-1930-1970>. Acesso em 20 fev. 2020.

PACHECO, Leila M. Serafim. Informação enquanto artefato. **Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, jan./jun. 1995, p. 20-24.

PARÉS, Luís Nicolau. Religiosidades. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Lila Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PEREIRA, Olga Maria Lima. **A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14101>. Acesso em: 18 fev.2020.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, 1995, v. 15, nº 29, p. 9-27.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado. Doenças. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Lila Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PINHEIRO, Laura Regina Menchio. Histórias e ressignificações de memórias: uma trajetória pertinente através do Museu da Pessoa. **Psicologado**, 2015. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-social/historias-e-ressignificacoes-de-memorias-uma-trajetoria-pertinente-atraves-do-museu-da-pessoa>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil: as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana, as formas de resistência**. São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, Luiz. **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba, 1574-1970**. [S.l.]: Editora Leitura, 1973, p. 27.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n 3. p. 3-15, 1992.

PRIORE, Mary del. **Condessa de Barral**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. Editora Ática, São Paulo: 1990.

RAMOS, Adauto. **Ademar Vidal: súmula bio-bibliográfica**. João Pessoa: IHGP, 1999.

REDIKER, Marcus. **O navio negreiro: uma história humana**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RESENDE, André. **Filme resgata história de quilombo símbolo de resistência negra na PB**. G1 Paraíba, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/08/filme-resgata-historia-de-quilombo-simbolo-de-resistencia-negra-na-pb.html>. Acesso em 20 fev 2020.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo (28): 14-39, fevereiro, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>. Acesso em: 22 jan. 2019.

REIS, João José. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 392.

REIS, Liana Maria. Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais. In: **Cadernos de História**. — out. — 1997 — Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. 2007. Tese (Doutorado em História) — Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/neabi/pdf/Biblioteca%20Digital/Teses/SOLANGE%20PEREIRA%20DA%20ROCHA.pdf>. Acesso em 07 jan. 2018.

ROSA, Maria Nilza Barbosa. Apresentação. In: Vidal, Alice. **Ademar Vidal: para não esquecer**. Editora Personal: Rio de Janeiro, 2010.

ROSA, Maria Nilza Barbosa. **Memórias populares de negro escravo: estudos em narrativas de Ademar Vidal**, 2004. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne/pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

ROSA, Maria Nilza Barbosa. **Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular na obra de Ademar Vidal**. 2006. Tese. (Doutorado em Letras) – Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_nilzaI.pdf. Acesso em 07 jan. 2018

ROSA, Maria Nilza Barbosa. **Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular em Ademar Vidal**. João Pessoa: Editora F&A, 2012.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALEK, Lídia Martini C. Brandão; FREITAS, Lídia Silva. **Questões em rede: emergências temático-discursivas do campo informacional brasileiro e internacional – 1968-2010**. Niterói: Universidade Federal Fluminense – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. Relatório Final, 2011.

SAMPAIO, Cristiane. **QUILOMBO DO CUMBE: COMUNIDADE NO CEARÁ LUTA PARA SER RECONHECIDA E RESISTE À PRESSÃO**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/quilombo-do-cumbe-comunidade-no-ceara-luta-para-ser-reconhecida-e-resiste-a-pressao>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SANTOS, Elizabeth Márcia dos. **Resistência escrava: as fugas de escravos em São João Del Rei na última década de escravidão no Brasil**. Monografia em História. Universidade Federal de São João Del Rei, 2004. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/monografias/resistencia.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SARAMAGO, José de Sousa. **O evangelho Segundo Jesus Cristo**. 25. ed. São Paulo: Schwarcz, 1991.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, GUINDANI, Joel Felipe. Documentary research: theoretical and methodological clues. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais** [Online], July, 2009. 1(1):1- 14. Disponível: [http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20 documental.pdf](http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf). Acesso em: 20 mar. 2018.

SCHACTER, Daniel L. **Os sete pecados da memória: como a mente esquece e lembra**. Tradução de Sueli Anciães Gunn. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA FILHO, João Nunes. **A situação do negro após abolição**. Disponível em: <https://slidex.tips/download/a-situacao-do-negro-apos-abolicao-resumo-abstract-introducao>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SILVA, Daniel Neves. "Quilombo dos Palmares". **Brasil Escola**, 2013. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SILVA, Luiz. E. F.; OLIVEIRA, Bernardina M. J. Freire. Mnemosyneinfor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 135-143, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/17658/10934>. Acesso em: 08 out. 2016.

SILVA, Renan Antônio. Gritos abafados no passado e no presente. **Unespciência**, maio de 2018. Disponível em: http://www.unespciencia.com.br/revista/UC096/UC96_Dossie_Abolicao.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

SILVA, Renan Mendes. **A performance dos Congos de Pombal (PB)**. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, 2016.

SILVA, V. F. da. Migrantes na periferia urbana: redes sociais e a construção do bairro. on-line. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, ano 1, versão 1.0, julho, 2007.

SOUZA, Jessé. **Ralés, batalhadores e uma nova classe média**. Entrevista especial com Jessé de Souza. Instituto Humanitas Unisinos. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40345-rales-batalhadores-e-uma-nova-classe-media-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SOUZA, Letícia Favoretto de. **A PRIMEIRA HISTÓRIA GERAL DO BRASIL**. 2019. Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2019/robert-southey-o-olhar-ingles-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 05 fev. 2020.

SOUZA, Marina de Mello E. **África e Brasil africano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.

STRECKER, Heidi. **Capoeira: origem**. 1996-2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cultura-brasileira/capoeira-origem.htm>. Acesso em: 19 jan. 2020.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THOMPSON, Edward P. **Folclore, antropologia e história social**. São Paulo: UNICAMP, 2001. p.254- 255.

THOMPSON, Edward P. Senhores e Caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [original: 1975]. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOUTAIN, L.M.B.; SOLEDADE, P.; JESUS, M.L.M. **A informação como substrato da vida: memória e contra-esquecimento**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37941284/XIX_ENCONTRO_NACIONAL_DE_PESQUISA_EM_CI%C3%80NCIA_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O_ENANCIB_2018. Acesso em: 20 jan. 2019.

TRIGUEIRO, Meira Osvaldo; BENJAMIN, Roberto. **Cambindas da Paraíba**. Caderno de Folclore (26), 1978.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

VARÍOLA: Virtuous Tecnologia da Informação. Virtuous Tecnologia da Informação. 2018-2020. Em Só Biologia. Disponível em: <https://www.sobiologia.com.br/conteudos/Seresvivos/Ciencias/biovirus9.php>. Acesso em: 21 jan. 2020.

VENÂNCIO, Gisele Martins. **Na trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)**, 2003, 342 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. Das fontes do passado à memória em construção. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13. Rio de Janeiro, 2012. **Anais do XIII ENANCIB**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

VIDAL, Ademar. **Guia da Paraíba**. Rio de Janeiro: Manufatura da Indústria do Livro, 1943.

VIDAL, Ademar. **Lendas e superstições**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1949.

VIDAL, Ademar. **O escravo sob o regime econômico: etnografia e patriarcalismo** (datilografado). *Inédito*, [s.d.]. Pasta nº 22. Arquivo Ademar Vidal, IHGP.

VIDAL, Ademar. **Práticas e costumes afro-brasileiros**. *Inédito*, [s.d.] (datilografado). Arquivo Ademar Vidal, IHGP.

VIDAL, Ademar. **Quando os negros chegaram**. *Inédito*, [s.d.] (datilografado). Pasta nº 11. Arquivo Ademar Vidal, IHGP.

VIDAL, Ademar. **Terra de Homens**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944. 184 p. Disponível em: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=202540>. Acesso em: 03 fev. 2020.

VIDAL, Ademar. Três séculos de escravidão na Parahyba. **Estudos Afro-Brasileiros**. Recife: Massangana, p. 105-152, 1988. Edição fac-similar, 1934.

VIDAL, Alice. **Ademar Vidal: para não esquecer**. Rio de Janeiro: Editora Personal, 2010.

VIDAL, Fabiano C. M.; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LIMA, Izabel F. **Objetos, coisas e memória popular sobre o negro escravo na Paraíba nos inéditos de Ademar Vidal**. XIX Enancib, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1411/1790>. Acesso em: 01 nov. 2018.

VIEIRA, Antonio. **Cartas**. Lisboa: Ed. Imprensa Nacional sob a orientação de Lúcio de Azevedo, 1971.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. 2006. 8p. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

WEIRICH, Harold. **Arte e crítica do esquecimento**. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

WESTIN, Ricardo. **Império usou a força para conter escravos assassinos**. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/imperio-usou-a-forca-para-conter-escravos-assassinos>. Acesso em: 05 fev. 2020.

WILKE, Valéria C. Lopes; JARDIM, José Maria. **Dispositivo de informação contemporâneo**: considerações preliminares para uma arqueogenealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade, 2006. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2654/1782>. Acesso em: 13 nov. 2019.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

APÊNDICE A - BIBLIOGRAFIAS DE ADEMAR VIDAL

OBRAS:

- **Fome.** Parahyba, Edições Filipéia, 1922.
- **João Pessoa e a revolução de 30.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 (Essa obra funde as três obras anteriores: O incrível João Pessoa (1930), Do grande presidente (1931), **1930 – História da revolução na Paraíba** (1933)).
- **Guia da Paraíba.** Rio de Janeiro: Indústria do Livro, 1943.
- **Terra de homens.** (Prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco). Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944.
- **Mundo livre.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1944.
- **Importância do açúcar.** Rio de Janeiro: Artes gráficas S. A, 1945.
- **Euclides em Recife e Cabedelo.** Crônica. O Jornal, Rio de Janeiro, 6/ de agosto de 1946.
- **Bissextos:** uma espécie de carta ao autor de antologia dos poetas bissextos Manuel Bandeira. São Paulo, 1947 (Recorte de Jornal, sem data, do Arquivo Ademar Vidal, no IHGP).
- **Europa.** Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1949.166
- **Lendas e superstições.** Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1950.
- **O Outro eu de Augusto dos Anjos.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.
- **Mário de Andrade e o Nordeste.** Revista do Livro, Rio de Janeiro, nº31, 1967. p. 8-46.
- **Assis Chateaubriand por ele mesmo.** (Apresentação de Theophilo de Andrade). Col. Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, v. XIII, Rio de Janeiro, 1989.

ARTIGO:

- Três séculos de escravidão na Paraíba. In: **Estudos afro-brasileiros.** PRIMEIRO CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO realizado no Recife. Recife, PE, 1934. v. 9 (Org. Gilberto Freyre).

SÉRIE RECORTES DE JORNAIS:

- Mensagens aos paraibanos– 1947/48, Pasta 5. (Arquivo Ademar Vidal, no IHGP).
- Carta de Ademar Vidal dirigida a Mário de Andrade em 28/08/1933. Reprodução cedida pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP (datilografada e manuscritas).
- Carta de Ademar Vidal dirigida a Mário de Andrade em 16/07/1937. Reprodução cedida pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP (datilografada e manuscritas).

INÉDITOS:

Série Produção literária (Originais de livros):

- Adeus em silêncio (manuscritos). Inédito, s.d. Pasta 1.
- A memória tem sete faces (manuscritos), s/d. Pasta 1.
- A nossa casa da Torre: a conquista do Sertão paraibano e nordestino, s/d. Pasta 22.
- Aqueles dias (manuscritos), s/d. Pasta 3.
- A seca mina de loucos (datilografado) s/d. Pasta 4.
- A terra da gente (manuscrito), s/d. Pasta 4.
- Binômio imbatível: caju e cachaça (datilografado), 1940. Pasta 9.
- Dentro (e fora) do Brasil: curvas do tempo (datilografado), 1940. Pasta 1.
- E ainda o Nordeste (datiloscrito), 1940. Pasta 10.
- Estudos de história social do Nordeste (datilografado), s/d. Pasta 9.
- Intimidade com a seca (datilografado), 1942. Pasta 9.
- Latifúndio (datiloscrito), 1951. Pasta 10.
- O escravo sobre o regime econômico: etnografia e patriarcalismo (datilografado), 1946. Pasta 22.
- O magistrado jornalista (datilografado), s/d. Pasta 2.
- Quando os negros chegaram, s/d. Pasta 11.
- Religiões africanas, s/d. Pasta 9.

- Poesia
- A criação do mundo, s/d. Pasta 5.
- Artigos/textos
- Diversidade folclórica do sertanejo (datilografado), s/d. Pasta 22.
- Hábitos e costumes no Nordeste brasileiro, s/d. Pasta 7.
- Inquérito entre os sertanejos. Taperoá, dezembro de 1942. Pasta 22.
- Lirismo do negro: música e poesia do negro norte-americano (datilografado), 1932. Pasta 7.
- Mário Pedrosa. Notas biográficas (manuscritos / datilografado), s/d. Pasta 26.
- Notas para meus verdes anos (datilografado), 1946. Pasta 26.167
- Resumo biográfico: informações sobre a antiga Casa de Santa Tereza (datilografado), 1955. Pasta 27.
- Sumário das Armadas: fatos sobre a conquista da Paraíba (datilografado), s/d. Pasta 30.
- Anotações/Rascunhos
- A imprensa da Paraíba no Império e na República, s/d. Pasta 38.
- Chico Altíssimo, s/d. Pasta 41.
- Economia paraibana e minérios, 1960. Pasta 44.
- Escritos diversos, s/d (manuscritos). Pasta 11.
- Versos do poeta popular João Barbosa da Silva, 1939. Pasta 11
- Visitação ao interior do Nordeste, 1935. Pasta 11.